

REVISTA

# Ciência & Polícia

Revista científica do Instituto  
Superior de Ciências Policiais.

[WWW.ISCP.EDU.BR](http://WWW.ISCP.EDU.BR)



# Revista Ciência & Polícia

VOLUME 4

NÚMERO 1

JANEIRO / JUNHO 2016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEC/INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA



ISSN: 2316-8765

## EXPEDIENTE

**Esta é uma publicação semestral do Instituto Superior de Ciências Policiais.**

ISSN: 2316-8765

**Revista Ciência & Polícia vol. 4 n. 1 Brasília janeiro / junho 2016**

### **Conselho Editorial**

CEL QOPM Fábio Aracaqui de Sousa Lima, Magnífico Reitor do ISCP.

CEL QOPM Rogério Brito de Miranda, Pró-reitor de Pesquisa do ISCP.

MAJ QOPM Waldicharbel Gomes Moreira, Diretor da Revista Ciência & Polícia.

Profa. Dra. Eda Castro Lucas de Souza, Universidade de Brasília.

### **Comitê Editorial**

Dr. Thiago Gomes Nascimento – CAP QOPM – Editor-Chefe Científico

Prof. Ms. Daniel Grossara Lima – Editor-Adjunto

### **Pareceristas *AD HOC* deste número**

Dr. Breno Giovanni Adaid Castro, Universidade de Brasília (UnB).

Dr. Carlos Eduardo Pimentel, Universidade Federal de Pernambuco (UFPB).

Dra. Dália Maria de Sousa Costa, Universidade de Lisboa – Portugal (ULisboa).

Ms. Daniele Alcântara Nascimento, Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP).

Dra. Denise Alves de Oliveira, Universidade Federal do Goiás (UFG).

Ms. Fábio Pereira Margarido, Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP).

Esp. Isângelo Senna da Costa, Universidade de Brasília (UnB).

Ms. Leonardo Borges Ferreira, Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP).

Ms. Luciano Loiola da Silva, Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP).

Ms. Luciano André da Silveira e Silva, Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP).

Ms. Márcio Júlio da Silva Mattos, Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP).

Esp. Paula Ribeiro e Oliveira, Secretaria de Educação do Distrito Federal (SED).

# Revista Ciência & Polícia

Vol. 4, N. 1, Jan/Jun, 2016

Prof. Dr. Thiago Gomes Nascimento<sup>i</sup> – Editor

thiago.nascimento@iscp.edu.br

Instituto Superior de Ciências Policiais

## **Editorial**

Prezado(a) Leitor(a),

Em 2016, a Revista Ciência & Polícia (RCP) passou por uma profunda reestruturação, que impôs alguns desafios. O primeiro deles foi a utilização do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que contempla ações essenciais à automação das atividades da RCP, além de permitir uma melhoria na avaliação da qualidade do periódico e uma maior rapidez no fluxo das informações. O segundo desafio é a publicação semestral da RCP, que demandará de toda equipe, comprometimento e agilidade durante o processo editorial. Soma-se a isso, a incorporação da RCP à diretórios e indexadores nacionais e internacionais. Neste ponto, cabe ressaltar que nossa Revista foi incorporada as seguintes bases de periódicos e indexadores: LATINDEX, SUMÁRIOS.ORG, DIADORIM, GOOGLE ACADEMICS, sendo que já foi estabelecido contato com outros para que num futuro próximo possamos aumentar nossa participação em outras importantes bases de periódicos.

Diante disso, mais do que nunca é de fundamental importância o apoio do nosso seleto grupo de autores e avaliadores, que disponibilizam seu tempo para o crescimento e reconhecimento da Revista Ciência & Polícia, como referência na áreas das ciências policiais e segurança pública. A RCP, com o objetivo de contínuo aprimoramento, está em processo de

aceitação de novos de revisores e pareceristas e continua a incentivar os pesquisadores a submeterem seus artigos, das diversas áreas que compõem o escopo da revista.

Esta primeira edição de 2016 apresenta sete artigos que abrangem várias áreas de conhecimento no âmbito da Ciência Policial. O primeiro artigo de autoria de Fábio Pereira Margarido abordou as origens e evolução da polícia militar ambiental no âmbito da PMDF. Aspecto importante abordado pelo autor, refere-se que a mudança de nomenclatura entre Polícia Militar Ambiental ou Polícia Florestal, não engendrou qualquer diferença referente à abrangência institucional, com maior ou menor atribuição ou competência entre ambas.

O segundo artigo de autoria Renata Braz das Neves Cardoso e Leides Barroso de Azevedo Moura apresentam resultados de pesquisa inédita sobre violência praticada contra parceiros íntimos, empreendida por policial militar. Neste artigo foi possível mapear o perfil do agressor, com informações sobre idade, tempo e tipo de relacionamento, entre outras. Concluem as autoras, que a prática de violência intrafamiliar, e violência contra parceiros íntimos, cometida por policial militar é um fato que merece destaque e atenção na agenda da corporação policial. O artigo seguinte, de autoria de Bilmar Angelis de Almeida Ferreira, Antônio de Jesus Felipe de Oliveira e Jane de Oliveira Rabelo de Almeida buscou apresentar a avaliação do modelo de maturidade em alinhamento estratégico de TI na Polícia Militar do Distrito Federal. Os resultados da pesquisa indicam que PMDF possui uma compreensão do papel da TI no contexto estratégico organizacional, encontrando-se ainda em um estágio inicial.

O quarto artigo, escrito por Paula Ribeiro e Oliveira tem como objetivo de caracterizar o ambiente escolar e identificar os pontos sensíveis que comprometem a qualidade da proteção do ensino e à aprendizagem. Para a autora é possível otimizar a segurança nas escolas por meio da participação social, concluindo que Educação e Segurança são modelos indissociáveis e corroboram, mutuamente, valores de Cidadania. O quinto artigo, de autoria de Leonardo Borges Ferreira e Tatiana Ulissesde Carvalho Borges, buscou verificar a percepção dos policiais rodoviários federais a respeito da atuação das Corregedorias Geral e Corregedorias Regionais considerando o papel preventivo e repressivo dos mesmos no Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF). Os resultados demonstraram que a ação preventiva mais importante refere-se a divulgação dos dados quantitativos por parte das Corregedorias sobre denúncias/apurações/penalidades contra servidores, sendo que a maior parte dos servidores afirmaram conhecer algum outro servidor que já recebeu alguma punição.

O artigo de Lincoln Agudo Oliveira Benito analisou a frequência de registros de denúncias notificadas pelo Programa Disque 100, de violência sexual contra crianças, analisando o perfil do acusado, no Brasil entre os anos de 2011 a 2014. Os resultados sugerem uma redução na frequência de registros de violência sexual contra crianças no Brasil no recorte histórico e geográfico analisados. Por fim, o artigo de Fabrício de Andrade Raymundo procura abordar aspectos relacionados e de integração entre o policiamento ostensivo e o policiamento velado. Para o autor, essa abordagem integradora possibilita um melhor atendimento à população devido a integração entre a polícia fardada e o suporte descaracterizado.

Esperamos que nossos leitores apreciem os artigos, convidando-os para enviarem suas contribuições para os próximos números da Revista Ciência & Polícia.

Boa leitura!

---

<sup>i</sup> Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP). Obteve seu Ph.D. em Ciências de Gestão pela Escola Doutoral de Economia e Gestão da Universidade de Aix-Marseille na França, e seu Doutorado em Administração pela Universidade de Brasília, Brasil. Atualmente, realiza, com bolsa da FAP-DF, Pós-doutorado em Psicologia Organizacional pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília, cuja pesquisa versa sobre cognições compartilhadas em equipes de

---

trabalho. Realizou Pós-doutorado em Administração Pública, com foco em Criminologia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Coordena o PÓLIS - Grupo de Pesquisa sobre Polícia e Segurança Pública. Tem experiência nas áreas de psicologia (social e organizacional), administração (com ênfase em estudos organizacionais) e criminologia (criminologia ambiental e criminologia comparada).

## **Criação e Reativação da Polícia Florestal no Distrito Federal de 1988 a 1990: Origens e Evolução da Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal.**

**Fábio Pereira Margarido**

*Polícia Militar do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil*

*Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil*

**Resumo.** As origens, legais, da atividade de polícia ostensiva da atual Capital da República Federativa do Brasil, se configuram com a transferência da antiga Capital, situada no Estado do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Onde várias especializações de policiamento ostensivo foram sendo criadas, dentre elas a atividade de policiamento florestal. Após sua criação e funcionamento, veio a ser realocada, aonde suas atividades precípuas vieram a ser desvirtuadas, fato que levou, a atividade, ser encerrada por certo tempo. Após certo tempo, a atividade de policiamento florestal veio a ser reativada, fato que foi de fundamental importância para que seguisse seu curso e consolidasse sua existência, sua cultura e identidade na proteção ambiental.

**Palavras chave:** Polícia Militar, polícia florestal, atividade de polícia ostensiva ambiental.

## **Creation and Reactivation of the Forestry Police in the Federal District from 1988 to 1990: Origins and Evolution of Environmental Military Police of the Federal District.**

**Abstract.** The origins, legal, of ostensive police activity of the current capital of the Federative Republic of Brazil, are configured with the transfer of the former capital, located in the State of Rio de Janeiro to the Central Plateau. Where several policing expertise ostensivo<sup>1</sup> were created, among them the forest policing activity. After its creation and operation, came to be relocated, where their core activities came to be undermined, a fact that led the activity, it is closed for a time. After a while, the forest policing activity came to be reactivated, a fact that was of fundamental importance to follow his course and to consolidate their existence, their culture and identity in environmental protection.

**Keywords:** Military Police, forest police, environmental ostensive police activity.

## A origem da Polícia da Capital da Republica Federativa do Brasil.

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) é a Polícia Militar da capital da República Federativa do Brasil e, para tanto, reporta-se às origens da chegada e estabelecimento da família real portuguesa no Brasil e posteriormente, acompanhou a vinda do centro político do país, do antigo Distrito Federal na cidade do Rio de Janeiro, para o Planalto Central. Neste contexto, tanto a PMDF, como a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), datam sua criação desde 1809.

	<p>Decreto de 13 de Maio de 1809</p> <p>Crêa a Divisão Militar da Guarda Real de Policia no Rio de Janeiro.</p> <p>O Príncipe Regente faz saber a todos os suditos da Corte do Brasil que sendo de absoluta necessidade prover a segurança e tranquillidade pública desta heróica e mui leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cuja população e tráfego teem crescido consideravelmente, e se augmentará todos os dias pela affluência de negócios inseparáveis das grandes capitaes; e havendo mostrado a experiencia, que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Policia e o mais proprio não só para aquelle desejado fim da bôa ordem e sossêgo público, mas ainda para obstar as damnosas especulações do contrabando, que nenhuma outra providência nem as mais rigorosas leis prohibitivas tem podido cohibir: sou servido crear uma Divisão Militar da Guarda Real de Policia desta Corte, com a possível semelhança daquella que com tão reconhecidas vantagens estabeleci em Lisboa, a qual se organizará na conformidade do plano, que com este baixo assignado pelo Conde de Linhares, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra.</p> <p>O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar na parte que lhe toca.</p> <p>Paço Real da Corte no Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1809.</p>
--	---

Figura 1. Decreto de Criação das Polícias Militares.

Fonte: Disponível em: <[www.policiamilitar.rj.gov.br](http://www.policiamilitar.rj.gov.br)>. Acesso em: 30 de junho de 2005.

Já a concretização da atividade de polícia ostensiva, na atual Capital, se deu com a vinda, em 1965, de uma Companhia da PMERJ para formar a PMDF. Antes dessa da transferência efetiva alguns Oficiais vinham do Rio de Janeiro para Brasília assumir funções

específicas de Comando de Unidade, Chefia ou Direção e até mesmo o assessoramento junto ao Comando Geral e ao Governo local.

### **A transferência da Capital para o Planalto Central.**

Para melhor compreensão verifica-se que a Constituição Federal de 1946, em seu artigo 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentava a transferência da Capital da República para o Planalto Central. Contudo tal fato veio a ser consolidado somente em 1960 com sua inauguração. Com a vinda do Distrito Federal para o centro-oeste, houve também a necessidade de transferir toda sua organização político-administrativa, inclusive policial militar. A Lei nº 3.752 de 14 de abril de 1960 apresentava o seguinte dispositivo:

**Art. 3º** Serão transferidos ao Estado da Guanabara, na data de sua constituição, sem qualquer indenização, os serviços públicos de natureza local, prestados ou mantidos pela União, os servidores nêles lotados e todos os bens e direitos nêles aplicados e compreendidos.

§ 1º Os serviços ora transferidos e o pessoal neles lotado, civil e militar, passam para a jurisdição do Estado da Guanabara, e ficam sujeitos à autoridade estadual, tanto no que se refere à organização desses serviços, como no que respeita às leis que regulam as relações entre esse Estado e seus servidores.

Incluem-se nesses serviços a Justiça, o Ministério Público, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, os estabelecimentos penais e os órgãos e serviços do Departamento Federal de Segurança Pública, encarregados do policiamento do atual Distrito Federal. (GN)

Antes da inauguração de Brasília, como a Capital da República Federativa do Brasil só havia, no planalto central, uma grande área do bioma Cerrado, característico do centro oeste, que é o segundo maior bioma do Brasil. Para termos ideia da dimensão do atual Distrito Federal, várias fazendas pertencentes aos municípios de Planaltina, Luziânia e Formosa, foram desapropriadas pelo governo federal para dar início ao que conhecemos hoje. Isso reflete, atualmente, em diversos problemas fundiários.

No período de transição da Capital da República do Rio de Janeiro para o centro oeste, foi criado aqui no Planalto Central, em pleno Cerrado, os preparativos para iniciar um grande canteiro de obras. Em 19 de setembro de 1956, numa quarta-feira, o Congresso Nacional aprovou, após tramitação relativamente rápida, a Lei número 2.874, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, para a criação da denominada Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP que seria a responsável por todas as atividades da construção de Brasília.

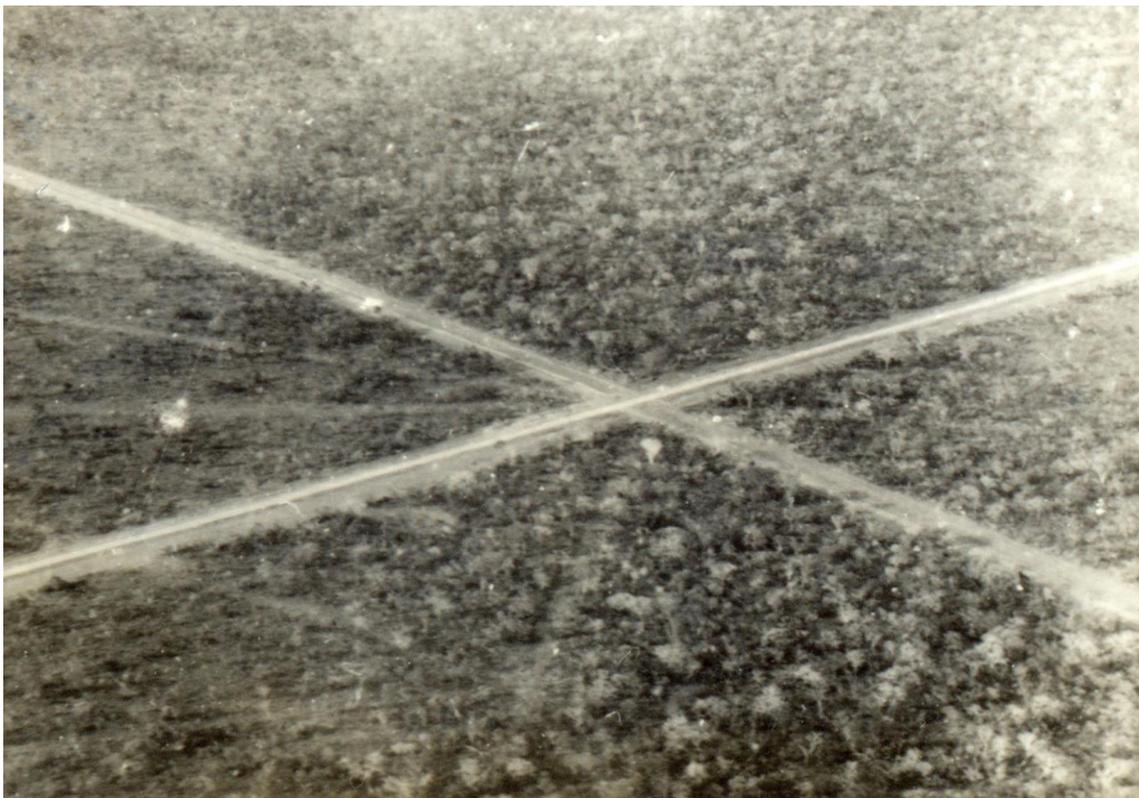


Foto 1. Cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviários. Brasília – DF. Em (1956-1957).  
Fonte: ArPDF.

A logística necessária para a criação de uma cidade inteira foi grandiosa: homens e máquinas em grande quantidade foram necessários, e com essa aglomeração de aproximadamente 2.500 pessoas, resultados diversos poderiam ocorrer, como: pequenos delitos, bebedeiras, brigas, porte de facas e armas de fogo, pois para trabalhar na construção, vinham pessoas de todo o Brasil. Em primeiro de abril de 1957, foi inaugurado o aeroporto de Brasília, com pista pavimentada de 3.300 metros. Tal construção foi de grande importância para a Capital, pois facilitou a chegada de muitas máquinas e pessoas que antes se dava pelo aeroporto de Luziânia - Goiás. Por coincidência foi nesta mesma data que se inaugura o primeiro núcleo policial sob o comando do Coronel reformado Antonio Muzzi, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Distrito Federal), antiga Capital.



ARQUIVO PÚBLICO DO DF  
NOV.D.04.04.B.02 N° 256  
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
PARTE DO CONGRESSO NACIONAL E ESTAÇÃO RODOVIÁRIA  
LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: [1957-1960]  
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO

Foto 2. Vistas de Brasília

Fonte: ArPDF.

A mudança da Capital, para o centro do país, reporta o ideário de centralização da gestão do poder, fato que demonstra uma maneira de integração nacional das sociedades modernas. Ao estudar Giddens, verificamos que, *“à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra”* – a natureza intrínseca das instituições modernas (GIDDENS, 1990, p. 12). A centralização do poder era fato que já ocorria em outras partes do mundo.

### **As origens da atividade policial na Capital do Planalto Central.**

A NOVACAP dentre outras várias atribuições Institucionais também possuía, em sua organização administrativa, uma Divisão de Segurança Pública, segundo Teixeira:

No mês de janeiro de 1957, conversava com o Dr. Israel Pinheiro, em seu gabinete de trabalho no Rio de Janeiro, quando surgiu a idéia de ser instalado um policiamento oficial em Brasília, para manter vigilância sobre material pesado das companhias, que se achava espalhado pelo acampamento, pois, já havia ocorrido alguns casos de furto. Ficou, então, estabelecida a criação da “Divisão de Segurança Pública da Novacap”, isso aconteceu no dia 20 de fevereiro de 1957.

Ainda segundo Teixeira, esta Divisão era composta pela Guarda Policial que tinha atribuições de policiamento em áreas urbanas como a cidade livre e a sede da NOVACAP e suas autoridades, e seu chefe direto era Israel Pinheiro. Existia também a Guarda Rural da NOVACAP, que possuía atribuições nas áreas externas às áreas urbanas, como: assegurar e controlar da fauna e flora, os setores ligados à NOVACAP, controlar incêndios, policiар os acampamentos. Tudo que ficava aos arredores da área urbana. Seu chefe era Iris Meinberg. Desse modo originou o primeiro grupamento de policiamento florestal na Nova Capital do Brasil.

Pode-se sustentar que surge aqui o embrião da atual Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, do Governo do Distrito Federal.

Na sua relação de dependência e criação com a natureza, e novamente com o meio ambiente urbano ou modificado, o homem se apropria das funções essenciais dos instrumentos que utiliza e, por conseguinte, desenvolve por meio da apropriação da sua cultura e formação de novas capacidades, e novas cátedras intelectuais. De acordo com Markus:

[...] o processo histórico do trabalho é também o da criação e da acumulação de novas necessidades humanas. E isto porque a produção não é idêntica à satisfação, numa área sempre mais ampla e mediante objetos sempre renováveis, de necessidades biológicas estabelecidas, dadas, mas significa também, ao mesmo tempo uma produção de necessidades [...] por outro lado durante a produção, nascem necessidades totalmente novas e de origem social, necessidades que são ou individuais, ou sociais (MARKUS, 1974, p. 85).

Em 1987, o Chefe da Casa Militar do Governo do Distrito Federal, Coronel Rezende, havia recebido uma solicitação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em Brasília, para que fosse implantado, no Parque Nacional de Brasília (PNB), um policiamento, de preferência com a utilização de cavalos (Policiamento Montado) para não se utilizar veículos e facilitar a mobilidade no interior do Parque, e teve início com efetivo reduzido: um Grupo ou um Pelotão, com aproximadamente, 12 (doze) policiais militares.

Para o seu devido cumprimento, esta missão foi conferida ao então 2º Tenente Adauto Gama, se deu pelo fato de ele ser o único Oficial Subalterno, lotado no antigo Batalhão de Guardas e ainda, ser oriundo da Arma de Cavalaria. O Tenente Adauto tinha suas origens no 2º RCG (Regimento de Cavalaria de Guardas), Regimento Andrade Neves, do Exército Brasileiro (EB) no Rio de Janeiro, e por possuir tais conhecimentos se encaixava perfeitamente no que o IBDF havia planejado para a criação de um policiamento montado no interior do Parque.



Foto 3. Reunião para discutir o início da atividade de policiamento ostensivo florestal no Parque Nacional de Brasília. Dia 21 de janeiro de 1988.

Fonte: Crédito: Jefferson Pinheiro/CB/D.A Press. Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Almir Maia, à esquerda, e o Tenente Coronel Estevam Rezende discutindo sobre a questão do policiamento florestal no Parque Nacional de Brasília.

As atividades de proteção ambiental vêm se congregando ao longo dos tempos para um fim comum, que é o de manter os sistemas naturais vivos em funcionamento. Ainda que a formação e a construção de uma identidade, segundo Hall, sejam formadas de processos também inconscientes, na verdade outros fatores comungam para certa convergência e assim, também consciente, pois a utilização de animais de montaria visando minimizar impactos de compactação do solo se tornou viável, porém, em desuso ao longo dos tempos, onde:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’.

Segundo o Coronel Adauto:

Aí eu consegui o material com o RPMont, como: sela, cabeçada e todo o equipamento e consegui inicialmente 12 (doze) policiais militares do RPMont que foram transferidos para o BG e destinados ao serviço comigo na Parque a meu comando, eles ficavam lá e a cada três vezes por semana fazíamos o patrulhamento no Parque.[...].

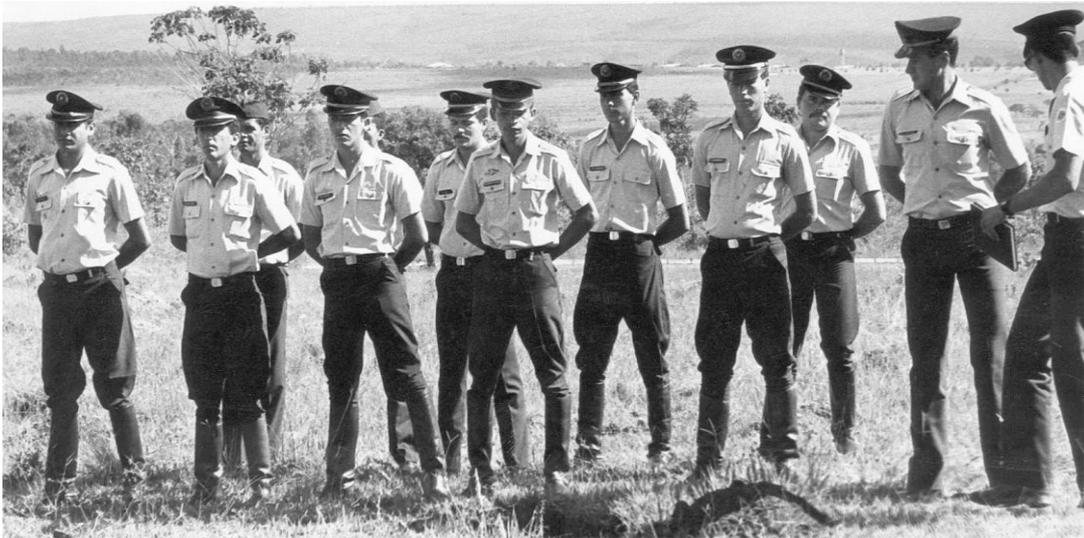


Foto 4. Primeiro grupamento de policiamento florestal do Distrito Federal. Dia 21 de janeiro de 1988. Fonte: Crédito: Jefferson Pinheiro/CB/D.A Press. Policiais militares responsáveis pela guarda da fauna e da flora do Parque Nacional de Brasília.

Naquela época, a ideia inicial era direcionar a criação de um policiamento no interior do Parque Nacional de Brasília somente. Naquele Parque, a incidência de incêndios, caça e pesca predatórias eram bem corriqueiras, pois além de servir como área de treinamento para militares integrantes do Exército Brasileiro, pelo fato do Parque ser limítrofe ao Setor Militar Urbano, em Brasília. A atuação e o ideário de proteção, da Polícia Florestal, nasceram de forma restrita ao Parque Nacional:

[...] não havia nenhuma intenção ambiental quando da criação, a intenção era somente a proteção do Parque Nacional que estava sendo depredado [...] Destruído, por que todo mundo que ia para lá o Caçador, o pescador e todos que ali iam visitar, enchiam a cara e faziam fogueira que lambia em fogo todo o Parque Nacional. As pessoas iam para lá para pegar animais para vender para levar para casa, bebiam muito sujavam o parque todo, largavam tudo por lá e o principal era a segurança do Parque. O IBDF tinha o efetivo reduzidíssimo de agentes lá e inclusive nossas patrulhas eram desenvolvidas lá sempre com uma guarnição composta por 01 (um) motorista do Parque Nacional, mateiros que estavam por lá há anos e 02 ou 03 Policiais Florestais para fazer as prisões ou pelo menos botar par acorrer.

No período compreendido entre 1965 e 1988 não se tem informações acerca das atividades policiais militares protetivas ambientais no DF, mas em 24 de janeiro de 1988 é publicada a matéria no jornal *Correio Braziliense*, com a seguinte manchete: *PM protege os animais e as árvores do Parque. Policiamento será feito em carros e cavalos. Utilização de ultraleve esta sendo estudada*. Na mesma matéria consta o seguinte:

Pequi, Pau-de-Papagaio, Pau-Santo, Canela-da-Ema, Ipê Amarelo, Buriti, Veado, Lobo guará, Tamanduá-bandeira, Tatu canastra, Capivara, Ema, Siriema, Papagaio,

Colheiro-rosado, Tucunaré. Esses são alguns representantes da fauna e flora silvestre existente no Parque Nacional de Brasília e que, a partir de agora, por mais estranho que possa parecer, farão parte do aprendizado de alguns policiais militares da cidade. Isto porque está funcionando, desde quarta-feira última, um grupamento especial da PMDF cujo objetivo é a preservação do Parque e proteção contra os depredadores do meio ambiente.

Ainda, de acordo com a matéria, a capacitação daqueles policiais militares ficaria a cargo do IBDF e seria direcionada para a identificação das principais espécies de fauna e flora existentes no Parque Nacional de Brasília. A mesma matéria traz ainda, as palavras do Administrador do Parque, a época, Gabriel Cardoso retratando as dificuldades em se fiscalizar toda sua extensão: *“Mas isto aqui é muito grande. Esse trabalho de fiscalização não rende nada. É praticamente impossível o fiscal detectar o infrator em determinado local e em determinada hora [...] Eu estou acreditando no trabalho da PM”*.

Ainda na mesma matéria consta também que,

Os cinco primeiros meses de Comando do Coronel Maia foram marcados pela introdução de novos meios de policiamento. Além das Kombis e do policiamento florestal, a PM está implantando uma companhia de policiamento em representações diplomáticas, o policiamento rural, o destinado à proteção de presídios e o policiamento da área do Congresso Nacional.

Nessa época houve ações de gestão de segurança pública, com foco policial militar, por parte do Comando Geral da PMDF e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Pretendia-se ocupar espaços que já pertenciam à Polícia Militar e até então, não eram efetivados como o policiamento florestal, por exemplo, previsto desde 1969, com o Decreto Lei nº 667. Sua criação veio juntamente com a criação de outras Unidades Especializadas e serviços como: Rondas Ostensivas Candango (ROCAN), o Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO), Polícia Rodoviária.

Como relatado pelo próprio Tenente Coronel Aduino Gama, a época da entrevista, para criar a heráldica, o símbolo e as cores da Companhia de Polícia Florestal, e a missão institucional, em Decreto, ele teve que pedir vários materiais a várias outras Polícias Florestais já existentes em outros Estados da Federação, como a PM do Estado do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e outras. Nesses Estados, as Polícias Militares Florestais já se faziam presentes há mais tempo que no Distrito Federal. Tal solicitação era feita por carta, por telefone já que não se tinha, em 1998, internet ou e-mail ou outro meio mais veloz e mais seguro como temos atualmente.

Após isso, em 06 de junho de 1988, o jornal Correio Braziliense divulga uma matéria com a seguinte manchete *Parque agora tem maior segurança*, informando da inauguração do Centro de Visitantes do Parque Nacional de Brasília no domingo dia 05 de junho, e que foi

realizado o voo inaugural do Programa de Patrulhamento Florestal do Parque com ultraleves. Consta também que segundo Pizzatto – a época Diretor de Parques do IBDF – *O IBDF tem 11 milhões de hectares para proteger e dispõe de apenas 500 guardas florestais em todo o País*. Segundo ainda, a referida matéria, informa que,

O tenente Aduato, Comandante da Companhia Florestal da PM, disse que agora a pena é de reclusão (de um a três anos) para crimes de depredação do meio ambiente e caça e pesca no Parque. [...] O tenente Aduato contou a estratégia de muitos caçadores que, à noite, estacionam o carro nas cercas do Parque como se estivessem quebrados, vão à caça e retornam normalmente pela manhã. Agora serão surpreendidos pela fiscalização.

No Distrito Federal, a Companhia de Polícia Florestal foi criada pelo Decreto Distrital nº 11.124, de 10 de junho de 1988, vindo a cumprir o contido no artigo 2º Decreto 88.777, de 30 de setembro de 1983, que regulamenta a Decreto-Lei nº 667 de 2 de julho de 1969. Essa denominação foi ostentada até 2003, quando passou a ser chamada de Companhia de Polícia Militar Ambiental. De acordo com o Decreto Distrital de nº 23.955 de 1º de agosto de 2003.

Segundo Hobsbawm e Ranger, a invenção de tradições ocorre,

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas tradições” foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta. (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 12).

Pode-se observar que as atividades de policiamento ostensivo florestal iniciaram antes mesmo da criação da Unidade Especializada, Companhia de Polícia Florestal, e que não possuía o nome ‘Militar’. Cabe salientar que o primeiro ato administrativo da CPFlo, foi a publicação do Boletim Interno de nº 028 de 26 de julho de 1988, página 023, com a seguinte descrição,

Foi designado para as funções de Comandante da Companhia de Polícia Florestal o 1º TEN QOPM – ADAUTO GAMA DE OLIVEIRA FILHO, Matr. 00.443/X, conforme transcrito no BCG nº 138 de 25 de julho de 1988, Função de Capitão de acordo com previsto no “QO” “Quadro Orgânico” da UPM, a contar de 01 de Julho de 1988.



Foto 5. Primeiro grupamento de policiamento florestal do Distrito Federal.  
Fonte: Arquivo pessoal do Coronel Aduino Gama de Oliveira Filho.

Nas fotos, de nº 04 e 05, encontramos o primeiro grupamento de Polícia Militar Florestal criado no Distrito Federal. A época, todos eram lotados no Regimento de Polícia Montada e foram emprestados para a execução das atividades florestais. Na foto de nº. 05, ao centro, de bigode e boina na mão esquerda, encontramos o Tenente Aduino Gama, que foi o primeiro Comandante daquele grupamento Florestal. Encontra-se ainda na foto o então Aspirante-a-Oficial Policial Militar Moretto, que foi o primeiro Subcomandante da CPFlo e o Sargento Arcanjo Rodrigues Lopes, Chefe do Destacamento. Aparece também o fiscal, a época, do IBDF, Jorge Lourenço, de camisa branca e calça jeans, em pé à esquerda, que até poucos anos atrás, ainda trabalhava no Parque Nacional de Brasília.

Em 19 de setembro de 1988, segunda-feira é publicada a matéria com a seguinte manchete: *Polícia Florestal pega comerciante de pássaros*. Constam as seguintes informações na matéria,

Cerca de duzentos pássaros que estavam sendo comercializados na tradicional Feira do Rolo, localizada no Centro de Cinelândia foram apreendidos e levados para 15ª DP juntamente com seus donos que todos os finais de semana vendem e compram as pequenas aves que são presas em gaiolas [...] A blitz foi realizada por 18 PMs da Polícia Florestal que foi criada recentemente, dez agentes do IBDF e alguns policiais da 15ª DP que planejaram o combate a este delito na semana passada.[...] Entre as aves apreendidas encontravam-se azulões, pintassilgos, patativas, galos de campina, pássaros pretos...[...].

No dia 13 de março de 1989, a sede da Companhia de Polícia Florestal sai do Parque Nacional de Brasília e se muda para a quadra 408, conjunto 01, casa 01 e 02, Samambaia – DF. Tal mudança se deu por motivos administrativos, em virtude da mudança da Direção daquele Parque. O Tenente Aduato comandou a Companhia de Polícia Florestal de 01 de julho de 1988 a 26 de abril de 1989, tendo passado o comando ao novo Comandante, o então Major do Quadro de Oficiais policiais Militares (QOPM) Adelson Lôpo da Silva, que comandou a CPFlo até o dia 22 de novembro de 1989.

Com a preocupação do Governo do Distrito Federal em assentar invasores de áreas públicas de alguns pontos do DF é que surge a Vila Roriz em Samambaia, Região Administrativa nº. XII. Com isso, é necessário também criar no local uma nova Unidade Policial Militar. Surge, então, a 2ª Companhia de Polícia Militar Independente.



Foto 6. Recorte de jornal sem cabeçalho, possivelmente Jornal de Brasília. Fotografo Wagner Bill.  
Fonte: Arquivo pessoal do Coronel Aduato Gama de Oliveira Filho.

A criação da nova Unidade Policial Militar e o deslocamento do efetivo da CPFlo para aquela Região Administrativa fizeram com que a finalidade do policiamento florestal fosse colocado de lado e os servidores policiais militares passaram a executar o policiamento ostensivo do cotidiano de Polícia Militar e não mais especializado em florestal.

Comprova-se aqui uma quebra da cultura institucional na proteção ao meio ambiente, uma ruptura das atividades que vinham sendo construídas. Assim, a cultura identitária institucional é de fundamental importância para a consolidação de uma identidade funcional. Assim, Tradição é a continuidade de ações, é uma repetição de ações, de símbolos, mitos e

ritos e a transmissão de valores e passados por gerações, mas nem sempre científicos, nem sempre acadêmicos. A tradição sobrevive.

Não há qualquer registro das atividades de Polícia Militar Florestal no período de 23 de novembro de 1989 a 24 de agosto de 1990, data esta última que reporta a assunção do Capitão Sampaio.

### **Reativação da Polícia Florestal no Distrito Federal**

Somente em 24 de agosto de 1990, é que a Polícia Florestal é reativada com a nomeação, para assumir seu Comando, do Capitão QOPM Ruy Sampaio Silva. Na mesma época a Diretoria de Ensino aprova plano do 84º curso de formação de soldados (CFSD) a funcionar conjuntamente na CPFlo e no 4º BPM, no período de 16 de julho a 21 de dezembro de 1990. Os policiais militares formados naquele Curso iriam ser lotados naquela Companhia Florestal reativada nas instalações do antigo Núcleo de Custódia, local até hoje ocupada pelo atual Batalhão de Polícia Ambiental.



Foto 7. Datada de 12 de setembro de 1990.

Fonte: Crédito: Jefferson Pinheiro/CB/D.A Press. Capitão da Polícia Militar, Ruy Sampaio, próximo a material de caça e pesca apreendidos pela Polícia Florestal.

No dia 06 de setembro de 1990, quinta-feira, o jornal Correio Braziliense divulga a seguinte manchete, *Polícia fecha a temporada ilegal de caça e pesca*. A matéria informa que 13 cavalos e 75 homens com uniformes novos, do tipo camuflado, estão sendo utilizados na atividade. Na mesma matéria, consta ainda o seguinte:

Vão perder todo seu armamento e utensílios de pesca, porque é isso que os 75 integrantes da Companhia de Polícia Florestal reativada ontem, estão fazendo para acabar com a caça e pesca nas áreas do Zoológico e da reserva de Riacho Fundo, que compreende aproximadamente 530 hectares de Santuário de Vida Silvestre, entre a Candangolândia, Aeroporto e o Plano Piloto [...] a Companhia de Polícia Florestal vem atuando há cerca de dois meses, período utilizado para a adaptação dos agentes ao local e treinamento para o combate à caça e pesca na região [...] Ontem o comando da Polícia Militar procedeu a entrega da corporação à comunidade, com a incumbência de proteger as reservas florestais e as áreas de proteção ambiental.

Para retratar ainda mais as questões de tradição observamos segundo Giddens, que, a tradição é contextual, gradativa, uma combinação de ritual e verdade formular. *É a verdade formular que torna os aspectos centrais da tradição intocáveis e confere integridade ao presente em relação ao passado* (GIDDENS, 1997, p.127).

A tradição percebida como dinâmica e não estática é, enfim, uma maneira de evitar choques entre diferentes valores e modos de vida, agindo como articuladora de atores e grupos sociais (incorporando relações de poder e naturalizandoas), entre as diferentes instâncias do mundo social.

Ainda citando as palavras de Giddens:

A tradição está ligada à memória, especificamente aquilo que Maurice Halbwachs denomina “memória coletiva”; envolve ritual; está ligada ao que vamos chamar de noção formular de verdade; possui “guardiães”; e, ao contrário do costume, tem uma força que combina conteúdo moral e emocional. (GIDDENS, 1997, p.127).

Com o advento do Decreto nº 23.955, de 1º de agosto de 2003, a referida Unidade passou a se chamar Companhia de Polícia Militar Ambiental. Na verdade, não há qualquer diferença, com relação à abrangência institucional entre Polícia Militar Ambiental ou Polícia Florestal, maior ou menor atribuição ou competência entre ambas. O que há realmente, na denominação de Polícia Florestal, é o fiel cumprimento do contido no Decreto-Lei nº 667, já citado. Já a nomenclatura ambiental vem acompanhar toda uma contextualização, toda uma tendência mundial ambiental.

Importante salientar aqui, que o instrumento normativo legal reafirma e consolida a atividade institucional protetiva ambiental na PMDF. O que é de fundamental importância no âmbito da administração pública.

De acordo com o princípio da legalidade, que nos mostra nitidamente o Decreto-Lei nº 667, Polícia Florestal é a denominação mais correta, porém, tal mudança do nome “Florestal” para “Ambiental” visa, somente, acompanhar a transformação mundial, como já descrito, pois o nome florestal ensejava uma percepção social de que tal Polícia somente existia para proteger a flora, fato que nunca ocorreu, como aqui descrito. A última Polícia Militar a mudar de florestal para ambiental, foi a do Estado da Paraíba.

Ao reportar ao mesmo período, ou relacionar o fator espaço tempo, cabe salientar que O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental, sendo elas: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. [Grifo Nosso].

## CONCLUSÃO

Informações importantes aqui foram apresentadas no intuito de se traçar um breve histórico da vida policial militar ambiental no Distrito Federal, para se comprovar que desde sua criação a preocupação com o caráter preventivo, educativo e protetor sempre estiveram presentes nas atividades desempenhadas.

A transmissão do conhecimento cultural deve sempre ser cumprida, onde posturas institucionais e históricas e não devem ser esquecidas. Fatos históricos devem ser consolidados e devem fazer parte de uma cultura usual Institucional. Os conhecimentos não podem ser perdidos, pois juntamente com ele se vai todo um passado. Toda uma história se perde sem ser transmitida, sem ser trabalhada.

Ao tratar da transmissão de conhecimento, reportamos a ideia de Maturana, onde:

[...] a diferença está no conhecimento possível. A diferença está no conhecimento disponível. E a disponibilidade do conhecimento é determinada pela emoção. O amor expande a nossa visão. O amor expande nossa visão, então vemos mais, ouvimos mais (MATURANA: 2000, p. 101).

Como seria possível um conhecimento disponível que resultasse na emoção de um saber e outros sentimentos diversos, se nossa história não é relatada, contada, se ela não é apresentada e nem mesmo difundida. Todo esse conhecimento se perde com o passar do tempo. Temos que nos conhecer, conhecer as nossas origens, nossa formação e nosso processo evolutivo no espaço e no tempo.

O presente é um seguimento do passado, e que vai refletir em um futuro a curto, médio e a longo prazo. Não podemos pensar que os espaços temporais ocorrem de forma dissociadas e independentes. O que se fez no presente refletirá em algum lugar e de alguma forma.

Ao sustentar aqui, as colocações de Donald Worster, onde: *a “História” da lugar às “histórias”*, verificamos verdadeiramente que o fator “tempo” não somente no sentido de

conhecimento cultural, mas também de amadurecimento cultural, ele é preponderante para amparar análises diversas dos fatos ocorridos e que poderão ser base para a tomada de decisões presentes e futuras. No mesmo sentido, “*a história conta muitas estórias de insensatez humana, de morte de declínio. Se optamos ou não por aprender com o passado, se escolhemos aprender ou ignorar esse passado, o passado é o nosso único instructor*”.

Todos os feitos do passado irão refletir em nosso presente e os feitos do presente, irão refletir em um futuro, não muito distante. A partir daí devemos expandir novos conhecimentos, novas perspectivas o que resultará condutas e posturas socioambientais, Institucionais e pessoais, protetivas de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio para todas as espécies vivas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL . Constituição Federal de 1946 e 1988.

\_\_\_\_\_ . Lei nº 2.874 de 19 de setembro de 1956.

\_\_\_\_\_ . Lei nº 3.752 de 14 de abril de 1960.

\_\_\_\_\_ . Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

\_\_\_\_\_ . Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984.

\_\_\_\_\_ . Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

\_\_\_\_\_ . Decreto Distrital nº 1.287, e 02 de fevereiro de 1970.

\_\_\_\_\_ . Decreto Distrital nº 6.148, e 11 de agosto de 1981.

\_\_\_\_\_ . Decreto Distrital nº 6.827, e 23 de julho de 1982.

\_\_\_\_\_ . Decreto Distrital nº 11.124, de 10 de junho de 1988.

\_\_\_\_\_ . Decreto Distrital nº 14.664, e 25 de março de 1993.

\_\_\_\_\_ . Decreto Distrital nº 17.563, de 29 de julho de 1996.

\_\_\_\_\_ . Decreto Distrital nº 23.955 de 1º de agosto de 2003.

\_\_\_\_\_ . Decreto Distrital nº 31.793 de 11 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_ . BRASIL. Boletim do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

\_\_\_\_\_ . BRASIL. Boletim Interno da Companhia de Polícia Florestal.

DANTAS, Adelaide Simone Navarro. **O papel das Polícias Militares junto à sociedade brasileira**. Inconfidência. Brasília: 1997.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. Editora UNESP da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista (FYNDUNESP). São Paulo, 1991.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11<sup>a</sup>. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Jornal Correio Braziliense.
- MARKUS, Gyorgy. **Teoria do Conhecimento no jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MATURANA, Humberto. **Transdisciplinaridade e Cognição, in Educação e Transdisciplinaridade**, Nicolescu, Basarad. (org), UNESCO. Brasília: 2000.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 20<sup>a</sup> edição, editora Malheiros, São Paulo: 1994.
- SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. 2<sup>a</sup> edição. Senado Federal, Centro Gráfico, Brasília, 1985.
- TEIXEIRA, Hermes Aquino. **No tempo da GEB (1956-1960). Trabalho e violência na construção de Brasília**. Thesaurus, Brasília: 1996
- WORSTER, Donald. A Natureza e a Desordem da História. Em: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; e TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

Recebido: 06/01/2016

Revisado: 10/05/2016

Aceito: 12/06/2016

*Fábio Pereira Margarido*, Mestre em Política e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UNB), Brasil. Possui graduação em Segurança Pública, Curso de Formação de Oficiais, pela Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB) e possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). É Especialista em Direito Ambiental pelo UNICEUB, em Direito Público e em Direito Militar ambos pela Universidade Católica de Brasília (UCB) é Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMB. Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP) na disciplina: Direito Ambiental aplicado à policia ostensiva.  
E-mail: fpmarg@hotmail.com.

## **A Atuação da PMDF Diante dos Casos de Violência Contra Parceiros Íntimos: Uma Análise da Instrução Normativa Nº 003/2011 do Departamento de Controle e Correição**

**Renata Braz das Neves Cardoso**

*Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil*

*Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil*

**Leides Barroso de Azevedo Moura**

*Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil*

**Resumo.** Este artigo apresenta uma discussão sobre a violência praticada contra parceiros íntimos, cometida por policial militar do DF. Trata-se de uma pesquisa pioneira, conforme foi apontado pelo Estudo Técnico Nacional intitulado Mulheres nas Instituições de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP, 2013), que verificou a ausência de estudos voltados para a temática, bem como a ausência de intersecção e implementação de políticas públicas de gênero, sobretudo às relativas ao enfrentamento da violência intrafamiliar. Teve por objetivo analisar e compreender a atuação da PMDF, diante dos casos de violência contra parceiro íntimo cometida por seus integrantes, a partir da análise de base de dados secundárias da corporação, descrição de perfis do policial autor de violência contra parceiro íntimo e das pessoas agredidas. Por fim, a análise da Instrução Normativa 003/2011 do Departamento de Controle e Correição da PMDF.

**Palavras-chave:** Violência, policial militar, violência contra mulher, parceiros íntimos.

### **The Performance of PMDF when Faced with Cases of Violence Against Intimate Partner: An Analysis of Normative N. 003/2011 from Correction Department**

**Abstract.** This article presents a discussion about violence against intimate partners, committed by military police officer from Federal District Police. This is a pioneer research, as was pointed out by the National Study National Technical entitled Women in Public Security Institutions, from National Secretariat of Public Security of the Ministry of Justice (SENASP, 2013), which confirmed the absence of studies aimed at theme, as well as the absence of intersection and implementation of public gender policies, particularly those relating to addressing domestic violence. The present research aimed to analyze and understand the performance of PMDF, when faced with cases of violence against intimate partner committed by its members, the analysis of secondary database of the corporation, description of the police officer profiles author of violence against intimate partners and people who suffer violence. Finally, the discussion of Instruction 003/2011 from Correction Department.

**Key words:** violence, military police officer, violence against woman, intimate partner.

## INTRODUÇÃO

Entre os problemas sociais identificados global e localmente pelos grupos sociais, pelo Estado e pelas organizações, encontramos as violências praticadas contra mulheres. Inúmeros são os registros e relatos de tal prática que de tão alarmante e preocupante obrigou o legislador brasileiro, a partir dos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas<sup>1</sup>, a desenvolver uma legislação específica para tratar o tema. Nesse ínterim surge a Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha (LMP), instrumento emblemático como diferencial afirmativo com a finalidade de salvaguardar os direitos de minorias vulneráveis, bem como implementar políticas públicas não apenas voltadas para reprimir os atos violentos, mas também para propor articulação de todo um sistema público de enfrentamento das violências contra mulheres. Os movimentos feministas brasileiro têm por característica, a partir da organização civil, a discussão sobre temas voltados para a violência, resultantes na Lei 11.340/2006 (LMP) e na Lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio). Questões como direitos reprodutivos e qualidade de vida de mulheres, ainda caminham para alcançar lugar de destaque nas discussões societárias e políticas públicas.

As violências praticadas contra as mulheres por parceiros íntimos têm se tornado menos “invisibilizada” (MOURA, 2014). Na pesquisa “Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) Tolerância social à violência contra as mulheres”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 73% dos respondentes discordaram que “a questão da violência contra as mulheres recebe mais importância do que merece”(SIPS, 2014, p.13). O estudo demonstrou também a noção da população sobre o que é considerada violência a luz da LMP, e que esta transcende a violência física, e muitas vezes antecedem e perpassam as violências psicológica, moral e patrimonial.

Narrativas de violências presentes no cotidiano dos grupos populacionais são imagens distorcidas e heranças de todo um processo histórico de violação da condição humana, inclusive do modelo patriarcal oriundo do processo histórico cultural brasileiro, que também por sua vez condicionou a posição de inferioridade da mulher no contexto social. Segundo Bourdieu (2012, p.7) “é preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão

---

<sup>1</sup> Feminismos são movimentos caracterizados pela promoção de reflexões acerca da condição das mulheres na sociedade e pela luta, em diversos momentos históricos, para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. (estudos sobre gênero UNB, pag. 167, 1º§).

sexual e dos princípios de divisão correspondentes”. As relações assimétricas de poder oriundas de tal modelo são propulsoras de interações de violências, diminuição da posição ético-social e humana da mulher, tanto nas relações interpessoais como sociais.

A violência cometida contra as mulheres, seja no âmbito profissional, ou pessoal, é matéria de destaque e relevância em todo o mundo, bem como uma das temáticas mais discutidas pelos acadêmicos e meios de comunicação. No Brasil, um dos marcos para esse tipo de pesquisa ocorreu com a criação da Delegacia de Atendimento à Mulher (BANDEIRA, 2015). A temática ganhou força e relevância com a edição da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha - LMP, que conferiu *status* o jurídico ao problema. A LMP apresenta um conjunto de ações que podem produzir importantes impactos sociais para o enfrentamento da violência contra a mulher e familiar, por meio de respostas efetivas voltadas para prevenção, atenção, proteção, punição e re-educação tanto do agressor como da sociedade em geral (BARSTED, 2008).

No período de 2001 a 2011, foram estimados cerca de 50 mil feminicídios no país, e grande parte destes óbitos foram decorrentes de violências contra mulheres ocorrida no domicílio. Vale ressaltar que o estudo apontou a região Centro-Oeste com a 2ª maior taxa de feminicídio do país, o que pode representar uma maior tolerância cultural da violência contra a mulher e sua ocorrência (IPEA, 2011).

Nesse universo, sobre a violência contra as mulheres como fenômeno, a presente pesquisa realizou um recorte específico sobre homens autores de violência (HAV) contra parceiros íntimos, praticada por policial militar do Distrito Federal. O contexto das violências entre parceiros íntimos nos leva a constatar a presença de autoritarismo e violência sendo perpetuados nas relações cotidianas, gerando uma linguagem de agressividade que transcende o casal e atinge outros possíveis atores (MOURA, 2009). Em instituições ordenadas a partir de valores constitutivos do mundo social de representações do “masculino”, como o caso das polícias militares, a hipótese de que tais relações assimétricas perpassem a rotina profissional merece ser investigada. Conforme assegura Hofstede (1991):

os comportamentos considerados masculinos ou femininos são diferentes não só nas sociedades tradicionais, mas também nas sociedades modernas. Isto é evidenciado quando é considerada a distribuição dos homens e das mulheres em certas profissões” (HOFSTED, 1991, p. 101).

Segundo a pesquisa intitulada Mulheres nas Instituições de Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2013), a maioria

dos estudos mapeados sobre a temática adotou o conceito de gênero, com ênfase na abordagem sobre os papéis socialmente designados para homens e mulheres, e sua replicação nas instituições. A principal referência dos estudos foi, “A Dominação Masculina”, de Pierre Bourdieu (1999), que estabelece a questão de gênero como fator de reprodução social, que ratifica as relações de dominação existente entre homens e mulheres.

Uma das muitas abordagens teóricas na temática da violência é desenhada a partir da premissa de que, a sociedade reproduz em seus indivíduos suas estruturas, sejam elas, políticas, profissionais, econômicas, religiosas e estruturas de pensamento, que reproduzem valores, relações socioculturais e ordem social (BOURDIEU, 2012, p. 49).

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma.

A persistência das hierarquias sociais, dos mecanismos que estruturam as relações entre os indivíduos e os grupos, e a manutenção do modelo do primado masculino na sociedade, descrevem as bases de sistemas de dominação masculina (BOURDIEU, 2012). Identificar a ocorrência, e decifrar os mecanismos de perpetuação dessas violências são tarefas civilizatórias do mundo contemporâneo.

Em contra ponto, outra abordagem teórica do fenômeno das violências envolve uma análise da relação dos corpos que discute gênero e desigualdade de poder (SCOTT, 1988). A concepção dicotomizada hierarquiza o posicionamento masculino e feminino, com a subordinação de um em relação ao outro, externalizada nas relações cotidianas nas esferas públicas e privadas. As apropriações pelo movimento feminista dos conceitos ora mencionado produziram conhecimentos segundo as perspectivas relevantes para as mulheres.

Destacamos as pesquisadoras, Gayle Rubin (1975) com o seu estudo denominado sexo/gênero, influenciado pelo pensamento de Lévi-Strauss e Freud. Inspirada pela correntes pós-estruturalistas, baseadas nas ideias de Foucault e Derrida, Joan Scott (1988), apresentou sua crítica como uma nova forma de pensar gênero, inclusive pela crítica ao sistema sexo/gênero, pela incapacidade de contextualização histórica da categoria sexo e corpo. A filósofa Judith Butler (1990), questiona a materialidade do corpo, e apresenta tanto corpo como sexo para o plano discursivo. Com um discurso voltado para as práticas, a socióloga Raewyn Connell (2002) destaca a maneira como a sociedade trata a reprodução, e a alteridade

entre os corpos. Nesse caminho, também destaca o corpo, e a prática social e estudos sobre masculinidades.

O alcance da pesquisa foi de um estudo específico exploratório da população de policiais militares do Distrito Federal, como perpetradores, homens autores de violência (HAV), contra parceiras íntimas. Trata-se de um estudo inédito, com a população selecionada, e representa um dos poucos estudos realizados com a corporação de policiais militares no Brasil (SENASP, 2013 e ANIS, 2014). De acordo com a pesquisa intitulada “Mulheres na Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça” (SENASP, 2013), as políticas de igualdade de gênero nas corporações de segurança pública continuam invisibilizadas. As discussões do movimento feminista, e do governo, prevalecem no tocante às questões atinentes à violência doméstica, voltadas para o atendimento especializado para mulheres em situação de violência. Segundo o estudo em comento, não há bibliografia sobre pesquisas com a temática violência praticada por policial.

Nesta primeira revisão bibliográfica foi possível perceber que pouca análise tem sido dedicada sobre as vivências e experiências de gênero pelas policiais. Além do preconceito e discriminação que sofrem dentro da instituição, muitas delas vivenciam a discriminação e a violência em suas vidas privadas – inclusive violência doméstica e familiar – tema que não é abordado pelos estudos e para o qual são desconhecidas políticas institucionais (SENASP, 2013, p.30).

A temática sobre violência contra a mulher e intrafamiliar envolvendo policiais, tem provocado o interesse em países do Cone Sul, com a iniciativa de criação, e implementação de programas de intervenção voltados para essa finalidade (UNODC, 2011). Indica uma ruptura do olhar dos estudos feministas, e políticas de gênero, as quais eram voltadas apenas para os recursos humanos, formação e atividade profissional.

A presente pesquisa teve como pergunta: como tem sido o processo de notificação do fenômeno das violências nas relações íntimo-afetivas de policiais, inseridos profissionalmente em uma instituição pertencente à rede de proteção das mulheres do sistema de segurança pública brasileiro?

Pensar a transformação de uma relação de dominação, seja ela institucional (PMDF), ou pessoal (policiais HAV), requer a identificação dos processos de ocorrência do fenômeno das violências por parceiros íntimos (VPI), por membros da corporação, uma análise que envolva decifrar em que medida as VPI cometidas por policiais, difere das demais práticas de violências, que ocorrem entre parceiros íntimos, e o estudo de caminhos institucionais que

favoreçam a formação profissional do policial militar, que auxiliem na melhor compreensão das VPI, e que desestimulem a persistência dessas violações de direitos da mulher.

A Polícia Militar do Distrito Federal possui, em sua estrutura, a Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM), que está inserida no organograma do DCC, para o registro de ocorrências envolvendo policiais militares em suas diversas modalidades, conforme previsto na Lei n.º 12.086/2009, regulamentada pelo Decreto do GDF n.º 31.793/2010. A referida delegacia, ainda não possui um atendimento específico sobre demandas relacionadas às mulheres em situação de violência, seja ela de ordem intrafamiliar, ou até mesmo funcional como o assédio moral e sexual.

Dentre todos os tipos existentes para apuração por meio de processos administrativos de sindicância, instaurados pelo DCC/PMDF, o tipo designado “violência doméstica”, código 0127, consiste na segunda maior demanda da Seção de Procedimentos Administrativos (SPA/DCC), à época da análise dos fatos, o que motivou a busca de uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto.

A partir da análise das Normas Gerais de Ensino Geral da Corporação (NGEs), da PMDF, constatou-se a necessidade de obter informações sobre a ocorrência de violências de gênero, os processos de sindicância internos relacionados ao tema, e a construção de uma base inicial de evidências, que podem ser importantes para impulsionar processos de mudanças, tanto na formação da corporação PMDF, quanto na prática profissional de seus membros.

A PMDF, em virtude do marco regulatório, Lei nº 12.086/2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e do Decreto Federal nº 7.165/10, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, foi reestruturada em um novo modelo de estrutura organizacional, baseado nas arquiteturas organizacionais funcional, e departamental. Este novo modelo, baseado nos valores “honestidade, ética profissional, o cientificismo e o respeito aos direitos humanos” (PLANO ESTRATÉGICO, 2011, p. 4), tem como finalidade a orientação dos processos corporativos a uma gestão mais ágil e orientada a resultados.

Segundo Bourdieu (2012, p. 54) “o fundamento da violência simbólica reside, (...) nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem”, ou seja, as mudanças necessárias não são apenas de consciências e vontades, mas principalmente a partir das relações de cumplicidade para fertilizar uma transformação social institucional. Nesse caso, a partir do diagnóstico aferido por meio do estudo, será possível criar, e implementar

uma base de dados específica sobre o tema, identificar a diagramação do fluxo processual das sindicâncias e seus encaminhamentos, fomentar novos estudos baseados em gênero na estruturação do cotidiano da PMDF, e na articulação de espaços educativos sobre políticas de enfrentamento das violências contra mulheres e sobre masculinidades associadas a ideal de dominação e poder. Neste sentido, as implicações dos resultados da pesquisa transcendem seu período de conclusão. Ela pretende semear novas utopias e reposicionar a PMDF a fim de ocupar uma posição de vanguarda na quebra de paradigmas e no avanço da promoção dos direitos das mulheres.

Como objetivo geral, buscou-se analisar e compreender a atuação correcional, e a assistência psicossocial da PMDF, nos casos de violência contra parceiros íntimos cometidos por seus integrantes. Como objetivos específicos, identificar o perfil dos HAV, policiais militares, nas denúncias de violências nas relações íntimo-afetivas, perfil das pessoas agredidas, e analisar a Instrução Normativa 003/2011 do DCC/PMDF, quanto ao seu cumprimento como instrumento receptivo da LMP.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal, de caráter exploratório, com análise de base de dados secundários de processos administrativos de sindicância da população de policiais militares do sexo masculino da PMDF, como (HAV), contra suas parceiras íntimas.

O primeiro aspecto metodológico analisado foi o corte temporal do estudo. Desta forma, foi escolhido o período compreendido do ano de 2012 a 2014, para analisar os procedimentos administrativos de sindicâncias, referentes às VPI praticadas por membros da corporação da PMDF. Esse período foi escolhido em razão da implementação da Instrução Normativa - IN 003/2011, do Departamento de Controle e Correição da Polícia Militar do Distrito Federal - DCC/PMDF, instrumento regulador das normas de conduta adotadas pela corporação em razão da prática de violência contra a mulher por seus agentes, bem como a codificação específica como tipo para apurar disciplinarmente tal conduta.

A partir do corte temporal, foi estabelecida a análise documental dos procedimentos administrativos de sindicância do período, bem como foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre trabalhos acadêmicos envolvendo a temática das VPI, onde foi constatada a escassez de trabalhos publicados sobre a questão propriamente dita, ou seja, o recorte das VPIs praticadas por policiais (ANIS, 2014).

A pesquisa apresenta uma abordagem mista, pois envolve análise de base de dados secundária do DCC/PMDF, com abordagem quantitativa, por intermédio do método da estatística descritiva. E, análise do fluxo do processo de sindicância com abordagem qualitativa por intermédio da pesquisa documental.

A PMDF possui em seu efetivo serviço ativo 15.407 policiais militares, sendo 14.063 do sexo masculino e 1.344 do sexo feminino<sup>2</sup>. Por se tratar de um estudo de base populacional, foi realizado um censo, no qual foi investigada toda a população de policias militares do sexo masculino que respondeu a procedimento administrativo disciplinar de sindicância, para apurar a prática de violência doméstica. Os dados foram coletados no DCC/PMDF, por meio da análise dos procedimentos administrativos de sindicância, instaurados no período compreendido nos anos de 2012, 2013 e 2014, totalizando assim 264 sindicâncias. Apenas uma sindicância apresentava a mulher como autora de violência, pois era um caso de violência recíproca.

A análise quantitativa de dados referiu-se, aos casos de violência contra parceiro íntimo praticado por policial militar da PMDF, a partir da análise dos dados dos procedimentos administrativos de sindicância da corporação. A unidade de análise são as sindicâncias instauradas no período de 2012 a 2014.

O levantamento dos dados seguiu as seguintes etapas sequenciais:

- ✓ Levantamento de todos os procedimentos administrativos de sindicância, classificados com o código 0127 (violência doméstica), que tramitam ou tramitaram no DCC/PMDF, a partir das informações do sistema de dados do departamento;
- ✓ 1.2.2. Desenho da população do procedimento;
- ✓ 1.2.3. Formulação de roteiro de coleta de dados;

O instrumento de Coleta de Dados utilizado foi um questionário, o qual foi dividido em 6 seções de análise, estabelecidas da seguinte maneira:

- I. Dados pessoais do policial militar;
- II. Dados profissionais do policial militar;
- III. Dados da vida pregressa do policial militar;
- IV. Dados da violência;
- V. Dados da sindicância;

---

<sup>2</sup> <https://intranet.pmdf.df.gov.br/gepes/EfetUPM.asp>

## VI. Dados da pessoa agredida.

As questões do instrumento foram organizadas a partir de 28 variáveis qualitativas que permitem identificar:

- ✓ Perfil sócio demográfico do policial militar e da parceira envolvida na VPI;
- ✓ Perfil profissional do policial militar;
- ✓ Perfil da vida pregressa do policial militar;
- ✓ Perfil das infrações;
- ✓ Perfil do tempo da resolutividade da sindicância e desfecho processual.

A elaboração do instrumento de digitalização dos dados dos procedimentos administrativos de sindicância foi realizada a partir de criação de um formulário e de um banco de dados no acces. A seguir, concluiu-se a entrada de todos os dados coletados dos procedimentos administrativos de sindicância, no período compreendido no recorte temporal, nos anos de 2012, 2013 e 2014. A análise dos dados ocorreu por meio do programa SPSS versão 21.1.

Considerando os aspectos éticos, a pesquisa foi autorizada pelo Chefe do Departamento de Controle e Correição, DCC/PMDF e, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Saúde da UnB (CAAE 49432215.0.0000.0030).

## RESULTADO

Trata-se de um estudo censitário envolvendo toda a população de policiais militares da PMDF que responderam a procedimento administrativo de sindicância nos anos de 2012, 2013 e 2014. A Tabela 1 descreve o quantitativo do efetivo da corporação de policiais militares do sexo masculino e feminino, separados por postos e graduações no Distrito Federal. Observou-se que dos cargos de oficiais superiores, os quais atuam na área de gestão da instituição 92,5% são exercidos por oficiais do sexo masculino, e apenas 7,5% por oficiais do sexo feminino. O quadro de oficiais da PMDF é composto por 88,4% de oficiais do sexo masculino, enquanto o quadro das praças 91,4% são policiais do sexo masculino e apenas 8,6% do sexo feminino.

TABELA 1 – Número de policiais militares na ativa por postos e graduações da PMDF.

Posto	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
Círculo dos oficiais superiores	408	92,5	33	7,5
Coronel	49	100,0	0	0,0
Tenente coronel	99	92,5	8	7,5
Major	260	91,2	25	8,8
Oficial intermediário	288	89,2	35	10,8
Capitão	288	89,2	35	10,8
Oficial subalterno	318	83,0	65	17,0
1º Tenente	53	77,9	15	22,1
2º Tenente	227	86,6	35	13,4
Aspirantes a oficial	38	73,1	14	26,9
Cadete	0	0,0	1	100,00
<b>Total de Oficiais</b>	<b>1014</b>	<b>88,4</b>	<b>133</b>	<b>11,6</b>
<b>Graduações das praças</b>				
Subtenente	592	94,3	36	5,7
1º Sargento	1854	91,3	177	8,7
2º Sargento	1975	92,2	166	7,8
3º Sargento	2804	97,5	73	2,5
Cabo	2446	92,5	199	7,5
Soldado	2442	84,3	456	15,7
<b>Total de Praças</b>	<b>12113</b>	<b>91,6</b>	<b>1107</b>	<b>8,4</b>
<b>Total</b>	<b>13127</b>	<b>91,4</b>	<b>1240</b>	<b>8,6</b>
<b>Total Geral</b>			<b>14367</b>	

\*Aspirante a oficial: praça especial com prerrogativas de oficial.

\*\* Cadete: praça especial, aluno do Curso de Formação de Oficiais - CFO.

Fonte: Site PMDF, <https://intranet.pmdf.df.gov.br/gepes/pesqefetupm.asp>, consultado em 09, dez, 2015.

A Tabela 2 apresenta o perfil dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância, e permitiu evidenciar que a idade dos mesmos variou entre 18 e acima de 46 anos, todavia a maior representação foi na faixa etária acima de 43 anos 55,7%, e a menor foi de 18 a 30 anos 7,2%. A maioria dos policiais era casada ou em união estável 58,8 % e apenas 16,4% eram solteiros. No quesito tempo de relacionamento 51,9% tinha mais de 10 anos de relacionamento com o parceiro íntimo e 10% tinham relacionamentos com tempo inferior a 2 anos de convivência. No tocante aos anos de estudo dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância, evidenciou-se que, 100% eram alfabetizados, sendo 53,3% com educação básica completa e 38,3% com ensino superior

completo. Quanto à cor, identificou-se que 67,3% eram pretos e pardos, seguido de 32,7% de brancos (TABELA 2).

**TABELA 2 – Perfil do censo dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância no período de 2012/2014 na PMDF.**

Variáveis	N	%	% válida
<b>Idade</b>			
18 a 30 anos	19	7,2	7,2
31 a 42 anos	98	37,1	37,1
Acima de 43 anos	147	55,7	55,7
Em branco	0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Estado civil</b>			
Solteiro	43	16,3	16,4
Casado	119	45,1	45,4
União Estável	35	13,3	13,4
Viúvo	0	0,0	0,0
Separado	65	24,6	24,8
Em branco	2	,8	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Escolaridade</b>			
Educação Básica	89	33,7	53,3
Ensino superior incompleto	14	5,3	8,4
Ensino superior completo	64	24,2	38,3
Em branco	97	36,7	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Raça/Cor</b>			
Branca	85	32,2	32,7
Preta	22	8,3	8,5
Parda	153	58,0	58,8
Amarela	0	0,0	0,0
Indígena	0	0,0	0,0
Em branco	4	1,5	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Tempo de relacionamento</b>			
Até 2 anos	21	8,0	9,9
3 a 5 anos	47	17,8	22,2
6 a 10 anos	34	12,9	16,0
Mais de 10 anos	110	41,7	51,9
Em branco	52	19,7	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Das pessoas que sofreram VPI cometida por policial militar, o N= 193. A idade das pessoas que foram vítimas de VPI, apenas uma, menor de 18 anos, o restante estava compreendido em grupos divididos entre maiores de 18 anos até pessoas acima de 42 anos, prevalecendo a maior incidência, 59,1%, no grupo de pessoas entre 31 a 42 anos, 23,2%, de 18 a 30 anos, seguido de 17,1%, acima de 42 anos. 44,7% delas possuíam ensino médio completo, 29,7%, ensino superior completo, 14,5% ensino superior incompleto, e 15,2%, ensino fundamental. 65,3% possuem renda, sendo que 2,5% são policiais militares da PMDF. 34,4% eram, financeiramente, dependentes do agressor (do lar, estudantes e desempregadas), conforme Tabela 3.

TABELA 3 – Perfil das parceiras íntimas que sofreram violência por policiais militares do DF, no período de 2012/2014 na PMDF.

Variáveis	N	%	% válida
Relação da vítima com o agressor	0	0,0	0,0
Parceira íntima	193	100,0	100,0
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Idade da vítima</b>			
Menor de 18 anos	1	,5	,6
18 a 24 anos	13	6,7	7,2
25 a 30 anos	29	15,0	16,0
31 a 36 anos	58	30,1	32,0
37 a 42 anos	49	25,4	27,1
Acima de 42 anos	31	16,1	17,1
Em branco	12	6,2	0,0
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Escolaridade</b>			
Ensino fundamental	22	11,4	15,2
Ensino médio	59	30,6	40,7
Ensino superior incompleto	21	10,9	14,5
Ensino superior completo	43	22,3	29,7
Pós graduado	0	0,0	0,0
Mestrado	0	0,0	0,0
Em branco	48	24,9	0,0
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Situação de ocupação</b>			
Empregado com carteira de trabalho assinada	49	25,4	30,6
Presta serviço militar*	4	2,1	2,5
Empregado sem carteira de trabalho assinada	4	2,1	2,5
Autônomo	23	11,9	14,4
Empregador	4	2,1	2,5
Empregado pelo regime jurídico dos func.Públicos	21	10,9	13,1
Do lar	43	22,3	26,9

(Continua TABELA 3)

Estudante	4	2,1	2,5
Desempregada	8	4,1	5,0
Em branco	33	17,1	0,0
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa

O estudo apontou também, o aspecto relativo ao cumprimento da IN 003/2011 do DCC/PMDF, que regula os procedimentos que devem ser adotados em caso de notificação de ocorrência de prática de violência doméstica por policial militar, onde aferiu que, 50,4%, dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância cumpriram a IN, e que 49,6% não cumpriu a referida normativa (TABELA 4).

TABELA 4 – Cumprimento da IN 003/11 pelos policiais militares que responderam IN 003/11, segundo posto e graduação na PMDF.

Posto/Graduação	Cumpriu a IN 03/2011, foi apres. ao CASO											
	Sim			Não			Em branco			Total		
	N	%	% válida	N	%	% válida	N	%	% válida	N	%	% válida
Soldado	7	5,4	5,5	12	9,4	9,4	0	0,0	0,0	19	7,2	7,5
Cabo	42	32,6	33,1	18	14,2	14,2	1	12,5	12,5	61	23,1	23,6
Sargento	65	50,4	51,2	76	59,8	59,8	7	87,5	87,5	148	56,1	55,5
Subtenente	3	2,3	2,4	7	5,5	5,5	0	0,0	0,0	10	3,8	3,9
Oficial subalterno	3	2,3	2,4	3	2,4	2,4	0	0,0	0,0	6	2,3	2,4
Oficial intermediário	3	2,3	2,4	5	3,9	3,9	0	0,0	0,0	8	3,0	3,1
Oficial superior	4	3,1	3,1	6	4,7	4,7	0	0,0	0,0	10	3,8	3,9
Em branco	2	1,6	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	2	,8	0,0
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>127</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

## DISCUSSÃO

A partir da análise dos resultados obtidos, e da revisão bibliográfica realizada, foi possível constatar a escassez de estudos dessa natureza específica, a prática de violência intrafamiliar e VPI, praticada por policial militar (SENASP, 2013). Segundo o estudo denominado, “O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática”, concluiu-se que existe uma importante lacuna na literatura sobre o tema<sup>23</sup>. Verifica-se a carestia de dados sobre o HAV, em que pese a relevância dessas

informações para a elaboração de políticas voltadas para a redução, e enfrentamento da violência contra a mulher em sentido vasto (SCHRAIBER et. al, 2007).

A IN 003/2011 do DCC/PMDF, tem por objetivo, “estabelecer e uniformizar procedimentos a serem adotados pelos Comandantes, Chefes e Diretores por ocasião do envolvimento de policiais militares a eles subordinados que se envolvem em atos de “violência doméstica e familiar”. Foi elaborada com base nas prerrogativas conferidas ao Chefe do DCC/PMDF, por meio do Decreto do GDF Nº 31,793, de 11 de junho de 2010, em razão do “elevado número de policiais militares que se envolviam em atos de violência doméstica ou familiar na qualidade de autor”. Baseou-se também, no art. 226 da Constituição Federal de 1988, no que se refere a especial proteção do Estado à família. A normativa considera a possibilidade de que, essas violências possam redundar em mortes, lesões corporais ou desagregação familiar, entretanto ela não faz menção à LMP, e a tipologia das violências prevista na lei.

O Fluxo da Sindicância codificada 0127 (“violência doméstica e/ou intrafamiliar”), é iniciado a partir da Portaria de Instauração numerada, e publicada em boletim interno da PMDF. Cumpridas todas as medidas estabelecidas na IN 003/2011 pelo Comandante, Chefe ou Diretor do policial militar HAV, os trabalhos serão iniciados pelo(a) Oficial Encarregado(a), segundo o rito previsto no art. 13, citado anteriormente, do Manual de Sindicância da PMDF. Via de regra, o prazo para a realização da sindicância é de trinta dias, podendo este limite ser prorrogado, mediante justificativa legal. Não há limite de prazo para a postergação da sindicância, desde que a solicitação de prorrogação seja devidamente fundamentada. Ao término da apuração do procedimento administrativo de sindicância, o Encarregado(a) elabora o relatório final (MANUAL DE SINDICÂNCIA PMDF, 1999, art. 23).

O estudo foi baseado no censo da população que respondeu a procedimento administrativo de sindicância codificado 0127, “violência doméstica e/ou intrafamiliar”, cujo resultado demonstrou que a população era exclusivamente do sexo masculino, com 55,7% de adultos acima de 43, 58,4%, eram casados ou em união estável, com tempo de relacionamento superior a dez anos, com escolaridade correspondente ao ensino básico completo, e maioria de pretos/pardos. Segundo os estudos de Dalal et. e al. (2009), os homens acima de 40 anos são duas vezes mais inclinados a abusar fisicamente de suas esposas. Observou-se um percentual em torno de 20%, de incompletude no preenchimento das variáveis investigadas

nas sindicâncias em relação ao perfil dos agressores e das vítimas da agressão. Essa informação pode ser utilizada para melhorar a qualidade da obtenção da informação obtida pelas sindicâncias.

O resultado, corrobora com as conclusões dos dados da SPM que ressalta que as mulheres, são as maiores vítimas da violência intrafamiliar (94,1%,), e que 63,2% dos agressores são os cônjuges (SPM, 2009). A ausência de denúncias dos policiais do sexo masculino, sobre violências praticadas pelas suas parceiras íntimas não significa, necessariamente, que nenhum policial sofreu alguma violência praticada por suas parceiras no período analisado, pois no contexto da conjugalidade, a mulher também pode praticar atos violentos (ARCHER, 2002). Verifica-se em alguns casos, a ocorrência de violência recíproca, mútua, segundo as informações das partes envolvidas (TESTA et. e al., 2003). Os estudos sobre violência nas relações íntimo-afetivas, em geral, focam os grupos considerados vulneráveis, como as mulheres, crianças e idosos(STELKO-PEREIRA et. e al., 2010). Entretanto, partindo do pressuposto que a violência ocorre num contexto familiar, que, por conseguinte é um fenômeno complexo, os resultados vão além das relações unidirecionais (SALISBURY, et. e al., 2009).

A LMP é o instrumento legal para balizar as ações e medidas que devem ser adotadas em casos de violência praticada contra a mulher e intrafamiliar, entretanto, até a presente data o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), não contempla em seu rol taxativo de transgressões tal modalidade, de forma que há prejuízo para aplicação de punição administrativa, bem como do levantamento da prática reincidente. A IN 003/2011 por si somente, apenas elenca as medidas que devem ser adotadas pelos Comandantes, Chefes e Diretores, porém não vincula o RDE para tipificação específica do delito, e nem estabelece uma relação de rede entre os envolvidos nas diversas etapas do fluxo dos trabalhos da sindicância.

A Convenção de Belém do Pará (CBP), conhecida como Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada no ano de 1994, foi um grande marco na conceituação da violência contra às mulheres, bem como pelo reconhecimento de que tal prática consistia numa violação aos direitos humanos. Conhecida também como o primeiro tratado vinculante no mundo, que reconheceu a violência contra a mulher como uma violação de Direitos Humanos. Estabeleceu ainda, o dever, junto aos Estados signatários de, criar condições reais de rompimento com o ciclo da violência contra

as mulheres em escala mundial. Consistiu também, num instrumento na busca de solução concreta de proteção do direito da mulher a uma vida livre de violência, e agressões, dentro e fora de seu lar. Percebe-se que, a falta de receptividade da LMP, em sua integralidade, constitui violação da referida Convenção, segundo seu art. 2º, letra “c”

Art. 2º Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

(...)

c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

A PMDF deve procurar desenvolver ações intersetoriais e interdisciplinares voltadas para a modernização de seus regulamentos internos, que contemplem na sua integralidade a receptividade conferida pela Suprema Corte à LMP, conforme orienta a CBP (1994) em seu art. 7º, letras a), b), c) e e)

Art. 7º Os Estados Partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convém em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência e a empenhar-se em:

a) abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar por que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicos ajam de conformidade com essa obrigação;

b) agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher;

c) incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis;

d) (...)

e) tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e tolerância da violência contra a mulher (grifo nosso).

Até a presente data, não há um mecanismo que verifique o cumprimento na integralidade da IN 003/2011, pois, não há o controle da apresentação dos policiais militares para o seu cumprimento. Também falta a verificação da reincidência, que muitas vezes

somente é reconhecida quando se trata de reincidência específica, ou seja, quando há punição do policial, o que geralmente não ocorre, por algumas possíveis razões:

- i) A celeridade do ciclo da violência contra a mulher (WALKER, 1996), e o tempo de apuração do fato por meio do procedimento administrativo de sindicância. Geralmente, há a “resolução do conflito” antes mesmo da instauração da sindicância, e o Encarregado (a), em busca da pacificação da lide familiar entende que a situação já foi solucionada, e que para não criar futuros problemas e até mesmo por entender que este já está superado, opina, pela não existência de transgressão da disciplina. Corroborando com a assertiva de Machado (1998), que no plano da busca pela “harmonia” familiar, ocorre o desprezo pela integridade física da mulher. Segundo Moura (2009), a prática das violências nas relações íntimo-afetivas é cíclica e tende ao escalonamento. Logo, não há como auferir a prática da reincidência, exceto pela consulta ao sistema do DCC/PMDF, a partir do histórico de cada policial militar, mediante a matrícula de identificação pessoal. O direito em si não deve ser seletivo, de forma que a premeditação e motivos torpes deveriam ser para todos os casos (MACHADO, 1998);
- ii) A falta de tipificação específica do tipo “violência contra a mulher e/ou intrafamiliar” no rol de transgressões disciplinares do Anexo do I do RDE, ou até mesmo a elaboração de um Regulamento Disciplinar próprio, que estabeleça que a prática de violência contra a mulher seja transgressão de disciplina. Por certo que, se trata de um delito apurado na esfera cível, contudo a apuração disciplinar não pode ser prejudicada nesse sentido. De acordo com Castells (1999), as relações e a personalidade são inscritas pela dominação e violência, que por vezes são iniciadas na cultura e instituições do patriarcalismo. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil defendeu o seguinte

Os delitos incluídos no conceito de violência contra a mulher constituem uma violação dos direitos humanos, de acordo com a Convenção Americana e os termos mais específicos da Convenção de Belém do Pará. Quando os delitos são perpetrados por agentes do Estado, o uso da violência contra a integridade física e/ou mental de uma mulher ou de um homem são responsabilidade direta do Estado (CIDH, 1997, cap.VIII)

- iii) Falta de banco de dados para gerenciamento das informações sobre a expedição e cumprimento da IN 003/2011. A falta de uma base de dados sob a perspectiva de gênero é uma questão de cunho político (MODELO DE PROTOCOLO, 2014)
- iv) Falta de políticas públicas interligadas entre o DCC/PMDF, CASo/PMDF, PROVID, e demais unidades, no sentido de mapear as medidas adotadas para interrupção do ciclo de violência, bem como implementar medidas de amplo espectro. Segundo a ONU, os serviços voltados aos HAV são instrumentos promissores no enfrentamento da violência contra a mulher (ONU, 2011). Segundo Machado (1998) a relação entre o Estado, e a pessoa em situação de violência, não deve ser condicionada apenas à condenação do agressor.

As vítimas de VPI cometida por policial militar são, na sua maioria, mulheres adultas, com ensino básico completo, e economicamente ativas. Dessas, somente 2,4% são policiais militares. Segundo Bandeira (2014), historicamente esse tipo de violência ocorre sobre os corpos femininos em razão da relação assimétrica de poder. A nova configuração familiar, a alteração dos papéis outrora estabelecidos, proporcionam um enfrentamento cotidiano de conflitos (ARAÚJO, 2009).

## CONCLUSÃO

A prática de violência intrafamiliar, e VPI, cometida por policial militar é um fato que merece destaque e atenção na agenda da corporação. Na vigência do estado democrático de direito, as instituições públicas, sejam elas civis ou militares, no exercício de suas atividades devem procurar atuar de maneira árdua, e, envidar esforços e mecanismos na recepção do arcabouço normativo da LMP em sua total amplitude, de fato e de direito.

Em relação ao primeiro objetivo específico da pesquisa, sobre a identificação do perfil do agressor policial militar nas denúncias de violências nas relações íntimo-afetivas foram encontradas as seguintes prevalências: a maior representação foi na faixa etária acima de 43 anos 55,7%, e a menor foi de 18 a 30 anos 7,2%. A maioria dos policiais era casada ou em união estável, 58,8 %, e apenas 16,4% eram solteiros. No quesito tempo de relacionamento, 51,9%, tinha mais de 10 anos de relacionamento com o parceiro íntimo, e 10% tinham relacionamentos inferiores a dois anos de convivência. No tocante aos anos de estudo dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância,

evidenciou-se que, 100% eram alfabetizados, sendo 53,3%, com educação básica completa, e 38,3%, com ensino superior completo. Quanto à cor identificou-se 67,3% de pretos e pardos, seguido de 32,7%, de brancos.

O estudo ainda realizou um recorte específico sobre as vítimas de VPI cometida por policial militar, cujo N=193 onde: prevaleceu a maior incidência, 59,1% no grupo de pessoas entre 31 a 42 anos, 23,2% de 18 a 30 anos, seguido de 17,1%, acima de 42 anos. 44,7% delas possuíam ensino médio, 29,7% ensino superior completo, 14,5% ensino superior incompleto, e 15,2% ensino fundamental. 65,3% possuem renda, sendo que 2,5% são policiais militares da PMDF. 34,4%, eram financeiramente, dependentes do agressor (do lar, estudantes e desempregadas).

Quanto a análise da IN 003/2011, seu cumprimento, e o fluxo do procedimento administrativo de sindicância, o estudo apontou que, 50,4%, dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância cumpriram a IN 003/2011, e que 49,6%, não cumpriu a referida normativa. O instrumento normativo é coercitivo e determina à autoridade policial, ciente do envolvimento de policial militar em ato de violência doméstica e/ou familiar, a instauração imediata de sindicância para apurar a conduta do policial, o afastamento do policial militar de toda e qualquer atividade operacional, e o mais importante: a apresentação do policial militar ao CASo, para avaliação psiquiátrica, o recolhimento da arma da corporação, e, se for o caso, o recolhimento junto à reserva de armamento da corporação da arma particular do servidor, se este a possuir também. Entretanto, verificou-se que essa atividade é pontual, e para o enfrentamento da violência é necessário que seja continuada<sup>35</sup>.

Diante dos resultados, observa-se a limitação desta pesquisa ao se restringir a uma única corporação policial militar, e a escassez de estudos (SENASP, 2013), a fim de possibilitar análises e comparações mais densas. Neste sentido, a pesquisa não pretende esgotar o tema, mas sim colaborar para um maior desvelamento sobre ele, e, incentivar a elaboração de novos estudos sejam eles para criação de bancos de dados dos crimes de violências contra mulheres, praticados por agentes do Sistema de Segurança Pública, adequação das normas vigentes às normas de proteção aos Direitos Humanos, formação profissional, e necessidade de implantação e acompanhamento de matriz curricular que promovam equidade de gênero e resolução de conflito sem o uso das violências.

**REFERÊNCIAS**

- ANIS – INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO. **Radiografia do fenômeno da violência contra a mulher no Distrito Federal, tendo o IML como unidade de análise**. Brasília, No Prelo, 2014.
- ARAÚJO, F. Gênero e família na construção de relações democráticas. (pp. 9-30). Em: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- ARCHER, J. Sex differences in physically aggressive acts between heterosexual partners: A meta-analytic review. **Aggression and Violent Behavior**, v. 7, pp. 313-351, 2002.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade & Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014 .
- BARSTED, L. L. Aspectos sociais da Lei Maria da Penha. **Anais da II Jornada da Lei Maria da Penha**. Conselho Nacional de Justiça, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Reforma do Judiciário/Ministério da Justiça, Brasília, 2008.
- BOURDIEU, Pierre, **A Dominação Masculina** (tradução Maria Helena Kuhner) – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- BRASIL. Lei nº 13,104, de 09 de março de 2015.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional**. Secretaria Nacional de Segurança Pública – Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013.
- BRASIL. Lei 12.086, de 06 de novembro de 2009.
- BRASIL. Decreto 7.165 de 29 de abril de 2010.
- BRASIL. Controladoria Geral da União. Acesso à informação pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011a. Disponível em: . Acesso em: 28 Dez. 2015.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and subversionof identity**. New York Routledge, 1990.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V.2: o poder da identidade.
- CIDH, **Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil**, Capítulo VIII, 1997.
- CONNEL, R.W. **Gender**. Cambridge, UK: Polity Press, 2002.

DALAL, K., Rahman F, Jansson B. Wife abuse in rural Bangladesh. **J. Biosoc. Sci.** v.41, n. 5, pp. 561–573, 2009.

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico]. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

FRANCO, I. R. Mulheres em situação de violência no âmbito conjugal: As denúncias na Delegacia de Proteção à mulher de Salvador (pp. 349-383). Em: BARBOSA, R.M. et al. (Ed.). **Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva**. Campinas: Unicamp, 2002.

HOFSTEDE, Geertz. **Cultures and organizations: software of the mind**. New York: McGraw Hill, 2005.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS - Tolerância social à violência contra as mulheres. 2014, Disponível no site: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf) Acesso em: 26 abr. 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. **Violência Conjugal: Os Espelhos e as Marcas**. 1998.

**MODELO DE PROTOCOLO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE MULHERES POR RAZÕES DE GÊNERO (/FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO)**. Escritório Regional para América Central do Alto comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; Escritório Regional para as Américas e o Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Brasília: ONU Mulheres, 2014.

MOURA, Leides Barroso de Azevedo. **Ecologia das violências praticadas por parceiros íntimos contra mulheres, Varjão – Distrito Federal**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>. Acesso em 18 abril. 2015.

BANDEIRA, Lurdes Maria; ALMEIDA, Tânia Maria. A “eficácia” da Lei Maria da Penha sob diferentes perspectivas (pp. 476-489). em: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico]. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

PMDF. PORTARIA PMDF Nº 742 DE 27 DE MAIO DE 2011. Aprova o Plano Estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal 2011-2022.

PMDF. PORTARIA PMDF Nº 250, de 10 de maio de 1999. Dispõe o novo Manual de Sindicância na Corporação, e revoga as disposições em contrário.

PMDF. Instrução Normativa 003/2011.

PMDF. <https://intranet.pmdf.gov.br/gepes/EfetUPM.asp>.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il. <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2015.

RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex." (pp. 157-210). Em: R. Reiter (ed.), **Toward an Anthropology of Women**, New York: Monthly Review Press, 1975.

SALISBURY, E. J.; HENNING, K.; HOLDFORD, R. Fathering by partner-abusive men: Attitudes on children's exposure to interparental conflict and risk factors for child abuse. **Child Maltreatment**. v.14, n. 3, pp. 232-242, 2009.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JÚNIOR, I.; DINIZ S.; PORTELA, A. P.; LUDERMIR A. B. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**. v. 41, n. 5, pp 797-807, 2007.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. Columbia University Press, p.34, 1988.

SPM, Secretaria de Políticas para Mulheres. **I Plano de Desenvolvimento de Políticas para Mulheres (PDPM)**, 2014.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Sobre o conceito de violência: Distinções necessárias. In L. C. A. WILLIAMS; J. M. D. MAIA; K. S. A. RIOS (Eds.), **Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental** (pp. 41-70). Santo André, SP: Esetec, 2010.

TESTA, M.; LIVINGSTON, J. A.; LEONARD, K. E. Women's substance use and experiences of intimate partner violence: A longitudinal investigation among a community sample. **Addictive Behaviors**, v. 28, pp. 1649-1664, 2003.

UNODC. [http://www.unodc.org/documents/Ipobrazil/Topics\\_crime/Publicacoes/Respostas\\_Violencia\\_Genero\\_Cone\\_Sul\\_Port.pdf](http://www.unodc.org/documents/Ipobrazil/Topics_crime/Publicacoes/Respostas_Violencia_Genero_Cone_Sul_Port.pdf). Acessado em 17/11/2015.

WALKER, L. E. A. **Abused women and survivor therapy**. Washington: American psychological Association, 1996.

Recebido: 23/02/2016

Revisado: 01/08/2016

Aceito: 10/08/2016

*Renata Braz das Neves Cardoso*, Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília. MBA em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas, Pós-graduada, Especialista em Gestão em Segurança Pública pelo Instituto Superior de Ciências Policiais. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário IESB e em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Brasília. Oficial Superior, no posto de Major, da Polícia Militar do Distrito Federal. Professora do Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasil. E-mail: renatabraz22@gmail.com

*Leides Barroso de Azevedo Moura*, Pós-doutora pela University College London. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciências da Enfermagem pela Western Connecticut State University nos Estados Unidos. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Multidisciplinares, ambos da Universidade de Brasília, Brasil. E-mail: leidesm74@gmail.com

## **Alinhamento Estratégico como Instrumento da Governança de TI: Avaliação da Maturidade na Polícia Militar do Distrito Federal sob o Modelo de Luftman**

**Bilmar Angelis de Almeida Ferreira**

*Instituto Superior de Ciências Policiais*

*Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil*

**Antônio de Jesus Felipe de Oliveira**

*Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil*

**Jane de Oliveira Rabelo de Almeida**

*Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil*

**Resumo.** Este trabalho apresenta a avaliação do modelo de maturidade em alinhamento estratégico de TI na Polícia Militar do Distrito Federal, organização responsável constitucionalmente pela prevenção e repressão imediata aos fenômenos de violência e criminalidade no âmbito da Capital da República Federativa do Brasil. Baseou-se na abordagem de avaliação e nos instrumentos adaptados da proposta de Luftman (2000), estudando-se a opinião dos autores especializados, documentos oficiais e impressões de gestores acerca do tema.

**Palavras chave:** Estratégia, alinhamento estratégico de TI, tecnologia da informação.

## **Strategic Alignment as a Instrument for it Governance: Maturity Assessment at the Federal District Military Police by the Luftman Model**

**Abstract.** This paper presented the evaluation of IT strategic alignment maturity model for the Military Police of the Federal District, organization constitutionally responsible for prevent and suppress violence and crime within the capital of the Federative Republic of Brazil. It was based on the Luftman's (2000) evaluation approach, studying opinion of expert authors, official reports and managers' impressions about this theme.

**Keywords:** Strategy, IT strategic alignment, information technology.

## INTRODUÇÃO

O contexto global do início do século XXI nos remete às diversas transformações ocorridas nas sociedades modernas: mudanças geopolíticas, econômicas, sociais culturais e tecnológicas que podem ser retratadas através de fenômenos tais como as formações de novos blocos econômicos, a globalização das economias, as transformações culturais, as formações de alianças entre países e organizações. No início da primeira década deste milênio, as instituições de segurança pública não podem ser dar “ao luxo” se “dar ao luxo” de desconsiderar tais variáveis, uma vez que, neste contexto, o fenômeno da “internacionalização” do crime é uma realidade. Pode-se mesmo considerar que a violência também fora convertida em uma variável de natureza global.

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), nosso objeto de estudo, é a instituição governamental incumbida constitucionalmente de realizar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública na capital da República do Brasil. Na atualidade, seguindo o exemplo de outras corporações policiais mundiais, adota um novo posicionamento, passa pela reformulação de suas práticas gerenciais, buscando a profissionalização de sua gestão em todos os níveis de decisão: político, estratégico, gerencial e operacional.

Neste sentido, para a PMDF, a adoção de estratégias, combinadas com um modelo de gestão se constituem caminho único e inexorável para que a sociedade a reconheça como instituição que possui como razão de existência a defesa dos direitos e da dignidade humana e a preservação da vida.

O maior desafio pelo qual a PMDF passará nos próximos anos é o da preparação dos seus gestores dos diversos níveis decisórios para a transformação da polícia militar no novo paradigma de organização requerido pela sociedade: a polícia-cidadã, cujos integrantes são membros desta mesma sociedade e, ademais da compreensão das técnicas policiais e legais, também possuem uma compreensão das diversidades ocasionadas pelos problemas sociais.

Transformar a PMDF numa organização mais orientada ao cidadão têm sido a tônica dominante dos comandantes da força e uma das metas a serem perseguidas pelo comando da instituição. Tal tônica deve ser materializada através de ações que atualmente são discursos emergentes na PMDF.

Podemos citar, dentre os principais desafios de gestão, a necessidade da modernização institucional, alavancada pela inserção de sistemas e tecnologias da informação (SI/TI), que neste contexto, passam a desempenhar um papel de suma importância como infraestrutura para todos os processos organizacionais e ativos de conhecimento.

Nos últimos anos, foi possível identificar um conjunto de esforços para que ocorra, no âmbito da gestão da PMDF, um avanço definitivo em seu modelo tecnológico. Alguns marcos, como os documentos institucionais que versam sobre planejamento estratégico, planejamento de TI e análises sobre o modelo de TI organizacional, que serão descritos neste artigo, corroboram para ratificar o pensamento inicial deste autor.

Este artigo apresenta como temática o estudo do alinhamento entre a estratégia institucional e a tecnologia da informação: seu principal foco recai na avaliação do nível de maturidade de alinhamento estratégico utilizando-se do modelo de avaliação proposto por Luftman (2000). O objetivo geral é estudar os aspectos referentes ao atual estado de propriedade do alinhamento entre estratégias organizacionais e de TI na PMDF, analisando-se o seu grau de maturidade, sob a percepção de seus gestores das áreas de TI e de negócios.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### *Estratégia Corporativa*

Para Ghemawat (2000), a estratégia organizacional pode ser interpretada como sendo “o conjunto de objetivos, metas, diretrizes fundamentais e os planos para atingir objetivos organizacionais, postulados de forma a definir em que atividade se encontra a companhia, que tipo de empresa ela é ou deseja ser”.

Oliveira (2011) sugere que o estabelecimento de estratégias “[...] é uma premissa básica para a sobrevivência da organização e está relacionado à interação desta com o seu ambiente”. Deste modo, compete à organização, definir e operacionalizar estratégias que maximizem os resultados dessa interação. Para o autor, a estratégia está relacionada à arte de utilizar adequadamente os recursos físicos, financeiros e humanos, tendo em vista a minimização dos problemas e a maximização das oportunidades.

Mintzberg (1988) define a estratégia como “uma força mediadora entre a organização e o seu meio envolvente: um padrão no processo de tomada de decisões organizacionais para fazer face ao meio envolvente”.

Para fins deste texto, e com base nas discussões dos autores, podemos entender que o conceito de estratégia pode ser interpretado, em termos práticos, como sendo um conjunto de ações racionais e sistêmicas que permitirão que uma organização seja projetada para um futuro desejável (**visão**), a partir da identificação de seu posicionamento presente (**missão e negócio**).



Figura 1. Conceito de Estratégia.

Fonte: O autor.

### Planejamento Estratégico

Podemos afirmar que o sucesso das organizações está, definitivamente, associado à definição de estratégias que possibilitem criação de vantagens competitivas sustentáveis de longo prazo. Neste sentido, o Planejamento Estratégico (PE), deve ser o processo pelo qual a organização materializa suas ações estratégicas ante as oportunidades e ameaças identificadas. Um PE bem elaborado e constantemente avaliado é um instrumento que permitirá que a organização verifique se:

- Suas estruturas organizacionais, processos e recursos estão sendo efetivamente adequados e alinhados aos objetivos projetados;
- As estratégias, objetivos e ações traçadas estão sendo cumpridas e;
- Caso estejam sendo cumpridas, se de fato estão projetando a organização rumo ao futuro desejável.

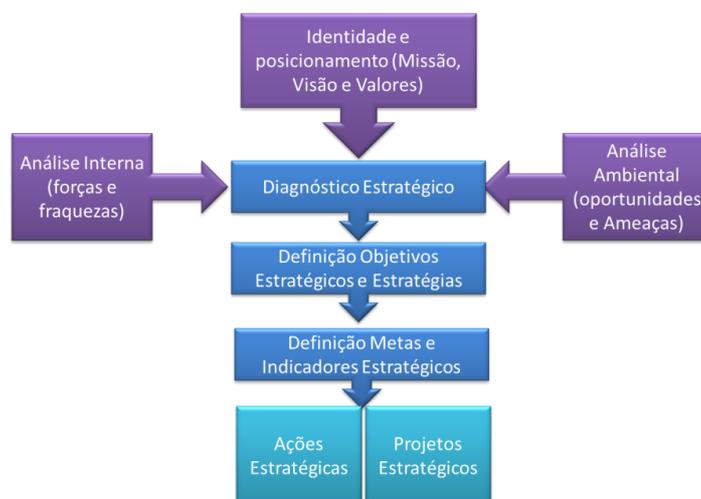


Figura 2. Modelo genérico de planejamento estratégico.

Fonte: O autor .

### Gestão Estratégica

Conforme AGU (*s.d.*), a gestão estratégica só pode ser compreendida a partir da noção do significado do planejamento estratégico. Neste sentido, o planejamento estratégico, mais do que uma declaração de intenções, é um compromisso com ações e, principalmente, resultados de longo prazo.

Para o autor, no planejamento estratégico, são estabelecidas as prioridades de atuação e o direcionamento do perfil de ação para toda a organização. A Gestão Estratégica, por sua vez, faz a ligação entre essas diretrizes globais e o trabalho de cada uma dos setores e pessoas no dia-a-dia da organização. Desdobrar diretrizes gerais em tarefas específicas, que captem todas as especificidades de cada uma das áreas, é uma tarefa bastante complexa. Kaplan e Norton (1997) sugerem que o processo de gestão estratégica envolve:

- **Planejar a estratégia (planejamento estratégico)** - é a atividade que requer o maior esforço dos envolvidos. Esta atividade tem como principal saída o plano estratégico, independente do nível da organização onde esteja sendo executado.
- **Executar a estratégia** - é a atividade que sucede o planejamento e trata da colocação em prática das ações estabelecidas na atividade anterior que deverão levar a organização, unidade de negócio, ou unidade funcional na direção estabelecida.
- **Monitorar/controlar a estratégia** - é a atividade que tem como função manter a execução do plano estratégico conforme o estabelecido no planejamento. Esta atividade verifica o se realmente a organização está no caminho certo.

A figura 3 apresenta o processo de gestão estratégica nas organizações:

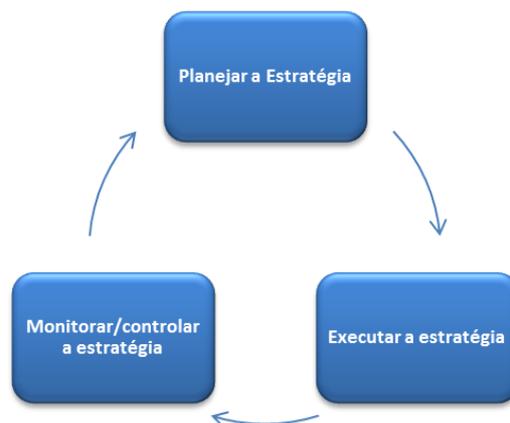


Figura 3 - modelo genérico de planejamento estratégico.  
Fonte: Adaptado de Kaplan e Norton (1997).

### Planejamento de TI

Para Boar (2002, p. 32 a 36), a TI pode ser considerada como a base para a capacidade na qual uma organização constrói suas vantagens competitivas. Neste sentido, sugere que para enfrentar os desafios impostos pelo seu ambiente, as organizações necessitam desenvolver seus pensares estratégicos de modo habitual. Estabelecer estratégias de TI, neste contexto, passa a ser algo habitual e mandatório para a sobrevivência organizacional.

Rezende (2011) define o planejamento da TI como o processo de identificação dos recursos tecnológicos para apoio á execução do plano de negócios de uma determinada empresa. É também visto como um recurso auxiliar do planejamento estratégico organizacional, com o intuito de visualizar a maneira como os sistemas de informação podem aperfeiçoar a chegada da empresa aos objetivos traçados. Podemos entendê-lo, como um conjunto de métodos e processos projetados para trazer à organização benefícios, dentre os quais citamos a integração, a integridade e a qualidade dos produtos e serviços de TI e a possibilidade de desenvolvimento de arquiteturas de informação com base nas necessidades das áreas de negócios da organização e de seus usuários.

Há que se ressaltar que o planejamento de TI, devidamente alinhado ao planejamento estratégico organizacional, pode se constituir em uma ferramenta essencial para auxiliar na gestão das organizações de segurança pública na atualidade: . O planejamento de TI deve definir seus rumos para que em curto, médio e longo prazo a organização consiga cumprir suas metas sejam elas de crescimento ou redução de custos de produção. Na figura 4, temos o modelo de planejamento de TI proposto por Boar (2002).

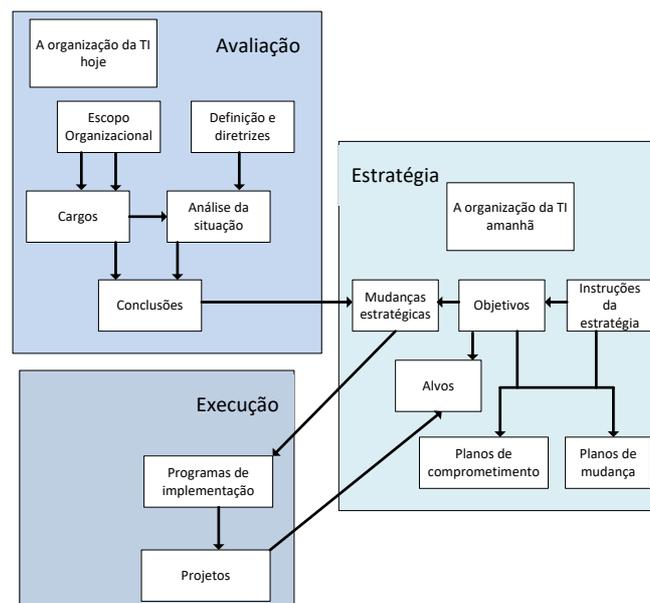


Figura 4 - modelo de planejamento de TI.  
Fonte: Adaptado de Boar (2002).

### *Alinhamento Estratégico de TI*

Laurindo e Rotondaro, *apud* Souza (2008), assinalam que o papel desempenhado pela TI nas organizações evoluiu significativamente ao longo do tempo, passando de mero suporte administrativo, para um papel estratégico, primeiramente dentro da organização e posteriormente, no âmbito das relações entre empresas.

Podemos entender, neste sentido, o alinhamento estratégico como sendo a integração entre os objetivos desdobrados do nível do Planejamento Estratégico Corporativo para o Planejamento da TI.

Para Henderson e Venkatraman (1993), alinhamento estratégico “é o grau de ajuste e integração entre estratégia de negócios, estratégia de TI, infraestrutura de negócios, e infraestrutura de TI”. Para Reich e Benbasat, *apud* Souza (2008), alinhamento estratégico de TI é “o grau com o qual a missão, objetivos e planos de TI suportam e são suportados pela missão, objetivos e planos de negócio”.

Para McGee e Prusak (1998) o alinhamento das estratégias de negócios e as de TI procura evidenciar as potencialidades da TI, considerando-a como um recurso a ser observado durante o processo de definição ou de redesenho de estratégias, assim como em outras variáveis do tipo posicionamento de produtos e/ou serviços, estratégias de fabricação, de distribuição e de inovação. A figura 5 apresenta o modelo proposto pelos autores.

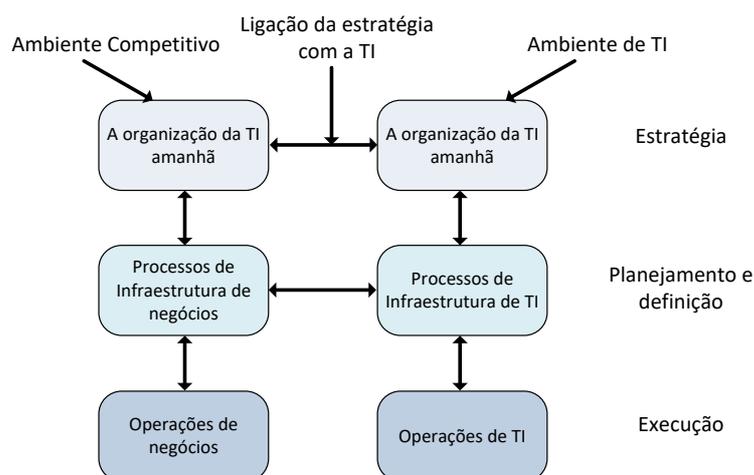


Figura 5. Modelo de alinhamento estratégico entre negócios e TI.  
Fonte: Adaptado de McGee e Prusak (1998).

Das ideias dos autores apresentados, podemos sugerir que, em termos de alinhamento estratégico de TI nas organizações, parte-se do pressuposto que a TI deve ser modelada e concebida para fornecer total suporte à consecução das estratégias da organização. No atual cenário competitivo dentre as organizações do setor de segurança pública, a TI tem a potencialidade de se tornar um instrumento capaz de suportar e alavancar o negócio das organizações policiais, dando-lhes agilidade, mobilidade e garantindo que a informação subsidie a tomada de decisões em todos os seus níveis hierárquicos.

#### *Modelo de Avaliação de Alinhamento Estratégico de Negócios Versus TI de Luftman*

Dentre os principais modelos de avaliação citados pela literatura especializada, destacamos, neste estudo, o proposto por Luftman (2000), fortemente baseado no modelo de Henderson e Venkatraman (1993) e nas pesquisas de Brodbeck e Hoppen (2002). A proposta do autor é a de apresentar um modelo que possibilite a avaliação do grau de maturidade do alinhamento estratégico entre negócios e TI, partindo-se da premissa de que este cresce conforme o aumento da capacidade de TI e das demais áreas funcionais de desenvolverem e adaptarem mutuamente suas estratégias.

Conforme Luftman (2000) a avaliação de maturidade enfatiza a harmonia entre os objetivos e planos de implementação da TI com os objetivos e arquitetura organizacional e de negócios: endereça questões sobre como a TI está alinhada ao negócio e como o negócio pode ou deve alinhar-se à TI. Com isso busca-se eficiência e eficácia para a organização.

O autor ressalva, ainda, a importância da avaliação da maturidade do alinhamento estratégico de TI, como forma de se diagnosticar o estado atual e desejado desta, a partir das estratégias e objetivos corporativos, criando-se uma visão compartilhada entre as áreas de negócios e TI sobre a posição atual e visão de futuro da organização. Neste sentido, o processo de avaliação torna-se crítico para o desenvolvimento da governança de TI.

Neste sentido, Luftman (2000) estabelece uma proposição de avaliação do nível de maturidade do alinhamento estratégico entre TI e negócios a partir da análise de seis elementos:

- **Comunicação:** avalia o intercâmbio de conhecimento e a proximidade entre as áreas negociais e o pessoal de TI.
- **Medidas de valor e competência:** procura identificar se a empresa possui métodos de mensuração dos resultados que a TI proporciona para o negócio.

- **Governança:** verifica a existência de formalização e processos de planejamento estratégico de TI e de negócios, através de instrumentos de gestão, estrutura orçamentária, gerenciamento dos investimentos de TI, e monitoramento do retorno destes investimentos.
- **Parcerias:** aborda o posicionamento da TI em relação à estratégia do negócio, do compartilhamento dos riscos e recompensas, e do relacionamento de parceria entre TI e negócios.
- **Escopo e Arquitetura:** identifica a capacidade da TI em ir além das funções de apoio aos negócios, mas sim atuar como parte influente da estratégia da organização.
- **Habilidades:** avalia as questões que envolvem a gestão dos recursos humanos da organização, mas vai além das questões tradicionais como salário, treinamento e feedback, pois procura avaliar questões culturais e sociais da organização, em termos de integração e confiança entre as áreas de TI e negócios.

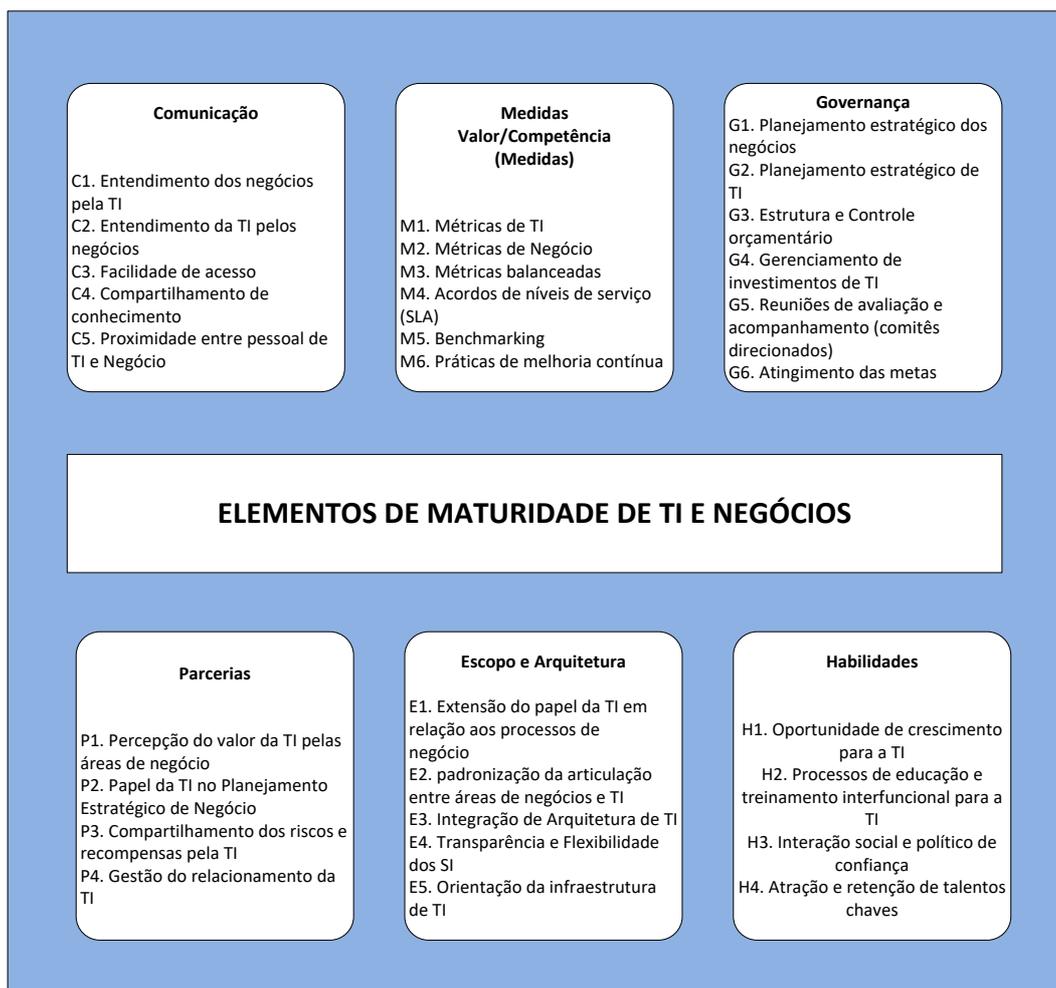


Figura 6. Modelo de avaliação de maturidade do alinhamento estratégico da TI.  
Fonte: Adaptado de Luftman (2000).

A presente pesquisa é aplicada, conforme a classificação proposta por Silva e Menezes (2001, p.20), pois tem como foco estudar questões imediatas, de cunho prático, buscando conhecer o problema para apresentar alternativas para sua solução.

Este artigo também pode ser classificado, conforme proposta de Gil (1999), quanto aos objetivos, como sendo um estudo exploratório, por oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno pouco explorado, que é o do estudo do alinhamento estratégico de TI em uma organização de segurança pública. Quanto aos procedimentos adotados, ainda segundo o mesmo autor, podemos classificá-la como:

- **Pesquisa bibliográfica** – por ser desenvolvida subsidiada por conhecimentos já consolidados, constituído principalmente de livros e artigos científicos;
- **Pesquisa documental** – por valer-se de documentos e relatórios oficiais da organização em análise.
- **Estudo de Caso** – por envolver o estudo de um ou poucas unidades, neste caso, um órgão público específico, com características peculiares.

Quanto à abordagem do problema, foi escolhida a pesquisa quali-quantitativa, considerando-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e a organização em análise, criando-se, um vínculo indissociável que não pode ser traduzido em números.

O universo escolhido para análise foi o de Oficiais Superiores, dos postos de Tenente-Coronel, Major e, intermediário, no posto de Capitão da instituição, uma vez que estes profissionais ocupam as funções de gestão administrativa e operacional e possuem amplo tempo de serviço, fato que permite que conheçam amiúde o funcionamento da instituição.

Para a coleta de dados, este autor desenvolveu um questionário que foi aplicado em uma amostra de 25 Oficiais, selecionados por conveniência, conforme classificação de Corrar e Theóphilo (2004), logo, os sujeitos da população foram selecionados por suas disponibilidades para o estudo, quanto pelo conhecimento em relação aos processos da organização. Cumpre ressaltar que o intuito desta pesquisa foi tão somente o de captar suas impressões e opiniões acerca do nível de maturidade em alinhamento estratégico de TI.

O instrumento de coleta utilizado foi desenvolvido, adaptando-se a proposta apresentada no trabalho dissertativo de mestrado de SOUZA (2008), que parte do modelo proposto para avaliação de maturidade apresentado por Luftman (2000).

As questões foram classificadas de acordo com os critérios propostos por Luftman (2000) e agrupadas nos seguintes elementos de avaliação (categorias), já mencionados no referencial teórico deste artigo: comunicação, medidas de valor e competência, governança, parcerias, escopo e arquitetura e habilidades. As questões receberam uma classificação em uma escala de cinco dimensões que permitiram avaliar o grau de maturidade da organização em relação ao alinhamento estratégico, conforme apresentamos na figura 7:

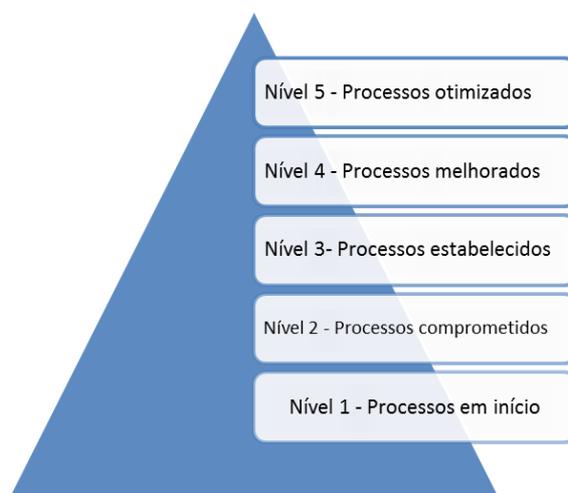


Figura 7 – níveis de maturidade do alinhamento estratégico de TI.  
Fonte: Luftman (2000).

## RESULTADOS

### *Caracterização da organização em análise*

Conforme PMDF (2011), a Polícia Militar do Distrito Federal é uma organização de segurança pública constitucionalmente constituída e regulamentada com a missão estratégica de promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária.

Sua atuação territorial limita-se ao Distrito Federal, tendo protagonizado o importante papel de garantir a segurança dos cidadãos da capital da República e atuando na defesa das sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário do estado democrático de direito brasileiro. Atualmente, conta com um efetivo fixado em lei de dezoito mil policiais militares, atuantes em suas áreas administrativas (atividade meio) e operacionais (atividade finalística).

A PMDF possui um setor de TI próprio, alçado ao nível de órgão de direção setorial - a Diretoria de Telemática (DiTel). Tal Diretoria, de natureza executiva, tem como missão, conforme portaria do Comando Geral da PMDF nº 763/2011 (PMDF, 2012), “garantir as informações necessárias aos processos de gestão, planejamento e de tomada de decisões em todos os níveis corporativos por intermédio de soluções tecnológicas de qualidade.”

Na atualidade, a DiTel vem provendo soluções de SI/TI para os segmentos administrativos e operacionais da força policial. O efetivo deste órgão é de 84 profissionais, em sua quase totalidade, e policiais militares, treinados e readequados para o exercício de suas missões específicas nas diversas áreas da TI.

#### *Achados na análise documental*

Conforme análise documental, três diplomas normativos que regulam os aspectos relacionados à área e processos de estratégia corporativa e de TI foram identificados:

#### *Plano Estratégico PMDF*

O primeiro dos documentos institucionais de planejamento analisados é o Plano Estratégico PMDF 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI (PE-PMDF). Este documento, concebido a partir dos trabalhos de contratação de uma consultoria especializada em planejamento e gestão estratégica por cenários – empresa Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática Ltda., em projeto pioneiro conduzido pelo Estado-Maior da PMDF, estabelece as grandes diretrizes estratégicas de longo prazo para a organização em análise.

O documento estabelece, como um dos seus objetivos estratégicos, “garantir as informações necessárias à tomada de decisões”. Grande parte das iniciativas estratégicas relacionadas à gestão das informações, sistemas e tecnologias está atrelada a este objetivo.

O referido PE-PMDF, publicado na Portaria do Comando-Geral da PMDF nº 742 de 27 de maio de 2011, estabelece um conjunto de iniciativas estratégicas relacionadas direta ou diretamente com o estabelecimento de uma estrutura/modelo de governança de TI na instituição.

#### *Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2012-2015*

O segundo documento que norteia as ações de SI/TI na organização em análise é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), publicado no Boletim do Comando-Geral da PMDF nº 017, de 23 de janeiro de 2012, sob a Portaria nº 763/2012. A elaboração deste documento foi fruto de um esforço coletivo, coordenado pelo Estado-Maior da PMDF, apoiado pelo Departamento de Logística e Finanças, por meio de sua Diretoria de Telemática (DiTel).

Considerado como o desdobramento do PE-PMDF para as ações relacionadas ao desenvolvimento dos SI/TI corporativos, o PDTI apresentou o escopo de fomentar o desenvolvimento tecnológico da Corporação, alinhando-o às estratégias institucionais propostas no Plano Estratégico da PMDF, num horizonte temporal de quatro anos (2012-

2015). O documento também foi subsidiado em conformidade com os diplomas orçamentários, especialmente o Plano Plurianual (PPA).

Cumpra ressaltar que o PDTI da PMDF seguiu as recomendações do Tribunal de Contas da União que, por intermédio do Acórdão 614/2008 estatuiu a Instrução Normativa nº 4, de 19 de maio de 2008 (IN-04/2008 –SLTI/MPOG), que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Sobre o Planejamento da Tecnologia da Informação a IN 04/2008, dispõe em seu Art. 3º, que:

“Art. 3º - As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade”.

A mesma IN 04 ainda se reporta à necessidade de que os PDTI's organizacionais contemplem, dentre outros aspectos:

Art. 4º [...]

Parágrafo único. A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação deverá abranger, pelo menos, os seguintes elementos:

III - modelo para elaboração dos PDTI que contemple, pelo menos, as seguintes áreas: necessidades de informação alinhada à estratégia do órgão ou entidade, plano de investimentos, contratações de serviços, aquisição de equipamentos, quantitativo e capacitação de pessoal, gestão de risco; e

IV - orientação para a formação de Comitês de Tecnologia da Informação que envolvam as diversas áreas dos órgãos e entidades, que se responsabilizem por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos do órgão ou entidade e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos.

O Anexo I do PDTI apresenta um conjunto de 78 iniciativas e ações estratégicas de TI. As ações que se reportam diretamente à governança de TI.

#### *Plano de Melhoria da Gestão (PMG)*

O último documento analisado, que contempla ações de governança e de planejamento de TI é o Relatório Avaliação da Gestão Organizacional e Elaboração do Plano de Melhoria da Gestão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) – produto 7.

Este documento, produzido no ano de 2011, contempla o diagnóstico de autoavaliação da gestão da PMDF, utilizando-se do Modelo de Gestão Pública focado em resultados e orientado para o cidadão proposto pelo GESPÚBLICA, que define a avaliação da gestão como:

[...] a proposta de identificar e analisar as práticas de gestão e os resultados do órgão, tendo por referência o Modelo de Gestão Pública. Na avaliação são identificados os pontos fortes e as oportunidades de melhoria do Órgão. As oportunidades podem ser consideradas como aspectos gerenciais menos desenvolvidos em relação ao modelo e devem ser objeto das ações de aperfeiçoamento.

O produto 07 do PMG tem como escopo a formulação e implementação de medidas de transformação da gestão, em curto prazo, possibilitando que a PMDF identifique seu principais *gaps* (déficits institucionais), promovendo, deste modo, a governança, a eficiência na otimização dos recursos, a gestão democrática, participativa, transparente e ética.

A sistemática metodológica proposta para a implantação do PMG na PMDF, contempla a definição das ações de controle e de melhoria orientadas pela avaliação das práticas realizadas, com base no Instrumento de Avaliação da Gestão Pública.

#### *Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)*

Além dos citados documentos, vale citar que, há avaliações em recente auditoria realizada pelo TCDF originada por meio de inspeção realizada no Contrato n.º 7/2011, sendo um dos mais importantes projetos de infraestrutura de comunicação de dados da organização. A citada Corte de Contas, em sede de tomada de contas especial, identificou deficiências no processo de planejamento, gestão e governança de TI, recomendando à PMDF em Decisão n.º 326/2013, que:

“[...] adote as providências necessárias para a implantação de comitê estratégico de tecnologia da informação, observando os objetivos de controle definidos no processo ME 4 – Prover Governança de TI do Cobit 4.1 (achado 1)”.

A organização, em decorrência de tal recomendação, nomeou, em 25 de Março de 2013, a Comissão n.º 053/2013, Portaria EM/PMDF para realizar estudos e apresentar a proposta de criação e de funcionamento de um Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, composto pelos integrantes do Alto Comando e DITEL da Corporação, caracterizado por natureza deliberativa. Os trabalhos da referida comissão já se encerraram, e a Portaria que normatiza tal comitê se encontra em análise para posterior aprovação.

#### *Achados nos dados dos gestores*

Nesta seção, apresentamos os dados referentes às respostas dos gestores ao instrumento de coleta aplicado, dividindo-a em:

- a) Caracterização dos respondentes;
- b) Elemento de avaliação 1 – comunicação;

- c) Elemento de avaliação 2 – medidas de valor e competência;
- d) Elemento de avaliação 3 – governança;
- e) Elemento de avaliação 4 – parcerias;
- f) Elemento de avaliação 5 – escopo e arquitetura; e
- g) Elemento de avaliação 6 – habilidades.

### *Caracterização dos respondentes*

Os respondentes são gestores da PMDF, Oficiais dos postos de Tenente-Coronel (6), Major (6) e Capitão (13), distribuídos nas áreas administrativas (17), operacional (1) e de tecnologia da informação (7), num total de vinte e cinco participantes. Possuem, em sua totalidade, formação superior, sendo que quatro são graduados, vinte possuem titulação de pós-graduação lato sensu, e um apresenta formação em nível stricto sensu (mestrado).

Apenas um dos respondentes afirmou não ter nenhuma formação em TI; seis declararam possuir conhecimentos em nível de usuário (formação básica); quatorze declararam possuir conhecimentos intermediários (formação intermediária) e quatro possuem formação avançada, em nível técnico.

Sobre o tempo de serviço, os respondentes apresentam um tempo médio de 17,6 anos (desvio-padrão = 5,37), sendo que o menor tempo declarado foi de 10 e o maior de 27. Na tabela 1 e nos gráficos de 1 à 5 são apresentadas informações referentes à caracterização dos respondentes:

Tabela 1 – Síntese da caracterização dos respondentes.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA		
1- Qual o tipo de Unidade Policial Militar? (coloquei os números de 1 à 5)	Qt. Cit.	Freq.
Administrativa	17	68,00%
Operacional	1	4,00%
Tecnologia da Informação	7	28,00%
TOTAL OBS.	25	100%
2- Qual o seu posto?	Qt. Cit.	Freq.
Coronel	0	0,00%
Tenente-Coronel	6	24,00%
Major	6	24,00%
Capitão	13	52,00%
1.º Tenente	0	0,00%
2.º Tenente	0	0,00%

TOTAL OBS.	25	100%
3- Qual o seu nível de escolaridade?	Qt. Cit.	Freq.
Ensino Superior	4	16,00%
Pós Graduação (especialização lato sensu)	20	80,00%
Mestrado	1	4,00%
Doutorado	0	0,00%
TOTAL OBS.	25	100%
4- Qual a sua formação e/ou conhecimentos em TI?	Qt. Cit.	Freq.
Nenhuma	1	4,00%
formação básica (usuário)	6	24,00%
formação intermediária	14	56,00%
formação avançada (técnico)	4	16,00%
TOTAL OBS.	25	100%
5- Quanto tempo de serviço possui?	Qt. Cit.	Freq.
Menos de 12	4	16,00%
De 12 a 14	3	12,00%
De 14 a 16	4	16,00%
De 16 a 18	3	12,00%
De 18 a 20	0	0,00%
De 20 a 22	2	8,00%
Mais de 22	9	36,00%
TOTAL OBS.	25	100%

### *Respostas dos elementos de avaliação*

A Tabela 2 apresenta a média das respostas aos questionamentos sobre os elementos de maturidade propostos por Luftman (2000), feitos aos gestores da PMDF:

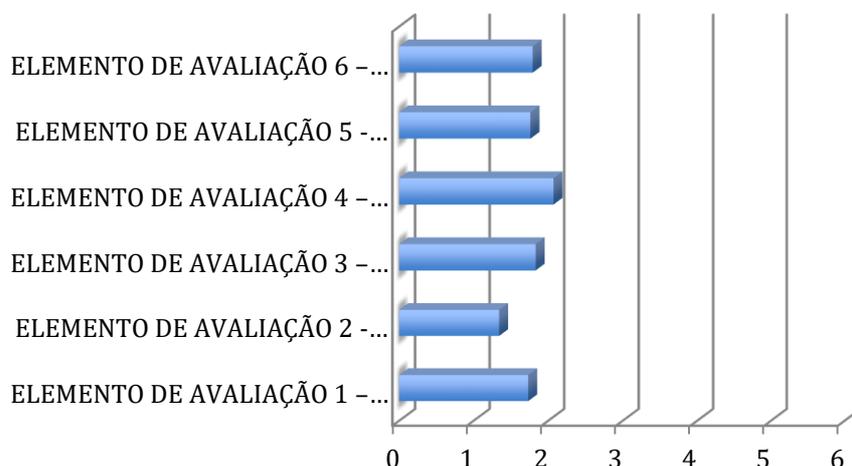
Tabela 2 – Médias das respostas dos elementos de avaliação

ELEMENTO DE AVALIAÇÃO 1 – COMUNICAÇÃO	
Q1. SOBRE O CONHECIMENTO SOBRE O NEGÓCIO PELA ÁREA DE TI	2,33
Q2. SOBRE O CONHECIMENTO DE TI PELA ÁREA DE NEGÓCIO	1,53
Q3. SOBRE A APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	1,36
Q4. SOBRE O ESTILO E FACILIDADE DE ACESSO ENTRE AS ÁREAS DE NEGÓCIOS E TI	2,33
Q5. SOBRE COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO	1,41
Q6. SOBRE A PROXIMIDADE ENTRE PESSOAL DE TI E DE NEGÓCIO	1,41
Média do Elemento	<b>1,73</b>
ELEMENTO DE AVALIAÇÃO 2 - MEDIDAS DE VALOR E COMPETÊNCIA	
Q7. SOBRE AS MÉTRICAS DE TI	1,30
Q8. SOBRE AS MÉTRICAS DE NEGÓCIO	1,06
Q9. SOBRE O BENCHMARKING	1,38
Q10. SOBRE AS AVALIAÇÕES E REVISÕES FORMAIS DOS INVESTIMENTOS DE TI	1,44
Q11 PRÁTICAS DE MELHORIA CONTÍNUA EM TI	1,53
Média do Elemento	<b>1,34</b>
ELEMENTO DE AVALIAÇÃO 3 – GOVERNANÇA	
Q12. SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE NEGÓCIO	2,27
Q13. SOBRE O PLANEJAMENTO DE TI	1,65
Q14. SOBRE O CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DE TI	2,15
Q15. SOBRE A FINALIDADE DOS INVESTIMENTOS EM TI	2,27
Q16. SOBRE O COMITÊ EXECUTIVO DE TI	1,18
Q17. SOBRE O PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS DE TI	1,47
Média do Elemento	<b>1,83</b>
ELEMENTO DE AVALIAÇÃO 4 – PARCERIAS	
Q18. SOBRE A PERCEPÇÃO DA TI PELO NEGÓCIO	2,30
Q19. SOBRE O PAPEL DA TI NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE NEGÓCIO	2,12
Q20 SOBRE A GESTÃO DO RELACIONAMENTO ENTRE AS ÁREAS DE TI E NEGÓCIO	1,97
Q21 SOBRE O RELACIONAMENTO E NÍVEL DE CONFIANÇA ENTRE TI E NEGÓCIO	1,86
Q22. SOBRE OS PATROCINADORES E APOIADORES DA TI NA ÁREA DE NEGÓCIO	2,12
Média do Elemento	<b>2,07</b>

ELEMENTO DE AVALIAÇÃO 5 - ESCOPO E ARQUITETURA	
Q23. SOBRE O PAPEL DA TI QUANTO AOS PROCESSOS DE NEGÓCIO	1,69
Q24. SOBRE A ARTICULAÇÃO DE PADRÕES TECNOLÓGICOS	1,97
Q25. SOBRE A INTEGRAÇÃO DAS ARQUITETURAS DE TI COM AS ÁREAS DE NEGÓCIO - NÍVEL CORPORATIVO [Toda a Organização]	1,85
Q26. SOBRE A INTEGRAÇÃO DAS ARQUITETURAS DE TI COM AS ÁREAS DE NEGÓCIO - NÍVEL DAS UNIDADES DE NEGÓCIO [Departamentos]	1,97
Q27. SOBRE A INTEGRAÇÃO DAS ARQUITETURAS DE TI COM AS ÁREAS DE NEGÓCIO - NÍVEL INTER-EMPRESARIAL [Clientes e Parceiros]	1,25
Q28. SOBRE A FLEXIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DA ARQUITETURA DE TI	1,85
<b>Média do Elemento</b>	<b>1,76</b>
ELEMENTO DE AVALIAÇÃO 6 – HABILIDADES	
Q.29. SOBRE A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO EM TI	1,36
Q30.CENTRO DE PODER SOBRE A TI	1,88
Q31. SOBRE O ESTILO DE GERENCIAMENTO DA TI	1,21
Q32. SOBRE A DISPOSIÇÃO DO PESSOAL DA TI PARA MUDANÇAS	1,50
Q33. SOBRE AS OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO PARA O PESSOAL DA TI	2,33
Q34. SOBRE A EDUCAÇÃO E TREINAMENTO INTERFUNCIONAL	2,27
Q35. SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL ENTRE TI E NEGÓCIOS [ambiente social, político e de confiança]	1,97
<b>Média do Elemento</b>	<b>1,79</b>
<b>Média Global (todos os elementos)</b>	<b>1,75</b>

O gráfico 1 apresenta o grau de Maturidade em Alinhamento Estratégico de TI da PMDF, de acordo com a escala proposta por Luftman (2000):

Gráfico 1 - Avaliação de Maturidade em Alinhamento Estratégico de TI da PMDF.



## DISCUSSÃO

Após análise dos dados apresentados na seção anterior, pode-se constatar que a organização, objeto de nossa avaliação, possui uma compreensão do papel da TI no contexto estratégico organizacional, encontrando-se ainda em um estágio inicial. Alguns achados nos auxiliam a corroborar com este pensamento:

- 1) Existem, na organização, conforme pesquisa documental, dois processos de planejamento, que abordam os elementos da governança de TI:  $\Theta$  o Plano Estratégico PMDF 2011-2022 e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Tais documentos, publicados em Boletim do Comando-Geral da instituição, apresentam caráter formal de norma interna a ser observada pelos seus gestores institucionais;
- 2) Apesar da existência de tais documentos que materializam os processos de planejamento corporativo e do macroprocesso de TI, o instrumento aplicado aos gestores permite afirmar que há uma compreensão parcial e imberbe do alinhamento estratégico de TI na organização: apesar de necessária, a gestão e a governança de TI, na percepção de seus gestores ainda deve percorrer um longo caminho até fazer parte efetiva do processo de gestão organizacional.

Da avaliação aplicada, pôde-se identificar a necessidade de que sejam estabelecidas ações no sentido de se desenvolver um amadurecimento da governança e do alinhamento estratégico de TI, constituindo-se em oportunidades de melhoria. Dentre tais ações sugeridas figuram:

- O conhecimento mútuo entre as áreas de negócios e de TI;
- A implantação de ações no sentido de se desenvolver as competências conversacionais entre gestores de negócios e de TI, promovendo-se programas de formação em TI e Negócios. Deste modo, poderá ocorrer o estabelecimento de uma “linguagem” comum, um estilo de comunicação mais informal e um compartilhamento de conhecimento entre as duas áreas;
- A implantação de um modelo de gestão por indicadores de TI alinhado aos indicadores de negócios;
- O estabelecimento de parcerias que possibilitem a busca da compreensão e implantar de melhores práticas de gestão e governança de TI, disponíveis e consolidadas em organizações nacionais e estrangeiras;

- A implantação e avaliação efetiva das ações previstas no PE-PMDF e PDTI-PMDF;
- O tratamento adequado dos projetos de TI como investimentos, avaliando-se seus TCO e ROI e se estabelecendo uma cultura proativa que contemple a TI como centro de lucro, para que adicione valor ao negócio;
- O estabelecimento de um comitê executivo de TI;
- O incremento da gestão dos relacionamentos e confiança entre as áreas de TI e negócios;
- O convencimento e gestão dos relacionamentos com os principais stakeholders da alta cúpula da organização;
- A definição dos padrões tecnológicos no âmbito de toda a organização e a integração das arquiteturas de TI nos níveis intra e extra organizacional;
- O estímulo às ações para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora relacionada à gestão e à governança da TI, desenvolvendo-se e preparando-se lideranças para os processos de mudança organizacional;
- A gestão da mudança para modificação da cultura e do estilo de gestão baseado na centralização de poder e no controle para distribuição de competências e orientação aos resultados.

## CONCLUSÃO

Neste estudo pôde-se observar que a PMDF se encontra em processo de amadurecimento ainda imberbe de sua gestão estratégica e do planejamento e da governança de TI. Neste sentido, observou-se que a organização tem buscado implementar as melhores práticas no sentido implantar tanto um planejamento estratégico baseado em uma metodologia sólida quanto o Plano Diretor de Tecnologia da Informação decorrente, alinhado, às estratégias institucionais.

No entanto, observou-se que, na percepção dos gestores das áreas de negócios e de TI da instituição, ainda não se estabeleceu uma visão compartilhada e nem um modelo mental que contemplem a importância da tecnologia da informação como componente estratégico em localização de segurança pública. Os Oficiais respondentes do instrumento de coleta, indicam, em suas respostas, que há um longo caminho a ser percorrido pela corporação, que inclui adoção de melhores práticas de gestão e governança de TI aliadas a uma forte participação e apoio dos *stakeholders* da alta cúpula da organização.

Cumprе ressalvar que a implantação da governança de TI não é um aspecto motivado apenas internamente, os próprios órgãos de controle da administração pública, tais como as cortes de contas, conforme identificado neste trabalho, recomendam a adoção das melhores práticas e a estruturação de governança como forma de garantir que a organização gerencie as suas estratégias, os processos e projetos de orçamento e aquisições atendendo o princípio constitucional da eficiência.

Estudos futuros serão importantes para explorar com maior grau de profundidade, os aspectos de amadurecimento do alinhamento estratégico de TI na organização.

## REFERÊNCIAS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **O que é Gestão Estratégica?** Artigo Internet. Disponível em <[http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=81196&ordenacao=2&id\\_site=1360](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=81196&ordenacao=2&id_site=1360)>. Acesso em 06 Abr 2013.

BOAR, Bernard. **Tecnologia da Informação: A Arte do Planejamento Estratégico**. 2ª edição. São Paulo: Editora Berkeley, 2002.

BRODBECK, A. F. e HOPPEN, N. **Alinhamento estratégico entre os planos de negócio e de tecnologia de informação: um modelo operacional para a implementação**. Disponível em <[http://www.aedb.br/seget/artigos06/961\\_FCS.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos06/961_FCS.pdf)>. Acesso em 2 Jun 2013.

CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coord.). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. São Paulo: Atlas, 2004.

GHEMAWAT, P. **A estratégia e o cenário dos negócios: texto e casos**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDERSON, J. C.; VENKATRAMAN, N. *Strategic alignment: leveraging information technology for transforming organizations*. *IBM Systems Journal*, v. 32, n. 1, p. 4-16, 1993.

KAPLAN, Robert S. NORTON, David P. **A estratégia em ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 22ª Edição, 1997.

LUFTMAN, Jerry: **Assessing Business-IT Alignment Maturity**: Communications of AIS. Volume 4, Article 14, December, 2000.

MCGEE, J. V. PRUSAK. L. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MINTZBERG, Henry. *Generic Strategies: Toward a Comprehensive Framework*. *Advances in Strategic Management*. v.5. JAI Press Greenwich - CT p.1-67, 1988.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas**. São Paulo: Atlas, 29ª Edição, 2011.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI**. Estado-Maior/Seção de Inteligência Estratégica Ciência e Tecnologia. 1ª edição. Rio de Janeiro: Talagarça, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de Tecnologia da Informação**. Portaria do Comando Geral da PMDF nº 763/2011. Disponível em <<https://intranet.pm.df.gov.br>> (acesso mediante senha). Acesso em 02 Mai 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano de Melhoria da Gestão**. Portaria do Comando Geral da PMDF nº 763/2011. Disponível em <<https://intranet.pm.df.gov.br>> (acesso mediante senha). Acesso em 02 Mai 2013.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de Sistemas de Informação e Informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

SOUZA José Geraldo Andrade de. **Alinhamento estratégico de TI: avaliando as percepções de executivos de negócio e TI**. Dissertação de mestrado. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3908/josegeraldo.pdf?sequence=1>>. Acesso em 01 Mai 2013.

Recebido: 14/12/2015

Revisado: 01/05/2016

Aceito: 11/06/2016

*Bilmar Angelis de Almeida Ferreira.* Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação (UCB). Pós-graduado em Direito Público pelo Instituto Processus, em Governança de Tecnologia da Informação (UCB) e em Gestão de Segurança Pública (APMB). Graduado pelo Curso de Formação de Oficiais da (APMB) e Bacharel em Direito pela Faculdade Processus. Atua como Oficial da PMDF e Professor da Universidade Católica de Brasília. Brasília – Distrito Federal – Brasil. E-mail: angelis93@gmail.com

*Antônio de Jesus Felipe de Oliveira.* Graduado Economia pela UNESP. Pós-Graduado em Gestão de Serviços Bancários com Foco em *Back-Office* pela FGV-EAESP. Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação (UCB). Gerente Nacional de TI no Projeto Estratégico de Operações Imobiliárias da CEF e Professor da UCB. Tem experiência na área de Ciência da Informação e Administração Estratégica, com ênfase em IC, BI e Gestão Estratégica. Brasília – Distrito Federal – Brasil. E-mail: afelippe@ucb.br

*Jane de Oliveira Rabelo de Almeida.* Mestranda em Direito (UCB). Pós-Graduada em Direito Penal (Instituto Processus). Graduada em Direito (UNICEUB). Atua profissionalmente como advogada e professora de graduação e pós-graduação em direito e em segurança e ordem pública da Universidade Católica de Brasília. Brasília – Distrito Federal – Brasil. E-mail: janerabelo@yahoo.com.br

## SEGURANÇA E CIDADANIA: Construindo Caminhos

Paula Ribeiro e Oliveira

*Secretaria de Estado de Educação, Brasília, DF, Brasil*

**Resumo.** O presente artigo apresenta uma proposta de parceria entre Educação e Segurança Pública a caminho da Cidadania. O objetivo é aproximar a Comunidade Escolar da Polícia visando à qualidade nos caminhos de prevenção da violência na escola e no perímetro escolar. Trata-se de uma pesquisa-ação orientada pelo projeto interventivo Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos, que finda por caracterizar o ambiente escolar e identificar os pontos sensíveis que comprometem a qualidade da proteção ao ensino e à aprendizagem. No intuito de otimizar a segurança nas escolas por meio da participação social, propõe-se um trabalho de formação por meio do curso: Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, com base nas diretrizes apontadas na Matriz Curricular Nacional da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). A proposta do curso é trabalhar, nas escolas de Ensino Médio, as seguintes temáticas: Segurança Pública Cidadã, Direitos Humanos, Relações Interpessoais, Mediação de Conflitos, Liderança e Construção de Redes e Qualidade em Educação e Segurança Pública. Por intermédio do compartilhamento de ideias, experiências e práticas educacionais em conjunto com a filosofia de um agente comunitário comprometido com as questões sociais, visa-se adequar a perspectiva da Polícia Comunitária à realidade de cada escola em busca de uma formação de Cultura de Paz. Uma Educação efetiva requer uma Segurança eficiente, muito embora, uma Segurança eficiente, apenas, exista por meio de uma Educação efetiva. É possível concluir, portanto, que Educação e Segurança são modelos indissociáveis e corroboram, mutuamente, valores de Cidadania.

**Palavras-chave:** Cidadania, educação, segurança pública cidadã, mediação de conflitos, cultura de paz.

## CITIZENSHIP AND SAFETY: Closing Gaps

**Abstract.** This article aims at presenting a partnership proposal between Education and Public Security towards Citizenship. Such a partnership is to develop shared interests or causes as it may provide the school environment with quality pathways to prevent violence inside and out campus. The idea is to achieve each and every individual who are involved in the Teaching /Learning Process based on the necessity of strengthening interactions in schools and enhancing the cultural competence of faculty members. That way, the Project Citizenship and Safety: Closing Gaps works on an educational approach which consists on a partnership between the School Community and Police Officers who are hold accountable for active participation on a schoolwide formative process of collective responsibility towards preventing violence spread. It is supposed to collect and analyze data and pinpoint useful strategies for closing gaps inside schools and its surroundings. Through the Course: Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, Brazilian communities discuss the strategies already in place, the resources needed to implement new strategies, and the new actions needed. Police organizations are adopting the philosophy and practices of community and problem-oriented policing and have shown some change in police structure and practical support to society. Changes associated with problem-solving within law enforcement and human rights agencies have brought some positive impacts on the quality of interaction between the police and citizens. It is of utmost importance find strategies which may sustain this new philosophy. The project aims at negotiating educational interests and needs, and, by doing so, develop Security Education through awareness, attitude and action. Effective Education needs efficient Public Security, although, efficient Public Security only exists through effective Educational Basis beforehand.

**Key words:** Citizenship, education, citizen public security, conflict mediation, culture of peace.

## INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira vivencia uma série de fatores negativos que conduzem a prejuízos na qualidade do ensino. Seja pela falta de recursos, pela desvalorização dos profissionais da área, pela criticada formação dos servidores, pela falta de interesse e comprometimento dos estudantes ou pelos conflitos ocorridos dentro das escolas e nos perímetros delas, percebe-se que a problematização gerada está, de certa forma, relacionada a aspectos de violência. O termo violência não se limita a atos de agressões físicas ou verbais. Ele pode abranger qualquer constrangimento<sup>1</sup>, seja ele físico ou moral, realidade bastante presente no ambiente escolar em todos os segmentos. Nesse âmbito, percebe-se a necessidade de se investir em uma política de prevenção de violências nas escolas de modo que os membros da comunidade escolar sintam-se seguros e protegidos enquanto atuantes na área da Educação. Nessa perspectiva, busca-se uma parceria com a Segurança Pública no intuito de fortalecer a qualificação do trabalho educacional. É preciso construir caminhos para que não somente se fale em cidadania, mas também para que seja possível atuar como cidadão.

Dados OCDE/2014 (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)<sup>2</sup> revelam que 12,5% dos professores brasileiros são vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana), em 2008, constata que cerca de 70% de alunos e professores afirmam já ter visto agressão física nas escolas do Distrito Federal<sup>3</sup>. Com o intuito de colher informações mais precisas concernentes a essa realidade, foi produzido em 2014, na EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação), um documentário acerca da violência escolar com a participação de profissionais da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Dentre os depoimentos, explica a professora Gisele, profissional de língua portuguesa na escola CEAN – DF:

Violência é a ação ou o ato em que se venha a projetar, de uma maneira agressiva ou depreciativa, a ação sobre um sujeito [...] reflete em um valor, em uma finalidade, em

<sup>1</sup> *Dicionário do Aurélio Online*, s.v., “violência”, acesso em 10 dez. 2015, <https://dicionariodoaurelio.com/violencia>.

<sup>2</sup> BBC BRASIL. **Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores**. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822\\_salasocial\\_eleicoes\\_ocde\\_valorizacao\\_professores\\_brasil\\_daniela\\_rw](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw). Acesso em: 20 nov. 2015.

<sup>3</sup> OSP. **Violência nas Escolas do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/node/2071>. Acesso em: 20 nov. 2015.

um costume e é algo bastante recorrente em sala de aula e no cotidiano. A violência é algo abrangente que está sujeito a várias definições [...] é uma parte da indisciplina que extravasa de uma forma mais agressiva em que dois lados se magoam e se machucam. A violência escolar é todo comportamento ou ação desenvolvida em sala de aula onde é fechado o campo de diálogo.

A diretora da EC 01 da Estrutural - DF (2014), professora Janaína, diz que “violência é um conceito subjetivo que, facilmente, está ligado à violência social, psicológica e aos outros tipos de violência que a sociedade vive”. Já o estudante Rafael Ramos do CEd 03 de Planaltina-DF, 1º ano do Ensino Médio / 2014, afirma que “violência é a exclusão”. O documentário apresenta, ainda, relatos relevantes para esta reflexão. Segundo a Coordenadora da Regional de Ensino de Planaltina-DF (2015), professora Queti Dietrich, os maiores desafios, dentro das escolas, estão relacionados à violência que vem de fora, ao *bullying*, e às famílias desagregadas. Para a professora Gláucia, a escola também sofre violência por parte do governo quando não oferece espaço apropriado para os estudantes, por exemplo. O prédio da Escola Classe 01 da Estrutural – DF, local onde a professora estava lotada em 2014, construído sobre um “lixão”, foi interditado pela Defesa Civil em maio de 2012 devido a gases tóxicos que eram exalados pelas tomadas de edificação. A escola, portanto, passou a funcionar, provisoriamente, no prédio da EAPE/DF (novembro/2014).

Com base nos dados e nos depoimentos apresentados, percebe-se que os membros da comunidade escolar do Distrito Federal encontram-se fragilizados diante do comportamento refletido nos estudantes por fatores ligados a conflitos ocorridos dentro da escola e nos arredores dela, pela ausência familiar na tomada de decisões, pelas relações interpessoais enfraquecidas nos segmentos escolares e pela precária intervenção política diante das necessidades que o sistema educacional apresenta. Se o universo escolar é marcado por um quadro de violência, caracterizado por evasão, inadimplência, indisciplina, tráfico de drogas e sucateamento, é preciso repensar a função social da escola. Visto que os fatores que conduzem à violência são provenientes de um conjunto diverso de causas e consequências, é viável que eles sejam tratados coletivamente. É pertinente, logo, fazer o seguinte questionamento: o que pode ser feito para sensibilizar a comunidade escolar diante da emergência de se unir forças para dar significado ao trabalho educacional?

Tal debate adquire consistência e eleva o nível das discussões quando abre espaço para o surgimento de novos modelos educacionais. O desempenho escolar vai além da ação

dos profissionais da educação e do comprometimento dos estudantes. A violência social necessita da intervenção do Estado e, se ela se manifesta no ambiente escolar, é preciso realizar as mudanças operacionais e organizacionais para que o trabalho se torne eficaz. Logo, propõe-se a ideia de se inserir um Policiamento Comunitário dentro das escolas por meio da multiplicação da filosofia de Polícia Comunitária. É fundamental voltar o olhar para as questões sociais para que seja possível, assim, lidar com os fatores causadores da violência escolar e agir, preventivamente, nas causas remediando as consequências. A Polícia Comunitária oferece subsídios plausíveis para que ocorra um Policiamento Orientado aos Problemas sociais, inclusive, aos escolares (Policiamento Orientado para o Problema – POP). Isso se deve ao fato de tal Policiamento expressar uma filosofia que atribui, à polícia e aos cidadãos, a responsabilidade de implantar e organizar Políticas Públicas de Segurança. Em outras palavras, trata-se de um compartilhamento de ideias e ações na tentativa de viabilizar o progresso social, os bons-costumes, o bem-estar e a tranquilidade geral.

As atuais reformas na área policial estão fundadas na premissa de que a eficácia de uma política de prevenção do crime e produção de segurança está relacionada à existência de uma relação sólida e positiva entre a polícia e a sociedade. (...) Isso significa o reconhecimento de que a gestão da segurança não é responsabilidade exclusiva da polícia, mas da sociedade como um todo. (Agnaldo S L Neto 09/09/2012 Legislação PMPR)

Nesse ponto, cabe ressaltar que a escola é um local por onde se deve passar toda a sociedade. Pode ser, portanto, um local apropriado para se estabelecer essa relação sólida entre polícia e sociedade e construir uma política de prevenção de violências. Segundo Marcelo P. das Neves de Oliveira, tenente da Polícia Militar do Estado da Bahia - Brasil (PMBA), em publicação ao PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania):

Na América Latina, as polícias vêm passando por uma crise de identidade, fruto da transição do período ditatorial, quando estavam muito ligadas às Forças Armadas, para a redemocratização, que exigiu uma mudança significativa de seu papel. Com isso, as organizações policiais latino-americanas têm sido vistas frequentemente como ineficientes no combate ao crime e violentas no trato com a população.

Este foi o contexto para a realização de experiências comunitárias no Brasil, Colômbia, Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai, República Dominicana, no intuito de se recuperar o prestígio da Polícia. O PNUD (Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento) tem desenvolvido em parceria com estes países, o Projeto Segurança Cidadã, que visa modificar o velho paradigma de gestão da segurança pública baseado na “Defesa do Estado” e na “Segurança Nacional”, para um modelo mais voltado para o cidadão.

A fim de envolver professores, coordenadores, supervisores, gestores, secretários, membros da carreira de assistência, psicólogos, nutricionistas, pedagogos, orientadores educacionais, profissionais do ensino especial, estudantes, familiares e demais membros da comunidade escolar com as práticas de uma Segurança Pública Cidadã, buscam-se alicerces que fundamentem o bom êxito de um trabalho educacional voltado para a proteção do cidadão. Assim, é viável implantar ações estratégicas de conscientização dos membros da comunidade escolar por meio de um Policiamento Orientado à Mediação Pacífica de Conflitos Sociais. Dessa forma, a Polícia Comunitária da Polícia Militar do Distrito Federal oferece subsídios que podem contribuir com o processo de formação de cultura, nas comunidades, por meio do *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* proposto pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). Todavia, para que o curso atenda às expectativas educacionais, dentro das escolas, é necessário adaptá-lo a propostas pedagógicas e à dinâmica escolar. Surge, então, o Curso *Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar*, um trabalho de interação dos membros da comunidade escolar com a polícia militar pelo coletivo comprometimento com as questões sociais. O curso elaborado e desenvolvido por educadores e policiais é a ação principal do Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos*, fruto de uma união de ideias e ações entre Educação e Segurança Pública cujo objetivo é aproximar as escolas da polícia buscando qualificar os caminhos de prevenção de violências dentro da escola e no perímetro escolar além de fomentar uma cultura de paz social.

Na medida em que as pessoas se relacionam, solidariamente, umas com as outras, os conflitos tendem a ser mediados de maneira mais pacífica. Um grupo sólido acredita em sua própria capacidade de ação. Isso possibilita diagnosticar problemas nas comunidades e agir, preventivamente, na área da segurança. Por meio das ações do projeto supracitado, busca-se trabalhar temáticas de fortalecimento dos segmentos escolares por meio de princípios de solidariedade, responsabilidade, respeito e união, estimulando a troca de experiências para promover o espírito de cooperação em benefício do convívio social. É preciso educar protegendo e proteger educando.

No decurso do seu processo histórico, a escola passou a acumular várias funções sociais. Além de transmitir conhecimento, atribui-se, a ela, a responsabilidade de socialização [...]. Diante de tantos problemas, faz-se necessário repensar as funções sociais da Escola. A Escola Reflexiva, apoiada em políticas educacionais eficientes, deve ser o resultado da ação integrada de professores, alunos, pais, funcionários, coordenadores e diretor (a) em torno de projetos interdisciplinares e transdisciplinares que visam solucionar, de maneira prática, as demandas da instituição e buscam a formação integral dos educandos e a construção de uma escola alicerçada nos valores humanos. Portanto, a cooperação e a solidariedade são pontos fundamentais para a superação dos problemas educacionais<sup>4</sup>. Tássio Revelat.

5

A proposta de integração da comunidade escolar com a polícia busca, ainda, fortalecer a segurança nas escolas públicas por meio da formação de redes na sociedade. O trabalho com a comunidade é indispensável para identificar a influência da violência social sobre a sensação de insegurança instalada nas escolas e disseminada na sociedade.

## DESENVOLVIMENTO

### A Violência Social

Violência social é qualquer tipo de violência cometida por indivíduos ou pela comunidade, com uma finalidade social.<sup>6</sup> Ela pode se manifestar de diversas maneiras, pode atingir proporções distintas e tende a afetar a sociedade de modo geral. É, comumente, proveniente de desentendimentos, desencontros, descuido, rebeldia, descontrole emocional, desrespeito à vida humana, desagregação familiar, diferenças econômicas, imposições, vingança ou por falta de comunicação, sabedoria e limites. Revela-se, muitas vezes, por meio de conflitos, discussões, segregação, discriminação racial, de gênero ou de classe, ameaças, agressões e diversos crimes.

A violência física tem um caráter explícito visto que decorre de ato direto e perceptível como uma lesão corporal, por exemplo. Já a violência psicológica apresenta um caráter implícito pois ocorre, geralmente, indiretamente, como no caso do *bullying* e das humilhações. A violência simbólica, também, se manifesta implicitamente na sociedade. No

<sup>4</sup> Rede Social dos Amantes do Conhecimento. Disponível em: <http://artistasdesantoamarodeipitanga.ning.com/profile/TassioSimoes>. Acesso em: 12 nov. 2015.

<sup>5</sup> Historiador, Poeta e Gestor Cultural.

<sup>6</sup> Richard E. Tremblay, PhD. Université de Montréal, Canada e University College Dublin, Irlanda. Fev. 2012. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/violencia-social/sintese>. Acesso em: 12 nov. 2015.

entanto, ela provém de significações impostas como legítimas, é baseada em relações de poder e é reproduzida culturalmente<sup>7</sup>. Pode ser exemplificada pela difusão da contestável ideia de que homens são mais violentos do que mulheres por serem mais fortes.

Independente da capacidade do homem de vincular a procedência e o caráter da violência a alguma explicação científica e de buscar, com isso, algum entendimento para a crescente ocorrência de atos violentos, é necessário repensar a ideia da importância cultural sob a vida humana. O médico psiquiatra, Theodore Dalrymple, trata do tema de como o culto do sentimento<sup>8</sup> “tem destruído nossa capacidade de pensar e até a consciência de que é necessário pensar”. A sociedade está imersa em um sentimentalismo absurdo que conduz a uma formação de cultura de direitos sem deveres. Isso não é cidadania.

### **O Culto à Vitimização e o “Coitadismo” Nacional**

No Brasil, é crescente o número de pessoas que assumem a condição de vítimas do sistema e não a de responsáveis por criar um mundo melhor. Numa discussão que parece não ter fim, buscam-se argumentos que levem ao encontro dos culpados pelo fracasso do país na política, na economia e na vida social. Atribui-se muito valor à história que se passou e pouco, ao presente que se vive; muita importância a fatos isolados e pouca, aos efeitos deles na sociedade. Segundo o colunista Rodrigo Constantino, “o nosso país está mergulhado em um culto à vitimização. O que cada um sofreu na vida parece mais importante do que aquilo que desenvolvemos como habilidades e conhecimento”<sup>9</sup> e isso traz sérias consequências à sociedade de modo geral. A família que é vítima não educa. A escola vítima não forma um indivíduo crítico. A polícia vítima não protege a sociedade. O Estado vítima não exerce a cidadania.

Instala-se, portanto, o cenário de vitimização no país onde, por exemplo, atribui-se a culpa da violência social a um sistema formado por grandes vítimas. E, ao passo que essas vítimas assumem um estado de neutralidade de atuação social, elas são direcionadas a um reducionismo intelectual que conduz, por sua vez, a um conformismo e, até mesmo, a uma legitimação de que se vive em um país em que nada pode ser feito para melhorar. Surge,

---

<sup>7</sup> Stephen Stoer (2008, p. 86). **A Genética Cultural da Reprodução**. Educação, Sociedade e Cultural, nº 26, 85-90.

<sup>8</sup> Theodore Dalrymple (2015). **Podres de Mimados – As consequências do sentimentalismo tóxico**.

<sup>9</sup> VEJA. **O coitadismo nacional e o culto à vitimização**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/o-coitadismo-nacional-e-o-culto-a-vitimizacao/>. Acesso em: 30 out. 2015.

então, o “coitadismo nacional”. As vítimas passam a se justificar como não responsáveis pelas causas sociais e como incapazes de mudar essa lamentável realidade devido a uma sensação crescente de insegurança. É o pai que não controla o filho, o professor que é refém do estudante, a polícia que é subordinada aos ditames legais e o Estado que perdeu a credibilidade da nação. Há pouco material disponível que trate dos termos de “vitimização” e “coitadismo”; porém, ambos têm sido matéria de colunistas que tratam de aspectos ligados à sociedade e saúde. Veja:

O coitadismo acomete boa parte da população brasileira, consistindo em pessoas que passam a maior parte do tempo tomadas pelo sentimento de autopiedade. Geralmente, elas também são muito pessimistas e não fazem qualquer esforço para sair desta situação, acreditando que reverter tal quadro é algo impossível, ou seja, vão deixando a vida levá-las. (André, colunista)<sup>10</sup>

O fato é que Educação, Segurança, Economia, Política e demais questões sociais são responsabilidades coletivas e, para que gerem e mantenham ações exitosas, precisam estar integradas à seguridade social. A seguridade social está articulada como um direito na Carta Internacional de Direitos Humanos (artigo 22), conforme expresso a seguir:

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

No entanto, é preciso assumir as responsabilidades implícitas na aceitação desse direito. E essa conscientização faz parte de um processo educativo de formação de uma cultura de responsabilização e atuação social pelo bem comum. É preciso investir, em longo prazo, em uma cultura que permita, aos cidadãos, viver em uma sociedade integrada com bases comuns de proteção social. A segurança nas escolas, por exemplo, não é uma questão de Ordem Pública, apenas. Ela precisa de medidas repressivas, mas, depende de medidas preventivas para evitar novas ocorrências. Um trabalho de prevenção é um trabalho de

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.mundodastribos.com/como-combater-a-sindrome-do-coitadismo.html>. Acesso em: 30 out. 2015.

formação de cultura. Formar cultura, por sua vez, é educar. Educação, por fim, traz Segurança. A família e a escola que educam trazem Segurança. A polícia que educa protege. Um pai seguro, um estudante seguro, um professor seguro e uma polícia educadora formam um Estado seguro e comprometido com as questões sociais. Promover essa integração pela paz social é exercer a Cidadania.

A paz é a aspiração, o desejo fundamental de toda pessoa de bom senso, entretanto, só pode ser atingida com a ordenação da potencialidade da comunidade em somação ao poder público em torno do ideal digno de uma segurança justa, cooperativa e interativa. A paz deve estar em constante ação no seio da sociedade, de maneira duradoura, não fugaz. (Archimedes José Melo Marques, Delegado de Polícia do Estado de Sergipe).

### **O Cidadão Policial e o Policial Cidadão**

É considerado cidadão o indivíduo que tem direitos civis e políticos garantidos e respeita os deveres que lhe são conferidos. É aquele que goza de direitos legais e respeita a ordem pública. O verdadeiro cidadão é um ser humano consciente. Um cidadão consciente exerce suas responsabilidades com a Pátria. É um indivíduo que se compromete com as questões sociais e age em prol da coletividade. Já o policial, além de cidadão, é um membro de uma corporação responsável por manter a ordem pública e garantir o cumprimento da lei. Pode-se dizer que há uma estreita relação entre o cidadão e o policial.

O Cidadão é também, por excelência, um Policial. Pode e deve ele prender em flagrante delito quem quer que esteja cometendo um crime ou que o tenha acabado de fazê-lo, enquanto que, por sua vez, o Policial também é um Cidadão. Tais fatos, por si, já comprovam a estreita ligação que deve haver entre os dois. (Archimedes José Melo Marques, Delegado de Polícia do Estado de Sergipe).

Além de considerar as observações apresentadas, há pouco, pelo delegado, cabe elevar o pensamento a uma reflexão que, também, conduz à ligação entre o policial e o cidadão. Uma nação formada por cidadãos conscientes é constituída por membros que gozam de direitos legais e respeitam a ordem pública. Se respeitam a ordem pública, contribuem com a função do policial enquanto mantenedor da ordem. Pode-se considerar, portanto, que um cidadão consciente é um cidadão policial. E o policial que protege esse cidadão consciente é um policial cidadão. Consta na Constituição Cidadã, 1988, que a Segurança Pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio

por meio da polícia (e do corpo de bombeiros), mas, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (EC nº 19/98 e EC nº 82/2014).

Ainda, ao recorrer às origens e etimologia do termo “Polícia”, percebe-se, mais uma vez, a relação existente com o termo “Cidadão”. “Polícia” recebe a consignação originária latina *politia* e grega *politéia* e é definida como “um conjunto de leis ou regras impostas ao cidadão com a finalidade de assegurar a moral, a ordem e a Segurança Pública.” Segundo o professor Francisco da Silveira Bueno, o termo “polícia” significa “a arte de governar os cidadãos.”<sup>11</sup>

O estudo das relações humanas constitui uma verdadeira ciência complementada por uma arte, a de se obter e conservar a cooperação e a confiança das partes envolvidas, por isso a necessidade preeminente de uma verdadeira e efetiva interatividade entre a Polícia e a sociedade para melhor se combater a violência e a criminalidade reinante no país.<sup>12</sup>

### A Transição de Paradigmas

Muitas são as discussões a respeito da quebra de paradigmas. Pouco se discute, no entanto, como ocorre a formação de um paradigma e porque é importante que novos modelos surjam. Ao considerar a definição do dicionário *Aurélio* de que paradigma é um *conjunto de termos ou elementos que podem ocorrer (...) no contexto de uma estrutura*, pode-se entender, por exemplo, como as alternâncias de políticas públicas influenciam a construção, manutenção, reformulação e desconstrução de modelos sociais. As dinâmicas sociais se modificam de acordo com os contextos históricos e tendem a evoluir conforme a configuração de novas estruturas mediante novas formas de atuação. O mundo está em constante transformação; é importante que as dinâmicas dos sistemas evoluam. Para Kuhn<sup>13</sup> (2003, p.218), *paradigmas são visões de mundo compartilhadas que influenciam a forma de pensar de determinado grupo, em determinada época.*

---

<sup>11</sup> BUENO, Francisco da Silveira, apud SANTOS FILHO, Antônio José, 200?, p. 1. Disponível em: [http://www.paginadepolicia.com/artigos/origem\\_historica\\_%20policia.pdf](http://www.paginadepolicia.com/artigos/origem_historica_%20policia.pdf). Acesso em: 11 dez. 2015.

<sup>12</sup> ALGOSOBRE. **A polícia comunitária é a essência da polícia** cidadã. Disponível em: <https://www.algosobre.com.br/interesse-publico/a-policia-comunitaria-e-a-essencia-da-policia-cidada.html>. Acesso em: 23 out. 2015.

<sup>13</sup> Thomas Samuel Kuhn (1922-1996) foi físico e filósofo da ciência estadunidense.

Nesse âmbito, ocorreram, no Brasil, variações significativas no que concerne a iniciativas de Segurança. Para Moema Dutra Freire<sup>14</sup>, oficial de Programa da Unidade de Políticas Sociais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – (2015), essas variações estão, diretamente, associadas ao paradigma conceitual que alimenta cada uma dessas iniciativas. A profissional considera, no Brasil, três paradigmas principais na área de Segurança: Segurança Nacional (vigente durante o período da Ditadura Militar), Segurança Pública (ganha força com a promulgação da Constituição de 1988) e Segurança Cidadã (perspectiva que tem se ampliado na América Latina e inicia o debate no Brasil nos anos 2000).<sup>15</sup> A Segurança Nacional priorizava a defesa do Estado e a ordem política e social. Já a Segurança Pública inova, em relação ao paradigma anterior, pelo destaque dado à Segurança como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos. Já a atual perspectiva de Segurança busca atribuir, a esse modelo da Constituição de 1988 (Estado Democrático de Direito), valores no que tange à qualificação do controle e à esfera da prevenção por meio de políticas públicas integradas.

A fim de entender a dinâmica contemporânea da insegurança no Brasil e os esforços das políticas públicas em prevenir as violências e qualificar as ações de controle da ordem, é importante observar que as perspectivas atuais de segurança, por parte dos cidadãos, influenciam as transições entre paradigmas. Portanto, é preciso fomentar, na sociedade, uma formação cultural no que concerne ao entendimento dos novos conceitos de Segurança propostos como oportunidade de avanço nacional. Acredita-se que não se trata de quebra de paradigmas, mas, de implementações de práticas mediante entendimento e aprofundamento conceitual. Conforme publicação da revista eletrônica Aurora (2015):

Ao examinarmos as características do paradigma de Segurança Cidadã, especialmente, quando comparadas às presentes nas perspectivas apresentadas anteriormente (Segurança Nacional e Segurança Pública), nota-se uma grande mudança conceitual. Na perspectiva de Segurança Cidadã, o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como os fatores que ameaçam o gozo pleno de sua cidadania. Em outras palavras, permanece a proteção à vida e à propriedade já presente no paradigma de Segurança Pública, mas avança-se rumo à proteção plena da cidadania.

<sup>14</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2002), mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2005) e especialista em Desenvolvimento Humano pela PUC-MG (2006). Doutora em Sociologia na Universidade de Brasília.

<sup>15</sup> AURORA ano III número 5 dez / 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015. passim.

Essa nova visão de Segurança Pública propõe uma distribuição de competências e um comprometimento coletivo com as questões sociais para prevenir as violências. Assim, para que tenham êxito, as políticas públicas de Segurança Cidadã devem contar com a integração de diversas políticas públicas (educação, saúde, esporte, cultura etc) além das forças policiais. Essa integração deve ser compartilhada com a comunidade por meio de ações comunitárias. Nesse âmbito, percebe-se o valor da Educação nessa formação cultural de responsabilização do cidadão para o bem comum e para a paz social.

A comunidade também é destaque nesse processo: a gestão local da segurança aproxima os cidadãos da implementação da política, empoderando-os para uma maior atuação no tema e conferindo maior legitimidade às ações. As ações comunitárias ganham destaque nesse conceito e a construção de uma cultura cidadã na comunidade, incluindo o respeito às normas de convivência e a resolução pacífica de conflitos, é um dos pilares das ações de prevenção. (FREIRE, Moema Dutra, 2009).

### **A Constituição Cidadã**

A atual Carta Magna, referente à Constituição de 1988, prima pelos direitos fundamentais e sociais do ser humano alicerçados na cidadania e na dignidade. Por essa razão, é considerada, por muitos historiadores, uma Constituição Cidadã. Tal Constituição foi a base para a fundamentação de uma nova Polícia, segundo Bueno (já citado), “uma polícia voltada para o povo, para efetivamente proteger o povo, para ser a guardiã das Leis Penais e da sociedade e com o intuito principal de manter a ordem estabelecida pelo Estado Democrático de Direito.”

A nossa Constituição tem o melhor capítulo de direitos e garantias fundamentais porque o seu fio condutor filosófico foi o homem, o ser humano. A Constituição de 1988 abre o seu pórtico logo com o ser humano. As Constituições Brasileiras anteriores, todas, cuidavam primeiro do Estado para cuidar depois do homem. Por isso, ela foi considerada Constituição Cidadã [...] (Deputado Federal Bernardo Cabral).<sup>16</sup>

A Polícia de combate ao cidadão da Ditadura Militar passa à Polícia em defesa do cidadão da Constituição Cidadã. Surge, então, no Brasil, uma Polícia que, mediante

---

<sup>16</sup> AGÊNCIA BRASIL: Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-04/elaboracao-da-carta-de-1988-teve-ser-humano-como-referencia-diz-relator-da-constituente>. Acesso em 27 out. 2015.

legalidade, protege o cidadão digno de direitos e cumpridor de deveres. Esta é a Polícia Cidadã. À medida que as práticas policiais são galgadas na integração com a sociedade e no compartilhamento de ações em benefício da própria comunidade, a Polícia Cidadã assume uma missão Comunitária. O jurista, filósofo, escritor e professor Miguel Reale entende a Polícia Comunitária como a melhor e única solução a ser dada para resolver a preocupante questão da violência crescente no Brasil. Tal colocação é digna de atenção devido à necessidade indiscutível de se buscar medidas que evitem o surgimento de novas ocorrências de atos violentos e, não, apenas, de alternativas de combate à violência já instalada na sociedade. É preciso conscientizar a população de que valores de cooperação e confiança previnem a violência. Punir por atos violentos não garante que novos atos ocorram. É preciso educar a população. A Polícia Comunitária é, também, uma Polícia Educadora.

A Constituição de 1988 é uma das mais modernas do mundo; muito democrática e libertadora. Ficou famosa por colocar, na lei, orientações enfáticas dos Direitos Humanos da ONU. Destacaria o fato de ela ter criado os Conselhos de Segurança e Educação. Tais grupos teriam por responsabilidade definir os rumos desses dois serviços básicos bem como fiscalizar o uso do dinheiro destinado a esses órgãos.

Triste é dizer que uma Lei não muda a Cultura de um povo! Como não houve e não há uma orientação educacional e cultural para que os indivíduos participem desses Conselhos, com o passar do tempo, os caminhos tem sido traçados pelos gestores e a população tem ficado, cada vez mais, distante da participação de algum tipo de decisão. É preciso EDUCAR a população! É preciso mostrar a importância desses Conselhos... a importância de exercer a Cidadania. De nada adianta ter uma Constituição Cidadã se o povo não aprendeu a exercer a Cidadania! (Informação Verbal)<sup>17</sup>

### **A importância da Mobilização Social**

É com bons olhos que a Polícia Cidadã vê os movimentos em prol da Segurança Pública crescerem por todo o Brasil. Instituições diversas já somam esforços com a Polícia. É a mobilização da sociedade civil em busca de soluções adequadas para combater o problema. O preceito constitucional de que a Segurança Pública é direito e responsabilidade de todos, finalmente já ganha terreno. Os Conselhos de Segurança dos Estados, das cidades, dos bairros, dos povoados crescem e se unem à Polícia Cidadã. Organizações não governamentais surgem e ajudam a Polícia a

---

<sup>17</sup> Sousa, Adir Alves, Professor de História da SEDF. Entrevista pessoal, nov. 2015.

evitar ou desvendar crimes. Os sistemas de “disk denúncia” das Polícias já recebem um excelente número diário de telefonemas. A Igreja Católica na sua Campanha da Fraternidade lançou uma temática pertinente que tem como lema “A paz é fruto da Justiça” e que objetiva a promoção da igualdade, a ampliação do espaço da cidadania para todos com programas de reforma institucional que vem colhendo bons frutos.<sup>18</sup>

É notória a preocupação da sociedade brasileira em mediar os conflitos sociais contemporâneos e prevenir a violência. Percebe-se que, de certa forma, ocorre uma grande mobilização de diversas instituições e órgãos, governamentais ou não, em prol de uma Segurança Pública Cidadã. A força cresce, em todo o território, pela união dos esforços em prevenir e reprimir o crime. A população alia-se à Polícia Cidadã nessa nova forma de olhar, pensar e fazer Segurança Pública.

Temos de aproximar o policial da comunidade. O que é mais importante? É a comunidade. Vamos levar esse modelo de polícia comunitária a todo o DF [...] a minha preocupação sempre será o cidadão. (Coronel César – Comandante Geral da PMDF / 2015)<sup>19</sup>

Todavia, o fato de o cidadão reconhecer a Polícia como Cidadã não pode ser reduzido a ações paliativas. Programas com enfoques preventivos não podem ser tratados como iniciativas, meramente, momentâneas criadas para protelar crises. É preciso agregar valores de prevenção aos trabalhos de repressão qualificada. Os movimentos em prol da Segurança Pública precisam ganhar espaços e proporções cada vez maiores no âmbito cultural. Portanto, enquanto a Polícia Cidadã não for vista como uma nova forma de fazer Segurança Pública de modo que a essência da filosofia comunitária seja, culturalmente, enraizada na consciência do cidadão, a efetividade de suas ações será limitada. A Polícia Cidadã não é aquela que detém a força da solução para a violência; é aquela que promove a paz mediante a participação do cidadão e o protege enquanto promotor de cidadania. Pode-se considerar, diante de tamanha complexidade, que a conscientização do cidadão enquanto promotor de sua própria segurança

---

<sup>18</sup> MARQUES, Archimedes José Melo. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/atualidades/a-policia-cidada-cidadao-constituicao-cidada.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

<sup>19</sup> Entrevista disponível em: <http://sgtricardo-pato-pmdf.blogspot.com.br/2015/01/novocomandante-geral-toma-posse.html>. Acesso em: 28 dez. 2015.

é uma questão de mudança de pensamentos e comportamentos. É, pois, um processo educacional de formação do cidadão; deve, portanto, ser otimizado na escola. Adir Alves de Sousa, professor de História da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal há 15 anos, faz relatos interessantes com base em sua experiência em sala de aula:

Há um hábito perverso entre os alunos! Eles não gostam de denunciar os colegas; por medo ou por convenção. Isso reflete dois hábitos sociais. Primeiro, os cidadãos não conseguem associar o Estado ao indivíduo. Para a maioria, o Estado é uma entidade distante e paternalista que tem por obrigação cuidar da população. Segundo, no cotidiano, os cidadãos não denunciam; o delator é mal visto no seu meio, é, pejorativamente, chamado de “X9”. Sendo assim, a prática, na escola, reflete a prática social.

### **A Violência Escolar**

*Por volta das 12h, já estava na última aula, quando, com muita dificuldade, fui buscar alunos fora da sala, onde dou aulas como professora eventual. A aula prosseguia normalmente quando uma aluna me pediu para sair. Como não pude conceder sua vontade de ficar passeando pela escola, (ela me pediu umas 3 vezes) porque o regimento da escola segue que: alunos só podem se ausentar da sala de aula na segunda e quinta aulas, como já era a sexta aula, não a deixei sair. Ainda argumentei com ela: você está ficando muito fora da sala, não pode... Quando a mesma se levantou e veio até mim pedindo pra eu provar que ela ficava fora da sala. Eu falei que não precisava provar que eu mesma tinha visto. De forma agressiva e aos berros a mesma apontou o dedo na minha cara, desferindo, a seguir, socos na minha cara e chutes pelo meu corpo. Tentei me defender, mas como não sou nenhuma mocinha, e não estou acostumada a lutar, com certeza, eu apanhei muito... Tenho relatos de que a mesma estava com porte de entorpecentes no interior da escola, por isso o desespero em sair da sala de aula. [...] fiz exames da face porque o médico suspeitou de um possível sangramento interno... Mas, como Deus é muito bom, nada foi constatado. Por cumprir as regras da escola, que por sinal são justas e valem para todos, fiquei do jeito que verão a seguir, mas, o que mais dói é ver pessoas defendendo esse monstro porque eu deveria apanhar calada sem me defender...me defendendo eu fiquei assim. Se não tivesse me defendido, talvez, hoje, estaria na U.T.I. de um hospital ou talvez até morta...O que mais entristece ainda é ver o apoio que ela tem da mãe dela justificando o que ela fez... que eu não deveria ter me defendido das agressões da filha dela! Professor merece apanhar calado, deve ceder aos caprichos de filhos que foram abandonados pela família... Meu corpo dói, mas a minha alma sangra... Não sei se voltarei pra sala de aula, estou assustada e com medo! (Anônimo)*

Por meio desse relato de um professor estadual brasileiro, percebe-se a vulnerabilidade do sistema público de Educação do país. Diante desse triste cenário do ambiente escolar, é possível identificar várias falhas em todo o processo: professor sem autonomia, escola sem autoridade, medidas ineficazes, relações mal estabelecidas, comunicação ineficiente, ausência familiar, comunidade escolar vulnerável. Tais falhas geram vários tipos de violência nas escolas: injustiças, autoritarismo, ameaças, agressões físicas e verbais, uso e tráfico de drogas, entre outros. Tanto as causas como as consequências são fatores preocupantes e dignos de atenção na luta contra a violência escolar. No entanto, o que gera grande inquietação é o resultado de tudo isso: o culto à vitimização e o “coitadismo” nacional (referências abordadas anteriormente), seja pela condição do professor ou do estudante, seja pela escola, pela família ou pelo Estado.

A alienação do indivíduo à sua própria incapacidade em mediar conflitos e estabelecer relações interpessoais positivas adoce a comunidade escolar. A escola que deveria ser espaço de formação de cidadãos não se fundamenta em uma base cidadã na qual os direitos humanos são embasados em princípios éticos. Outrossim, falha-se ao não se priorizar as lideranças escolares como fiéis representantes da comunidade escolar. Os grandes líderes são dignos de confiança e respeito; uma autoridade que não cativa fidelidade nas relações não exerce liderança e não forma uma rede de proteção sólida. E, onde não há segurança legítima, não há educação de qualidade.

Não há mais espaço para tratar a violência escolar como algo normal e, portanto, aceitável. A violência é algo comum na atualidade; logo, precisa ser enfrentada. A Educação precisa de um olhar sensível de toda a comunidade. É preciso investir em políticas públicas de prevenção e enfrentamento de violências nas escolas.

### **A Emergência de Novos Modelos**

A proposta de um novo modelo educacional de segurança fundamenta-se num olhar que agrega valores da Educação e da Segurança Pública. De acordo com o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, compete às Coordenações Regionais de Ensino: “Envidar esforços para garantir a qualidade da educação” e “Promover a execução de programas e projetos da área educacional” (Art. 159 – VII e XVII). Segundo o Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI / Polícia Militar do Distrito Federal, é considerada identidade estratégica da polícia militar:

“Promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária”.

O curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, assim como as demais ações do projeto Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos, estão em perfeita consonância com o Plano Estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal (2011-2022) “Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI”. (Informação verbal documentada)<sup>20</sup>

A proposta de parceria entre Educação e Segurança Pública por meio do projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* se destina a realizar um trabalho mais completo de segurança nas escolas. Partindo do princípio de que parte da violência na escola se deve à violência que ocorre fora dela, é preciso desenvolver planos de ação no perímetro escolar assim como se faz necessária a implantação de ações estratégicas de formação dentro das escolas. Desse modo, é reconhecida a valiosa contribuição da polícia militar, neste trabalho, pelo fato de a corporação ser formada por batalhões específicos para as ações de maior necessidade nas escolas. Enquanto a polícia comunitária fomenta uma cultura de paz e de responsabilidade social, o batalhão escolar contribui com medidas mais específicas de orientação e combate à violência e, ainda, os batalhões locais viabilizam uma sensação de integridade do ambiente escolar. Essa proposta visa envolver a escola com a família e formar redes com as lideranças locais; assim, é possível consolidar a ideia de Segurança Cidadã por meio da união das forças necessárias.

A insegurança nas escolas pode ser determinada pela violência social devido à interferência que esta manifesta no processo educativo. Logo, acredita-se que a segurança escolar pode ser construída socialmente. No intuito de validar essa hipótese, objetiva-se orientar os membros da comunidade escolar a fim de torná-los agentes responsáveis por um ambiente protegido e seguro construído dentro das escolas públicas do Distrito Federal. Tal orientação baseia-se no conhecimento do funcionamento dos sistemas brasileiros de Educação e de Segurança Pública visto que uma área pode estar ligada à outra na solução dos problemas vivenciados dentro das escolas. Analisar os paradigmas de Educação e de Segurança Pública vigentes no Distrito Federal, então, é interessante para demonstrar a viabilidade de um modelo indissociável voltado para a proteção do cidadão. É importante identificar os fatores

<sup>20</sup> Major José Gabriel de Souza Júnior – Chefe da Divisão de Polícia Comunitária – CPCDH / PMDF, 2015.

responsáveis pela falta de proteção dentro das escolas, portanto, é preciso observar o ambiente em busca de problemas imediatos para que seja possível descrever as fragilidades da comunidade escolar. Justifica-se, portanto, uma proposta de melhoria para as questões mencionadas por meio da implantação de novos modelos de proteção e educação dentro das escolas. Para tanto, busca-se fomentar uma cultura de paz e de responsabilidade social no ambiente escolar. Além de solucionar problemas imediatos, acredita-se que qualificar o grupo escolar e prepará-lo para mediar conflitos são fatores que podem contribuir para a continuidade do trabalho educacional com segurança.

Logo, é necessário sensibilizar as lideranças escolares diante dos benefícios de se inserir, no Projeto Político Pedagógico – PPP – das escolas, um trabalho comunitário voltado para a proteção da Educação desconstruindo o trabalho reducionista da ação ostensiva da polícia. Segundo Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo, “o PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo.” Implantar inovações e implementar ações são tarefas árduas e demandam persistência até que se alcancem resultados satisfatórios. Se existe a preocupação em inovar as práticas de Segurança Pública, é preciso haver interesse em potencializar as práticas de Educação visto que ambas as áreas devem caminhar em conformidade. É preciso incentivar novas atitudes comportamentais a fim de tornar os colaboradores agentes da inovação.

### **A Polícia e a Comunidade Escolar**

Viver em comunidade exige ações comunitárias. Segundo Durkheim, a solidariedade forte aproxima os homens. É indiscutível o poder da união de forças e da integração de ações na caminhada por uma Educação sustentável e por uma Segurança de qualidade. Se a insegurança nas escolas é determinada pela violência social, é preciso qualificar os meios de prevenção da violência dentro da escola e no perímetro escolar. Por outro lado, se a violência social não é fator determinante para justificar a insegurança nas escolas, é preciso, então, identificar tais fatores para que estratégias de segurança sejam criadas nas escolas. De uma forma ou de outra, a segurança escolar é um problema de cunho social. O projeto: *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* depende da sólida parceria entre a Comunidade e a Polícia por se tratarem de instituições com ideais promissores de desenvolvimento de estratégias e avanço social.

Em reportagem ao telejornal *Balanço Geral – DF*, rede *Record* de televisão, em maio de 2015, o Coordenador da Regional de Ensino de Ceilândia, professor Marcos Antônio de Souza, faz um apelo pela questão da segurança dentro das escolas.

O problema de violência, hoje, não é um problema exclusivo da educação; ele está na sociedade. Nós temos, aí, uma crise mundial, principalmente, uma crise, no Brasil [...] nós precisamos de uma ação coletiva que é o que nós estamos fazendo agora juntando todos os diretores pra fazer uma discussão a respeito de todos os pontos que envolvem a segurança pública nas escolas. O Centro de Ensino Fundamental 04, em específico, está com o Batalhão Escolar para dar certa segurança, quebrar, um pouco, o ritmo da violência que vem acontecendo na escola junto com as ações que são feitas com a própria Secretaria.

A escola, mencionada acima, foi fechada pela direção e teve as aulas, provisoriamente, suspensas, em maio de 2015, devido a ameaças por parte de traficantes. Exemplos como o supracitado alertam para a situação de insegurança nas escolas públicas do Distrito Federal. Os segmentos escolares encontram-se fragilizados diante de tanta violência. Violência gera mais violência e uma escola ameaçada encontra sérios problemas ao tentar mediar conflitos. Os professores, amedrontados, tornam-se reféns de atos violentos; as relações interpessoais se enfraquecem e a qualidade do ensino diminui cada vez mais. O policiamento repressivo é, indiscutivelmente, necessário; porém, cabe observar como permanece o grupo da escola diante de uma atmosfera violenta se não há uma formação consistente de proteção coletiva.

Percebe-se, claramente, a viabilidade da ação de uma polícia de aproximação à comunidade escolar (direção, professores, estudantes e familiares, principalmente) que leve à reflexão das origens das violências e das crescentes ocorrências delas. Segundo a socióloga Graça Gadelho, “precisamos discutir o conceito de violência e entender que ela nunca acontece de forma isolada. É sempre cumulativa.” Disse, ainda, que “a rede de proteção só funciona de forma integrada quando os atores dialogam.”<sup>21</sup> Conclui-se, portanto, que buscar um modelo que proteja o ambiente escolar, fortaleça os envolvidos nele e propicie uma educação segura depende de uma ação integrada e de práticas compartilhadas.

---

<sup>21</sup> CERTIFICADO DIGITAL. Em seminário, socióloga diz que violência “parece estar no DNA da sociedade” (grifo do autor), 12 nov. 2015. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2015/11/12/73746-em-seminario-sociologa-diz-que-violencia-parece-estar-no-dna-da-sociedade>. Acesso em: 17 out. 2015.

## O Policiamento Comunitário e a Escola

A Escola é um ambiente de formação de cidadãos críticos e conscientes e propicia caminhos de responsabilidade para a atuação dos indivíduos na vida social. Porém, para que esse trabalho tenha bom êxito, é importante que a escola seja formada por um grupo sólido com perspectivas de construção coletiva. Esses são ideais condizentes com a filosofia comunitária; portanto, a escola é um espaço adequado para essa discussão democrática e participativa.

Identificar as variantes que geram a violência escolar é importante para direcionar cada medida proposta pelo trabalho educacional orientado pelas ações do policiamento comunitário dentro das escolas. Chama a atenção, por exemplo, a quantidade de gastos gerados com remediação de situações dentro das escolas que vão desde a crescente contratação de servidores para substituírem afastamentos por motivo de saúde até a reparação de bens públicos depredados e/ou subtraídos. Outros fatores como a falta de professores que ocasiona períodos sem aula, reduções de horários e outras medidas, acarretam a vulnerabilidade dos estudantes fora das salas de aula e, por conseguinte, geram mais violência dentro das escolas e nos perímetros escolares. Acredita-se que tais fenômenos possam ser reduzidos com um trabalho de prevenção nas escolas no intuito de discutir a respeito de valores de responsabilidade, tolerância e convivência.

O Distrito Federal conta com uma unidade específica de policiamento escolar projetada para atender as escolas públicas e privadas assegurando a tranquilidade do ambiente. O batalhão escolar da polícia militar do Distrito Federal apresenta ferramentas valiosas para prevenir violências por meio da repressão qualificada. No entanto, as ações policiais não devem se limitar a mobilizações reativas<sup>22</sup>. Mais uma vez, ressalta-se a importância da proatividade nas estratégias do policiamento comunitário; práticas já implementadas pela polícia militar.

O batalhão escolar é um projeto de governo que antecede o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -. Trata-se de mais uma ferramenta de apoio ao ECA que busca resguardar o ambiente escolar. O batalhão atua, diariamente, na mediação de conflitos e vai, portanto, ao encontro da doutrina da polícia comunitária. Um exemplo dessa atuação é a criação de polos nas escolas que apresentam maior

---

<sup>22</sup> Cf. TONRY, Michael e MORRIS, Norval Morris. **Policiamento Moderno**. Livro 7 da Série Polícia e Sociedade. São Paulo: Ford/NEV/Edusp, 2000.

vulnerabilidade (postos fixos do batalhão escolar) para apaziguar a situação da violência escolar. São 17 polos no Distrito Federal. Não há um policiamento fixo em todas as Regionais de Ensino do DF, mas há visitas preventivas periodicamente. O desenvolvimento de projetos educacionais pode contribuir bastante com as ações da polícia. Ações que venham a somar esforços tendem a melhorar a situação do ambiente escolar. (Informação Verbal, 2015)<sup>23</sup>

### **A Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar**

Com base nas reflexões, aqui, propostas, a polícia cidadã pode contribuir, valiosamente, com o trabalho educacional por meio da multiplicação da filosofia comunitária, nas escolas públicas do Distrito Federal, em seis temáticas principais: *Segurança Pública Cidadã, Ética e Direitos Humanos, Relações Interpessoais, Mediação de Conflitos, Liderança e Construção de Redes e Qualidade em Educação e Segurança Pública*. Tais abordagens conferem formato ao Curso *Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar*, a principal ação do Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos*. Cabe ressaltar que o projeto trabalha em conformidade com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal por meio da Subsecretaria de Segurança Cidadã e da Subsecretaria de Gestão da Informação.

As ações do projeto estão de acordo com a política de Segurança Pública do Governo de Brasília por meio do Programa Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida. [...] o curso, em comento, se coaduna com as iniciativas desta subsecretaria, prevenindo violências e promovendo a cidadania. (Informação verbal e documentada em 2015)<sup>24</sup>.

### **Segurança Pública Cidadã**

Acredita-se que a participação do cidadão em prol de sua própria segurança viabiliza um trabalho de proteção coletiva e contribui para diminuir o medo da violência. É notória, na atualidade, a falta de esperança e a incredulidade diante da possibilidade de melhorias na ordem social. Vivencia-se uma realidade em que o indivíduo, em geral, atribui a culpa do fracasso social ao Estado e assume, indiretamente, a irresponsabilidade de seu papel enquanto

---

<sup>23</sup> Coronel Júlio César Lima de Oliveira, Comandante do Comando de Policiamento Escolar da Polícia Militar do Distrito Federal, 2016.

<sup>24</sup> Dra. Márcia Alencar, Subsecretária de Segurança Cidadã / SSPDF, 2015; atual Secretária de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (2016).

cidadão. No entanto, assumir essa responsabilidade é tomar para si o papel de cidadão e contribuir para viver em sociedade. Nesse ponto, entra o trabalho da Polícia Comunitária que busca os anseios e as preocupações da comunidade no intuito de traduzi-los em procedimentos de uma Segurança Pública mais efetiva.

Para entendermos segurança pública, é necessário entendermos, também, a sociedade onde se manifestam os eventos criminais. Na sua grande maioria, a violência se manifesta através de ações ou omissões deixadas pelo Estado e/ou pelos próprios cidadãos; é o conjunto das mazelas sociais que deságuam na vida da sociedade levando à criminalidade. Neste contexto, a sociedade deve procurar ter um novo olhar, um novo saber e, principalmente, um novo fazer em Segurança Pública, procurando caminhos para que os problemas da sociedade atual (miséria, desagregação familiar, desigualdade social e outros) possam ser resolvidos pela sociedade, pelos órgãos governamentais “responsáveis ou não pela Segurança”, compartilhando ações e ideias com uma maior e melhor efetividade para o bem comum. Nessa perspectiva, o Projeto “Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos” tem um papel de extrema importância, pois é direcionado para a comunidade escolar, no ambiente escolar, lugar ideal para que seja fomentada a ideia de Segurança Cidadã. Oportunidade valiosa para que toda a sociedade participe e reconheça a escola como um local onde se buscam maiores e melhores condições de crescimento durante toda a vida compreendendo a realidade do meio em que vive. (Informação Verbal)<sup>25</sup>

### Ética e Direitos Humanos

A Polícia Comunitária é estruturada com base no Estado Democrático de Direito e no Respeito aos Direitos Humanos. A Constituição Brasileira de 1988 institucionaliza um Estado “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. Estabelecer esse diálogo, dentro da escola, auxilia na conscientização dos membros da Comunidade Escolar diante da necessidade de se respeitar limites e individualidades a favor do bem coletivo.

---

<sup>25</sup> Sargento Sérgio Santos, CPCDH / PMDF, aula ministrada na disciplina Segurança Pública Cidadã, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

O estabelecimento de uma sociedade segura e harmoniosa passa, necessariamente, pelo respeito mútuo, pela garantia do pleno exercício dos direitos humanos e pelo fato de reconhecer a si mesmo como membro integrante da sociedade e corresponsável pela segurança pública e bem estar de todos. Tal postura exige conhecimentos básicos em Direitos Humanos e em Ética, pois essas áreas do conhecimento se prestam, justamente, a fomentar tais comportamentos. Nesse sentido, o projeto “Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos” se mostra uma excelente oportunidade para fornecer, aos jovens, o saber mínimo necessário em Direitos Humanos e Ética, fomentando, nestes jovens, um comportamento mais pautado no respeito ao “outro”, provocando-os a refletir sobre que sociedade nós queremos. (Informação Verbal)<sup>26</sup>

### Relações Interpessoais

É natural que as pessoas tenham divergências e manifestem ideias e comportamentos distintos. As opiniões são verdades relativas e é necessário que o indivíduo saiba lidar com o diferente para viver em sociedade. É muito comum a falta de harmonia e a resistência existentes entre profissionais de áreas diversas no que concerne à tomada de decisões, por exemplo. Vários debates são gerados, com frequência e, muitas vezes, não se chega a consenso algum. Tal atitude finda por segregar grupos e isolar pessoas. No âmbito escolar, essa realidade pode dificultar o trabalho pedagógico. É preciso estabelecer relações interpessoais entre os partícipes do processo de ensino/aprendizagem a fim de viabilizar a produtividade do trabalho educacional.

Para a eficácia do relacionamento interpessoal, o processo da percepção do outro exige um processo de crescimento pessoal que envolve a autopercepção, autoconscientização e autoaceitação para possibilitar a percepção realística dos outros e da situação interpessoal. (Maria Júlia Belota Lopes – Del PCAM)

O desenvolvimento de contatos pacíficos entre seres humanos está, diretamente, ligado à habilidade em negociar situações, ao modo de proceder com outras pessoas e aos tipos de relações estabelecidas. Em outras palavras, é preciso assumir um papel diplomático nas relações entre pessoas. Essa diplomacia interpessoal deve agregar princípios educacionais

---

<sup>26</sup> Cabo Gmayeel Wistemann, CPCDH / PMDF, aula ministrada na disciplina Ética e Direitos Humanos, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

e deve estar vinculada à cultura de uma sociedade. Relações interpessoais positivas previnem violências e empoderam boas condutas para uma pacífica convivência entre seres humanos.

A disciplina de relações interpessoais tem, em seu contexto, o objetivo de contribuir para que as pessoas vivam de forma harmônica entre si em uma sociedade; sociedade, esta, que necessita de cooperação entre seus membros. A proposta é trabalhar o olhar sobre o outro de maneira menos egoísta e mais prazerosa influenciando boas ações na coletividade. No projeto, hora apresentado, faz-se sensata a aplicação dessa disciplina, pois a transformação da sociedade, por meio da educação, torna-se mais coesa, mais amorosa, até. A escola proporciona uma realidade onde muitos sentimentos humanos são liberados em diversos momentos e tendem a ser transformados gerando comportamentos diversos. Percebe-se, durante o desenvolvimento do projeto, o quanto os participantes, muitas vezes, não sabem lidar com esses sentimentos e como reagem de formas variadas. Por isso, a importância do analisar para decidir. E, no processo decisório, o dever de equilibrar nossas vontades e a dos outros. (Informação Verbal)<sup>27</sup>

### Mediação de Conflitos

Um dado curioso chama a atenção dos envolvidos em Segurança Pública: grande parte dos conflitos cotidianos não constitui fato típico criminal. São conflitos interpessoais e alcançam índices superiores a 60% dos casos (dados de natureza informativa colhidos em todo o país junto aos policiais e guardas que participaram das 11 edições do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, em 2006). Surge a necessidade, então, de se empenhar num trabalho de conscientização social no que concerne à mediação pacífica de conflitos. E sua aplicação se faz bastante relevante em conflitos escolares. Os educadores, muitas vezes, envolvidos com os conteúdos ou intimidados pela desordem, não estão preparados para promover um ambiente participativo de controle sobre os conflitos. É necessário trabalhar a comunicação entre os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem conduzindo a um entendimento comum. Sabe-se que o orientador educacional e o psicólogo podem atuar com eficácia na mediação de conflitos, mas, é muito importante que os demais segmentos escolares interajam nessa conduta porque todos estão suscetíveis a se deparar com situações adversas.

---

<sup>27</sup> Cabo Cristiano Lucena, CPCDH / PMDF, aula ministrada na disciplina Ética e Direitos Humanos, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

A aplicação do conteúdo referente à disciplina de Mediação e demais meios de resolução de conflitos é de suma relevância para o projeto em comento pois, por meio desse, almeja-se criar condições para que os profissionais da área da Educação possam agregar conhecimentos necessários para identificar situações de conflito e buscar, juntamente com os conflitantes (comunidade escolar como um todo), alternativas de solução. Tais habilidades, além de contribuírem para o fortalecimento da resolução dos conflitos de forma participativa, construtiva e pacífica, também, contribuirão para a minimização de conflitos interpessoais e intergrupais que poderiam culminar em episódios de violência e crime. (Informação Verbal)<sup>28</sup>

### Liderança e Construção de Redes

Da mesma maneira que não há educação sem proteção, não existe segurança sem conhecimento. Ainda, não existe legitimação de ações educacionais e de segurança sem o reconhecimento das lideranças envolvidas e sem o suporte de colaboradores. E as parcerias não se consolidam sem intervenção política. É preciso construir redes sólidas de comprometimento com as questões sociais. Conforme bem explana a SENASP, em sua matriz curricular:

A polícia deve trabalhar em parceria com a comunidade, com o governo, outras agências de serviço [...]. Os membros da comunidade devem estar envolvidos em todas as fases do planejamento do policiamento comunitário.

O Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* pressupõe um trabalho que envolve lideranças que representam a comunidade: as Coordenações Regionais de Ensino e a Polícia Militar. No entanto, para que o projeto tenha uma visão mais ampla pela comunidade, é necessário trabalhar em redes cada vez maiores. Buscar a colaboração das autoridades locais é de suma importância. Além de trabalhar a importância do envolvimento da comunidade com as lideranças locais, o curso visa trabalhar a formação das lideranças dentro das escolas como um fortalecimento das equipes para a qualidade do ensino. Consta no Regimento Escolar do DF (art.18) que “as instituições educacionais têm a seguinte organização pedagógica: Conselho de Classe, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Apoio à Aprendizagem”.

---

<sup>28</sup> Sargento Flávio Barbosa, CPCDH / PMDF, aula ministrada na disciplina Relações Interpessoais, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

Reflexões acerca da formação de Conselhos e de Liderança podem fortalecer a constituição dos Conselhos Escolares e enriquecer, inclusive, os Conselhos de Classe. Além disso, fornecem subsídios para a implementação dos tipos de organização pedagógica institucionalizadas nas escolas. Esses grupos precisam se consolidar e se comunicar para que seja possível educar com segurança.

Segundo considerações do Cabo Rogério Sena (CPCDH / PMDF, 2015), a temática em questão:

trata de conhecer os aspectos culturais e históricos do modelo e liderança mais utilizados pelo brasileiro. Conhecendo seus pontos fortes e suas fraquezas, de modo a permitir o reforço daquilo que é positivo para o resultado além de uma reflexão e mudança nos aspectos negativos do modelo brasileiro de liderança. O tema discute ainda os aspectos históricos do educador brasileiro, de modo a despertar o olhar crítico sobre sua atitude e proatividade no fazer diário. A formação de liderança é fundamental para que sejam mobilizadas pessoas que possam influenciar outras pessoas a mudarem a realidade de locais onde imperam o medo, a insegurança bem como os atos de violência que destroem o ambiente e, conseqüentemente, as relações humanas. O Projeto Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos tem sua importância no sentido de agregar conhecimentos de uma nova forma de pensar e mobilizar pessoas que são líderes natos no ambiente escolar, os educadores, professores, pais e outros, fazendo-os analisar como multiplicadores no espaço escolar e fora dele, como a mudança de atitude, a motivação, a união das pessoas e o sentimento de pertencimento podem ser benéficos na transformação da sociedade visando sempre o bem comum.<sup>29</sup>

### Qualidade em Educação e Segurança Pública

Diante de tantos objetivos a se alcançar na promoção de uma orientação de qualidade que vise à segurança escolar, é indispensável gerenciar a rotina estabelecida dentro das escolas. Com a criação de estratégias e definição de metas é possível garantir meios para que o nível operacional seja produtivo e traga resultados positivos para as condutas pedagógicas.

Um grupo sólido tende a agir cooperativamente. Com o empenho de todos os envolvidos, é possível diagnosticar os problemas causadores e mantenedores de violência no ambiente escolar. Uma vez identificados os fatores responsáveis pela falta de proteção na escola, o trabalho é direcionado para a busca das medidas necessárias para se atingir os fins

---

<sup>29</sup> Aula ministrada na disciplina Liderança e Construção de Redes, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

de uma educação satisfatória. Tais princípios são, também, observados na conduta policial que utiliza o método IARA (Identificar o Problema, Analisar, Responder e Avaliar) no Policiamento Orientado para o Problema (POP). Conforme fundamentação do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, “A quantidade e qualidade das informações obtidas têm impacto decisivo na solução do problema, por isso, todas as possíveis informações sobre o problema devem ser obtidas.”

A polícia e a comunidade devem trabalhar juntas para identificar e solucionar os problemas contemporâneos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de cada localidade. Investir na qualidade de educação local leva à prevenção de violências e à redução da sensação de insegurança. Para o Sargento Edilson Serafim (Comunicação Social / PMDF), é importante trabalhar uma temática, dentro das escolas, que prime por uma gestão pela qualidade em Segurança Pública uma vez que é importante mostrar à comunidade que a polícia é um serviço público e não, somente, um poder público. Segundo o policial, é indispensável demonstrar à população que é dever do Estado prestar um serviço de qualidade para que, a cada dia, se construa uma relação de confiança entre a polícia e a sociedade. Conclui o sargento que:

Por meio do projeto “Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos”, temos a oportunidade de mostrar como é importante essa prestação de serviço e como a população pode ajudar na construção de políticas públicas que visam contribuir para alcançar uma maior qualidade em Segurança Pública.<sup>30</sup>

## **METODOLOGIA**

### **Paradigma Interpretativo e Positivista**

O intuito é interpretar dados colhidos por meio de pesquisa (questionário a respeito da violência dentro da escola e no perímetro escolar) e influenciar a realidade do ambiente escolar por intermédio de medidas preventivas.

---

<sup>30</sup> Aula ministrada na disciplina Qualidade em Educação e Segurança Pública, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

**Tipo de Pesquisa Descritivo com proposta de melhoria e Quase-experimental**

O intuito é identificar as variantes que geram a violência escolar e apresentar uma proposta de trabalho educacional orientado pelo Policiamento Comunitário dentro das escolas por meio dos princípios de uma Segurança Pública Cidadã. Pretende-se observar essas variantes por meio do desenvolvimento de um projeto educativo nas escolas públicas do Distrito Federal.

**Metodologia Quali-Quantitativa**

Por meio de um questionário semiaberto, pretende-se colher dados e informações acerca dos tipos de violência vivenciados no ambiente escolar.

**Design: Pesquisa-Ação**

Com base na análise e interpretação das informações e dos dados colhidos nos questionários aplicados nas escolas públicas, será apresentada a proposta de uma prática pedagógica agregada à filosofia de um trabalho comunitário. Este trabalho comunitário é voltado para uma troca de experiências entre os membros da Comunidade Escolar em conjunto com a Polícia. O intuito é capacitar a Comunidade Escolar no que corresponde à Mediação de Conflitos e fortalecer as Relações Interpessoais no ambiente escolar. Esse processo deve se adequar à proposta de um curso entre educadores, educandos, gestores e demais servidores da escola junto com policiais e familiares. No decorrer do curso, pretende-se diagnosticar os conflitos vivenciados no ambiente escolar e orientar a resolução deles. A participação do grupo, as reflexões feitas, as discussões geradas no ambiente escolar são ricas fontes de investigação e orientação. Acredita-se que fazer parte do processo, vivenciar as angústias e presenciar os anseios são fatores determinantes para uma valoração mais precisa da pesquisa e para o enriquecimento dos resultados estimados diante da proposta apresentada. Além disso, busca-se, já, atingir a realidade escolar com a implantação de uma filosofia voltada para a responsabilização do cidadão enquanto agente transformador de sua própria realidade. Cada aspecto observado durante esse processo será usado como fonte de pesquisa para a validação do trabalho e para direcionamento das intervenções necessárias. Cabe dizer, então, que essa pesquisa-ação concerne a uma proposta de formação continuada e, empiricamente, fundamentada de aprimorar a prática educacional por meio da construção de um ambiente escolar seguro e de qualidade.

## RESULTADOS

### A Fase Piloto e suas Implicações

Em junho de 2015, a Coordenação Regional de Ensino – CRE – de Planaltina-DF firmou uma parceria com o Centro de Políticas Públicas – CPP –<sup>31</sup> da Polícia Militar do Distrito Federal por meio do Projeto: *Segurança e Cidadania – Construindo Caminhos Juntos*, realizaram o Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária em escolas públicas de Anos Finais e Ensino Médio situadas em Planaltina-DF. A fase piloto do projeto<sup>32</sup> foi realizada no Centro Educacional 03 – CEd 03 – localizado no Bairro Jardim Roriz de Planaltina-DF e no Centro Educacional Dona América Guimarães – CEd DAG – localizado no Bairro Arapoangas de Planaltina-DF, áreas da região ameaçadas pela violência. Segundo publicação do *Correio Braziliense* / 2010:

A polícia atribui o incremento da violência nos bairros mais carentes de Planaltina ao avanço do consumo e do tráfico de crack na região. Assim como no restante do Distrito Federal, as pedras tomaram o lugar da merla na preferência dos traficantes e dos usuários do Pombal, de Arapoangas, do Buraco Fundo e do Jardim Roriz. Com a possibilidade de aumento dos lucros, os donos das bocas declaram guerra em busca de novos pontos.

A dura realidade é que as portas das escolas são marcadas como pontos estratégicos para essas ocorrências. E, infelizmente, a criminalidade, no perímetro escolar, perpassa os muros das escolas e se faz presente em todo o ambiente escolar. Exemplos como esse geram outros tipos de violência nas escolas e causam danos ao processo de Ensino/Aprendizagem. É preciso mudar essa realidade. De acordo com o delegado da 31ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal (2015), Júlio César de Almeida, “combatemos isso de forma integrada”.

No intuito de otimizar essa integração e mudar esse cenário nas escolas e em seus arredores, a parceria já mencionada (CRE e CPP) buscou o auxílio do batalhão local da polícia militar – 14º BPM –. O comandante do referido batalhão da PMDF, TC Anderson David (2015), mostrou-se bastante solícito às demandas dos bairros durante todo o andamento dos cursos. Compareceu e enviou representantes às solenidades de abertura e de encerramento

<sup>31</sup> Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos – CPCDH, 2015.

<sup>32</sup> CANAL E / SEDF. **Polícia Comunitária.** Vídeo disponível em: [https://www.facebook.com/1721138721430949/videos/1721397418071746/?video\\_source=pages\\_finch\\_trailer&theater](https://www.facebook.com/1721138721430949/videos/1721397418071746/?video_source=pages_finch_trailer&theater). Acesso em 03 jul. 2016.

apresentando-se à comunidade e disponibilizando os serviços da corporação a quaisquer indícios de ocorrências ligadas ao crime e à violência. Viaturas foram encaminhadas para as portas dos colégios, patrulhas e revistas foram realizadas nos bairros e os policiais de plantão fizeram-se presentes nas escolas com frequência. Depoimentos do professor de língua portuguesa, Edson Portela, mostraram que o trabalho já surtia efeitos positivos na primeira semana de atuação do projeto. Disse ele que, ao sair da escola (CEd 03), já não mais percebia a presença de grupos de pessoas “estranhas e suspeitas” na porta e nos arredores. Falou, ainda, que ouviu “boatos” de estudantes argumentando que a escola “estava sujeira” no momento do curso (termos utilizados por estudantes e repetidos pelo professor). Na segunda semana de curso, o batalhão escolar da polícia militar esteve em ambas as escolas. No CEd 03, foram realizadas varreduras em algumas turmas da escola por solicitação da direção. Foram recolhidos canivetes e facas. Também, durante os cursos, representantes do CPP se fizeram presentes e apresentaram-se à comunidade escolar das duas escolas. Durante as atividades do projeto, a direção do CEd 03 percebeu um comportamento suspeito por parte de alguns estudantes e findou por recolher uma porção de maconha. A substância foi passada aos representantes do CPP (que estavam presentes no momento) que a repassaram ao batalhão escolar para que tomasse as devidas providências. Os menores foram encaminhados à delegacia local. No CEd Dag, o CPP coibiu a ocorrência de dois assaltos em frente à escola. Sem essa atuação firme da polícia no enfrentamento ao crime, seria difícil tratar os outros tipos de violência e suas consequências dentro das escolas (ameaças, intimidações, inseguranças, preconceitos, falta de conhecimento e informação, *bullying*, desvalorização, falta de esperança, dificuldade em mediar conflitos, relações interpessoais enfraquecidas). É preciso agregar valores às medidas repressivas por meio de ações preventivas.

O processo de formação, então, ocorreu em conjunto com as ações mencionadas no parágrafo anterior. Foram duas atuações, uma em cada escola, em momentos distintos. Cada curso teve duração de 40 horas/aula e formou professores, coordenadores, policiais militares, representantes do grêmio estudantil e da comunidade. Contou, ainda, com a participação de outros servidores da escola e pais de estudantes em temas específicos. Além disso, a cada encontro, grupos de estudantes participaram como ouvintes de modo que, até o final de cada curso, todas as turmas das escolas foram representadas. Essa interação e as trocas de experiências foram positivas pois um segmento escolar passou a compreender melhor o outro. Cada encontro promoveu uma perspectiva e um olhar diferente no grupo escolar. Em seis

encontros (em cada escola), foram trabalhadas as disciplinas: *Polícia Comunitária e Sociedade, Direitos Humanos, Relações Interpessoais, Mediação Pacífica de Conflitos, Conselho Comunitário de Segurança e Gestão pela Qualidade em Segurança Pública*. Houve, ainda, encontros entre policiais militares e os estudantes da escola para a realização de atividades lúdicas com fim educativo. No CEd 03, o Major Alexandre Carvalho (Corregedoria da PMDF), com o apoio de educadores físicos da unidade escolar, ministrou duas aulas de *Body Combat* na quadra de esportes da escola com muita habilidade e animação. Por meio de movimentos de artes marciais e muito ritmo, estudantes, professores e policiais se divertiram muito. A escola recebeu a presença e o apoio de um oficial de justiça e de professores de outras unidades escolares. No CEd DAG, foi apresentada a peça “Escolhas” pelo representante do Teatro Lobo Guará. O Sargento Kléber, talentosamente, trabalhou temáticas concernentes à vida do jovem brasileiro e sua capacidade de fazer escolhas no intuito de envolver a polícia com as questões sociais trabalhadas na escola. Ainda, no CEd Dag, houve um concurso de produção de desenhos e redações com o tema *Segurança e Cidadania*. Essas atividades causaram grande mobilização nas escolas e contaram com a colaboração de toda a equipe. Foram duas semanas de atividades em cada escola e o desenvolvimento dos cursos foi acompanhado sistematicamente. Foram aplicadas avaliações para o aprimoramento de ações futuras as quais contribuíram para o atual formato do curso *Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar* que agrega as demandas da Educação àquelas propostas pela Segurança Pública.

As solenidades de abertura e de encerramento contaram com a presença de autoridades e representantes envolvidos: Assessoria de Políticas Públicas da Casa Civil, Subsecretaria de Segurança Cidadã (SSP), Subsecretaria de Gestão da Informação (SSP), Administração Regional de Planaltina, 31ª Delegacia de Polícia, CPCDH /PMDF, 14º BPMDF, Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, Gerência de Educação Básica de Planaltina, Direção das Unidades Escolares e Assessoria de Parlamentares. Todos apresentaram pronunciamentos enriquecedores e se mostraram comprometidos com a continuidade de ações que promovam a cultura de paz. O hino nacional foi entoado pela comunidade escolar, por policiais militares e demais autoridades; no CEd 03, ao som de um dueto da polícia militar; no CEd DAG, ao tom do coral da escola. Ainda estudantes mostraram seus talentos por meio da musicalidade envolvida com o tema de paz. Assim, foi promovido um ambiente de integração social e compartilhamento de ideias, ansiedades e expectativas.

Na verdade, considero o projeto um enriquecimento na vida dos alunos e professores que refletiu no dia-a-dia da escola. A segurança na escola fortalece a estrutura escolar. Que essas ações possam perdurar nos anos seguintes. (Informação verbal)<sup>33</sup>

É um prazer enorme receber a polícia e esse projeto tão maravilhoso em nossa escola, na nossa comunidade. Eu tenho a certeza de que nossos alunos ficam felizes; nós, professores, toda a escola fica feliz com essa aproximação [...]. Tive o prazer de falar, aos meus alunos, que a polícia está a nosso favor e que todos vocês possam ter essa consciência. [...] um dos focos do projeto é esse. É nós termos essa sensibilidade [...], essa parceria com a polícia para que, assim, possamos ter uma melhor comunidade. (Informação verbal)<sup>34</sup>

Segurança e Cidadania é proteger o cidadão e a comunidade [...]. Nós precisamos de cidadania. Para ter segurança, precisamos colaborar e construir um caminho melhor. (Informação verbal)<sup>35</sup>

No 1º Semestre de 2016, as ações comunitárias deste trabalho realizado em Planaltina avançaram para uma proposta ainda mais cidadã. O projeto atinge a comunidade de Ceilândia-DF com o formato implementado, conforme descrito no corpo deste artigo.<sup>36</sup> O *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* construiu caminhos para a criação do curso *Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar* que forma multiplicadores da filosofia comunitária dentro das escolas públicas do Distrito Federal. O Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* deu origem a sete projetos, criados por esses multiplicadores, a serem incluídos nos PPPs das escolas para a continuidade desta iniciativa de prevenção de violências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual cenário político, econômico e social do Brasil, pode-se dizer que as interferências são inúmeras quanto à efetividade do serviço público. Nesse âmbito, é bastante comum deparar-se com críticas concernentes aos modelos e sistemas brasileiros de Educação e de Segurança Pública. Atípico, por outro lado, é responsabilizar-se pelo ideal funcionamento do sistema público brasileiro. É difícil atuar nas áreas de Educação e de

<sup>33</sup> Professor Ronaldo Victor dos Santos, Diretor do CEd 03 de Planaltina-DF, 2015.

<sup>34</sup> Robson, Professor de Matemática do CEd DAG de Planaltina-DF, 2015.

<sup>35</sup> Estudante do 6º Ano do CEd DAG de Planaltina-DF, 2015.

<sup>36</sup> CANAL E / SEDF. **Polícia Cidadã**. Vídeo disponível em: [https://youtu.be/1MS3\\_w0MiiM](https://youtu.be/1MS3_w0MiiM). Acesso em: 03 jul. 2016.

Segurança. Mais difícil, ainda, é atuar em ambas as áreas com seriedade. E a dificuldade se agrava quando o foco é atuar como educador e/ou como protetor da sociedade com seriedade, sobriedade e respeitabilidade. Assumir essa responsabilidade é exercer a cidadania e a nação demanda esse comprometimento por parte de seus membros. Um profissional, assim, qualificado é aquele que exerce seu trabalho com dignidade e que passa esses valores aos indivíduos. É o educador que ensina a ser cidadão; é o policial que protege com educação.

A sociedade carece de ações que vão além de discursos elaborados. Não há mais espaço para críticas desvinculadas de sugestões exequíveis. Segurança Pública é responsabilidade de todos os cidadãos e está, diretamente, ligada à Educação. Aqueles que recebem a missão de EDUCAR e PROTEGER precisam unir forças. Para que os processos de Educação e de Segurança Pública sejam eficientes, eficazes e efetivos, é preciso educar protegendo a comunidade e proteger educando a sociedade. Essas ações são indissociáveis e não se sustentam se tratadas separadamente.

O educador contemporâneo deve estar preparado para mediar conflitos sociais e, enquanto membro da comunidade escolar, precisa lidar com tais mediações no processo de ensino / aprendizagem. Para ter êxito em seu trabalho, esse profissional precisa se envolver com as questões sociais, principalmente, com aquelas vivenciadas no ambiente escolar. Construir caminhos de confiança e de proteção faz com que ele adquira credibilidade por parte do grupo e possa, por fim, negociar e prever ações bem-sucedidas. Os órgãos de Segurança Pública, por sua vez, devem adotar medidas educativas que viabilizem uma proteção consistente. A escola, a família, a polícia e as redes de proteção formadas são, portanto, fiéis multiplicadores de boas condutas e promotores da paz social. Por meio da integração de políticas públicas e do compartilhamento de ações é possível construir uma segurança, efetivamente, cidadã.

É muito difícil educar sem proteger e proteger sem educar. É preciso construir caminhos para que não somente se fale em cidadania, mas também para que se atue enquanto cidadão. O Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* prioriza um trabalho educacional de proteção à comunidade escolar por meio da aproximação da polícia com a sociedade. O objetivo é criar um ambiente de participação e envolvimento institucional e social de maneira que todos se comprometam com a prevenção de eventuais gargalos que, de alguma forma, possam comprometer o ambiente escolar. É necessário acreditar que algo pode ser feito e ter iniciativas para que seja, realmente, feito. O verdadeiro cidadão é aquele que

acredita que é capaz de formar uma cultura solidária, constrói caminhos coletivamente, atua na sociedade com responsabilidade e atinge objetivos em prol do bem comum.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL: Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-04/elaboracao-da-carta-de-1988-teve-ser-humano-como-referencia-diz-relator-da-constituinte>. Acesso em 27 out. 2015.

ALGOSOBRE. **A polícia comunitária é a essência da polícia** cidadã. Disponível em: <https://www.algosobre.com.br/interesse-publico/a-policia-comunitaria-e-a-essencia-da-policia-cidada.html>. Acesso em: 23 out. 2015.

AMORIM, Jorge Schorne de. Sistema Nacional de Segurança Pública. Palhoça, 2009. Livro didático do Curso de Especialização em Polícia Comunitária da UnisulVirtual.

AURÉLIO Online, s.v., “violência”, acesso em 10 dez. 2015, <https://dicionariodoaurelio.com/violencia>.

AURORA ano III número 5 dez / 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015. passim.

BBC BRASIL. **Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores**. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822\\_salasocial\\_eleicoes\\_ocde\\_valorizacao\\_professores\\_brasil\\_daniela\\_rw](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw). Acesso em: 20 nov. 2015.

BRODEUR, Jean-Paul. Como Reconhecer um Bom Policiamento: problemas e temas; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n.º 6).

BRASIL. Ministério da Justiça, SENASP. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. Brasília – DF, 2007.

BUENO, Francisco da Silveira, apud SANTOS FILHO, Antônio José, 200?, p. 1. Disponível em: [http://www.paginadepolicia.com/artigos/origem\\_historica\\_%20policia.pdf](http://www.paginadepolicia.com/artigos/origem_historica_%20policia.pdf). Acesso em: 11 dez. 2015.

CANAL E. **Nos Caminhos do Audiovisual**. 19 fev. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IzCOuT6BFbw>. Acesso em: 05 jun. 2015.

CANAL E / SEDF. **Polícia Cidadã**. Vídeo disponível em: [https://youtu.be/1MS3\\_w0MiiM](https://youtu.be/1MS3_w0MiiM). Acesso em: 03 jul. 2016.

CANAL E / SEDF. **Polícia Comunitária**. Vídeo disponível em: [https://www.facebook.com/1721138721430949/videos/1721397418071746/?video\\_source=pages\\_finch\\_trailer&theater](https://www.facebook.com/1721138721430949/videos/1721397418071746/?video_source=pages_finch_trailer&theater). Acesso em 03 jul. 2016.

CERTIFICADO DIGITAL. **Em seminário, socióloga diz que violência “parece estar no DNA da sociedade”** (grifo do autor), 12 nov. 2015. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2015/11/12/73746-em-seminario-sociologa-diz-que-violencia-parece-estar-no-dna-da-sociedade>. Acesso em: 17 out. 2015.

DALRYMPLE, Theodore. Podres de Mimados, As consequências do sentimentalismo tóxico. Tradução Pedro Sette-Câmara- 1º Ed. São Paulo. É Realizações Editora – 2011.

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 5ª. Ed – Brasília, 2009.

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 1ª. Ed – Brasília, 2009.

Distrito Federal, Polícia Militar do - Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI / - Estado-Maior/Seção de Inteligência Estratégica Ciência e Tecnologia. 1 ed. Brasília.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Versão 3.0. 1 CD-ROM.

MARQUES, Archimedes José Melo. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/atualidades/a-policia-cidada-cidadao-constituicao-cidada.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

OSP. **Violência nas Escolas do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/node/2071>. Acesso em: 20 nov. 2015.

Público. Rede Social dos Amantes do Conhecimento. Disponível em: <http://artistasdesantoamarodeipitanga.ning.com/profile/TassioSimoos>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SAPORI, Luís Flavio. Segurança Pública no Brasil, Desafios e perspectivas, 1º Ed. Rio de Janeiro: FVG, 2007;

SKOLNICK, Jerome H; BAYLEY, David. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006. (Série Polícia e Sociedade; n.º 6 / Organização: Nancy Cardia).

Stephen Stoer (2008, p. 86). **A Genética Cultural da Reprodução**. Educação, Sociedade e Cultural, nº 26, 85-90.

TONRY, Michael e MORRIS, Norval Morris. **Policiamento Moderno**. Livro 7 da Série Polícia e Sociedade. São Paulo: Ford/NEV/Edusp, 2000.

TREMBLAY, Richard E. Université de Montréal, Canada e University College Dublin, Irlanda. Fev. 2012. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/violencia-social/sintese>. Acesso em: 12 nov. 2015.

VEJA. **O coitadismo nacional e o culto à vitimização**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/o-coitadismo-nacional-e-o-culto-a-vitimizacao/>. Acesso em: 30 out. 2015.

Recebido: 08/01/2016

Revisado: 07/07/2016

Aceito: 21/07/2016

*Paula Ribeiro e Oliveira*, professora SEDF. Graduada em Letras Português / Inglês – UniCEUB. Pós-graduada em Orientação Educacional (Facibra) e mestranda em Ciências da Educação (UAA - Universidade Autônoma de Assunção). Membro do Comitê de Paz nas Escolas / SSP e do GT Femicídio / SEDESTMIDH. Experiência em gestão de projetos, trabalhos comunitários e articulações políticas. E-mail: paularibb@hotmail.com

## A 'Polícia da Polícia': Percepção do Policial Rodoviário Federal sobre a Atuação da Corregedoria-Geral e Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

**Leonardo Borges Ferreira**

*Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil*

*Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil*

**Tatiana Ulisses de Carvalho Borges**

*Polícia Rodoviária Federal, Brasil*

**Resumo.** A presente pesquisa buscou verificar a percepção dos policiais rodoviários federais a respeito da atuação das Corregedorias Geral e Corregedorias Regionais considerando o papel preventivo e repressivo dos mesmos no Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF). A pesquisa envolveu a aplicação de um questionário a 854 (oitocentos e cinquenta e quatro) servidores da carreira policial do DPRF lotados em atividades operacionais e administrativas em 26 unidades federativas brasileiras. Os resultados demonstraram que 70,96% dos participantes da pesquisa considerou como a ação preventiva mais importante ou muito importante a divulgação dos dados quantitativos por parte das Corregedorias sobre denúncias/apurações/penalidades contra servidores, enquanto dos 83,96% que afirmou conhecer algum servidor que já recebeu alguma punição decorrente de apuração das Corregedorias, 73,04% (ou setecentos e dezessete servidores) avaliou que as punições corretas.

**Palavras chave:** Corregedoria, Polícia Rodoviária Federal, correição, percepção.

## Perception of Federal Highway Police Officers On the Acting of the General and Regional Division of the Internal Affairs of the Department of Federal Highway Police Officers

**Abstract.** This research scope was to verify the perception of federal highway police officers who work on highways regarding the Internal Affairs Board and the preventive/punitive role in the Department of Federal Highway Police Officers (Departamento de Polícia Rodoviária Federal, DPRF). To obtain the data 854 federal highway police officers who work in different operational and administrative tasks among 26 states in Brazil answered the survey. Results indicate that 70,96% of the subjects have considered the preventive action of publishing and communicating quantitative data of accusations/ascertaintments/penalties of the Internal Affairs against federal highway police officers very important while 83,96% have stated to know some other federal highway police officer who have received a penalty from investigations conducted by the Internal Affairs Boards and 73,04% believed those penalties to be correct.

**Keywords:** Internal Affairs, federal highway police officers, perception.

## INTRODUÇÃO

A atividade correcional em instituições policiais tem um papel fundamental na fiscalização da atividade e na garantia de atuações alinhadas com os preceitos legais norteadores da atividade policial, normalmente institucionalizado pelas corporações policiais e voltados para o atendimento adequado aos cidadãos por parte dos seus agentes. Policiais, quaisquer que sejam suas corporações, possuem um papel peculiar na sociedade, imbuídos de funções essenciais, dotados de poderes delegados para a regulação das atividades e liberdades de terceiros, atuam em diversas situações do cotidiano para garantir, sobretudo, a tranquilidade pública e o cumprimento das leis.

Desta forma, as atuações dos agentes policiais são balizadas pelos estritos limites legais, éticos, técnicos e operacionais e regidas por instrumentos orientadores e instâncias internas e externas de controle da atividade policial. Os instrumentos orientadores são compostos, por exemplo, pelas leis, normas internas, códigos de conduta, ética profissional e outros, enquanto instituições como Ministério Público, Tribunal de Contas, Controladorias, sociedade civil organizada se enquadram em instâncias externas. Por outro lado, a Corregedoria é a maior representante da instância interna e é responsável por regular com a máxima neutralidade e firmeza toda conduta dos agentes integrantes da corporação policial sendo sua maior guardiã da conduta moral, ética e legal.

Diante deste contexto, o objetivo do presente artigo é analisar a percepção dos policiais rodoviários federais a respeito da atuação preventiva do sistema correcional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) composto pela Corregedoria-Geral e pelas Corregedorias Regionais do DPRF. O artigo identifica as principais obrigações regimentais e ações preventivas do sistema correcional, apresenta pontos positivos e melhorarias a serem implementadas nas ações preventivas e repressivas e, por fim, apresenta questões relacionadas à aceitabilidade das atividades correcionais.

### **Princípios da Administração Pública**

A Constituição Federal, em seu art. 37, define que "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência" (BRASIL, 1988, Art. 37). Estes princípios norteiam os deveres e as ações dos servidores públicos de uma forma geral e conhece-los é imprescindível por serem os pilares que fundamentam os controles internos exercidos pelo sistema correcional do DPRF.

O Princípio da Legalidade vincula os atos da Administração Pública às leis, ou seja,

seus atos devem estar sempre pautados na legislação. Meirelles (2000, p. 82) aponta que, diferentemente de atos privados onde se pode fazer tudo que não é proibido em lei, “na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal (...) só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

O Princípio da Impessoalidade denota que o agente público deve tratar a todos sem distinção, de forma igualitária e neutra. O Princípio da Moralidade pressupõe uma atuação ética e honesta e, em conjunto com os princípios já mencionados até agora, constitui o caráter de validade e legitimidade (MEIRELLES, 2000, p. 84).

O Princípio da Publicidade é essencial para a transparência dos atos da Administração Pública e para fiscalização das ações das instituições e seus agentes. O Princípio da Eficiência denota a prática racional “exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento as necessidades da comunidade e de seus membros” (MEIRELLES, 2000, p 90).

### **O desafio da Segurança Pública no Brasil**

A prestação dos serviços de Segurança Pública se confundem com a própria essência conceitual de Estado. Para Lazzarini (1994) não há como separar o Estado da Polícia, enquanto a missão precípua do primeiro é promover o bem comum, é exatamente por meio da atuação regulatória da Polícia que se garante a convivência ordeira entre os cidadãos, sem que o exercício de direitos de uns seja extrapolado e venha a ofender o direito de outro. Para entender o que fazem as instituições policiais, deve-se buscar compreender, segundo Monjardet (2003), pelo menos duas dimensões: uma, empírica, que descreve as instâncias, poderes, autoridades, as diversas corporações e os serviços que são identificados como ‘Polícia’, ou seja, tudo o que se relaciona às normas, ao funcionamento e à atuação literal dos policiais; e outra dimensão, a teórica, baseada na funcionalidade da ‘polícia’ e que permite formular conceituações derivativas que extrapolam a mera prática cotidiana e remete ao caráter especulativo sobre as funções da instituição e significações dos policiais (MONJARDET, 2003).

As organizações policiais são genuinamente instituições duráveis que exercem poder e controle dentro e fora das suas estruturas. Para Monet (2006) a ‘polícia’ não é um assunto tão simples de se tratar em razão da inexatidão das finalidades e objetivos que, normalmente, se diz serem de uma organização policial, corporações policiais americanas e britânicas, por exemplo, se consideram como uma “delgada linha azul – *the thin blue line* - que separa a civilização da barbárie” (MONET, 2006, p.129). Se por um lado, Monet (2006) afirma ainda

que os policiais costumam descrever suas atividades como um trabalho missionário, sem limites exatos, acompanhado de um discurso moralizador, no qual reconduzem os pecadores para o bom caminho, por outro, este autor afirma que “na realidade, a manutenção da tranquilidade e da paz públicas, a prevenção ou a dissuasão das atividades criminosas dependem de múltiplos fatores sobre os quais a polícia não tem muito domínio” (MONET, 2006, 130).

A Segurança Pública é tema controverso, alvo frequente de debates nas diversas instâncias da sociedade brasileira e nas casas legislativas municipais, estaduais e, principalmente, no âmbito do Congresso Nacional. Trata-se de assunto permeado de sérios problemas conjunturais brasileiros e, por isso mesmo, um importante desafio para as autoridades brasileiras que devem aprimorar as políticas de segurança pública brasileira e reverter o avanço da violência no país, sob os auspícios democráticos previstos na carta constitucional. Neste contexto, o papel dos órgãos policiais é singular, ainda que, de forma geral, atuem mais nas consequências do que nas causas dos problemas da delinquência.

### **Legitimidade e fundamento da atividade de Polícia**

Na visão de Bobbio (1998, p. 944) as corporações policiais são instituições estatais que têm a obrigação de prevenir e reprimir delitos, além de praticar limitações de liberdades previstas em legislação vigente, cujos objetivos são manter a “ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais”.

Para Monet (2006, p. 130), contudo, “o que fazem os policiais, importa, com efeito, menos para a sociedade do que a maneira como o fazem”. As formas de atuação policial, portanto, suas técnicas, o respeito à integridade física e moral dos cidadãos têm importância singular.

A compreensão do trabalho policial é indissociável do conceito de poder de polícia, um atributo da Administração Pública outorgado aos seus agentes a fim de que possam restringir ou disciplinar direitos individuais ou coletivos em razão do interesse público no que se refere “à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos” (BRASIL, Código Tributário Nacional, art. 78, 1966). O poder de polícia é um princípio jurídico do Estado Democrático de Direito pelo qual órgãos estatais, legalmente constituídos e regulamentados exercem formas regulatórias com a finalidade de garantir o pleno exercício das leis e de fazer cumprir as normas em âmbito privado e coletivo.

Cretella Júnior (1985) compreende que o poder de polícia é um direito do Estado,

uma faculdade da atividade da Polícia que, por sua vez é uma força organizada para atuar coercitivamente sob os auspícios da legalidade em prol da coletividade, prevenindo enquanto força de segurança pública, a criminalidade.

Quando atuam nas mais diversas e variadas situações do dia a dia, policiais representam a força que garante a lei e a ordem. Para Balestreri (2002, p. 27) o policial “emblematisa o Estado, em seu contato mais imediato com a população”. Balestreri (2002, p. 41) afirma ainda que “a Polícia ocupa no inconsciente coletivo um papel pedagógico, arquetípico, co-estruturante da consciência moral”. Isso permite concluir que tem a capacidade única de causar bem estar ou desastroso desconforto junto a Sociedade. Para Balestreri (2002, p. 29): “A Polícia é, portanto, uma espécie de superego social, indispensável em culturas urbanas, complexas e de interesses conflitantes, contenedora do óbvio caos a que estaríamos expostos na absurda hipótese de sua inexistência”

Todo policial deve, contudo, pautar suas ações pela obediência estrita aos direitos constitucionais e às previsões das leis. No uso da força, por exemplo, devem escalar gradativamente a danosidade dos meios empregados de acordo com a necessidade e a proporcionalidade que a circunstância permitir. Tais fatores, encontram-se intimamente relacionados com dois importantes atributos do poder de polícia, a discricionariedade e a coercibilidade. Pelo primeiro atributo, o agente policial tem liberdade de agir administrativamente segundo a conveniência e a oportunidade, dentro dos limites da lei; pelo segundo atributo os agentes público têm o poder de impor a aplicação da norma, desde que, novamente, respeitados os limites previstos e atendida a razoabilidade (ACQUAVIVA, 2001).

### **O Sistema Correcional do DPRF: fundamentos**

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) prevê em seu organograma um sistema correcional composto pela Corregedoria-Geral e pelas Corregedorias Regionais em 26 unidades federativas do Brasil. De acordo com o Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria MJ nº 1.375 de 02/08/2007, publicado no DOU, de 06/08/2007, compete a Corregedoria-Geral, entre outras atribuições:

1 - Planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a adoção de medidas corretivas;

2 - Cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente, bem como acompanhar e

avaliar os trabalhos das Unidades Regionais na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

3 - Planejar, supervisionar, controlar, executar e avaliar investigações e diligências necessárias à instauração ou instrução de procedimentos disciplinares, bem como os planos e programas de inspeção e demais atividades correcionais.

Seguramente é anseio de todo cidadão ser atendimento com presteza por profissionais e, em grande parte, essa prestação envolve a existência de uma Corregedoria atuante, que zele ininterruptamente pelas boas práticas e pela excelência na prestação dos serviços. Por meio de ações assertivas de prevenção e combate à corrupção e aos desvios de conduta, a atividade correcional zela pela imagem institucional. A própria natureza da atividade policial impele em cada um dos bons profissionais policiais a primazia por condutas ilibadas, fazendo de cada policial rodoviário federal um fiscal das suas próprias e das condutas de seus pares, como bem menciona Balestreri (1998, p. 33)

Um verdadeiro policial, ciente de seu valor social, será o primeiro interessado no “expurgo” dos maus profissionais, dos corruptos, dos torturadores, dos psicopatas. Sabe que o lugar deles não é polícia, pois, além do dano social que causam, prejudicam o equilíbrio psicológico de todo o conjunto da corporação e inundam os meios de comunicação social com um marketing que denigre o esforço heroico de todos aqueles outros que cumprem corretamente sua espinhosa missão (BALESTRERI, 1998, p. 33).

As corregedorias do DPRF enfocam cada vez uma atuação preventiva e buscando a integração com todos os seus servidores, sensibilizando-os quanto o caráter nocivo dos desvios funcionais. As ações repressivas também são constantes e as corregedorias não se furtam de apurar com esmero condutas suspeitas e atuar com rigor em casos confirmados de desvios, visto que este é o papel institucional que lhe compete e considerando que é dos cidadãos um órgão policial eficiente e respeitável.

Para Cano (2014), uma corregedoria policial tem o duplo mandato de fiscalizar a qualidade do trabalho e ao mesmo de encarnar o papel do que se poderia chamar de “polícia da polícia”. Para Monjardet (2003) uma instituição policial em um contexto democrático deve permitir o que o autor denomina de *accountability*, isto é, deve ser transparente o suficiente para que todo ato seja passível de análise e responsabilização de abusos e desvios de seus agentes. E nesse contexto, as corregedorias de polícia corroboram na íntegra com esse pensamento, exercendo o dever de supervisionar a conduta funcional, apurar suspeitas de desvios, aplicar punições administrativas encaminhando os atos que excedam a esfera interna para os órgãos competentes e, por fim, promover a eficiência das atividades dos servidores.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com a intenção de apreender e analisar a percepção dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, sobre a atuação como um todo do que convencionou-se chamar de sistema correcional do DPRF (composto pela Corregedoria-Geral e pelas Corregedorias Regionais), nos anos de 2014 e 2015.

Para efeitos desta pesquisa, considera-se percepção como a compreensão dos indivíduos, incluindo estados passados, atuais e futuros sobre o ambiente, contexto ou fenômenos que ocorrem (SOHLENKAMP, 1999). Kotler e Armstrong (2007), explicam que “a percepção é o processo por meio do qual uma pessoa seleciona, organiza e interpreta as informações recebidas para formar uma visão significativa do mundo”. Ao analisar a percepção, estamos analisando a imagem que a corregedoria tem perante seu público interno. Nas palavras de Rabaça e Barbosa (2002, p. 377), a imagem é um:

Conceito ou conjunto de opiniões subjetivas de um indivíduo, do público ou de um grupo social, a respeito de uma organização, empresa, produto, marca, instituição, personalidade etc. (...) A imagem pode ser avaliada mediante técnicas de pesquisa e eventualmente modificada ou reforçada por técnicas e campanhas de relações públicas, de marketing e de propaganda.

A pesquisa teve abordagem essencialmente quantitativa, com aplicações empíricas para a captação e quantificação das opiniões levantadas, limitando-se à descrição factual dos eventos, razão pela qual, segundo Fuzzi (2010), poder-se-ia ignorar a complexidade da realidade social.

Foram realizados levantamento bibliográfico e documental a fim de fornecer a base teórica e subsidiar a elaboração do questionário, além de dar suporte analítico para o processamento e a análise *in loco* dos dados obtidos.

Diante dos objetivos propostos pela pesquisa, construiu-se questionário com quatro perguntas sobre o perfil dos respondentes, perguntas com escala tipo *likert* de cinco pontos, que impeliam aos respondentes se posicionarem de acordo com a medida que julgavam adequada e perguntas de concordância do tipo sim ou não.

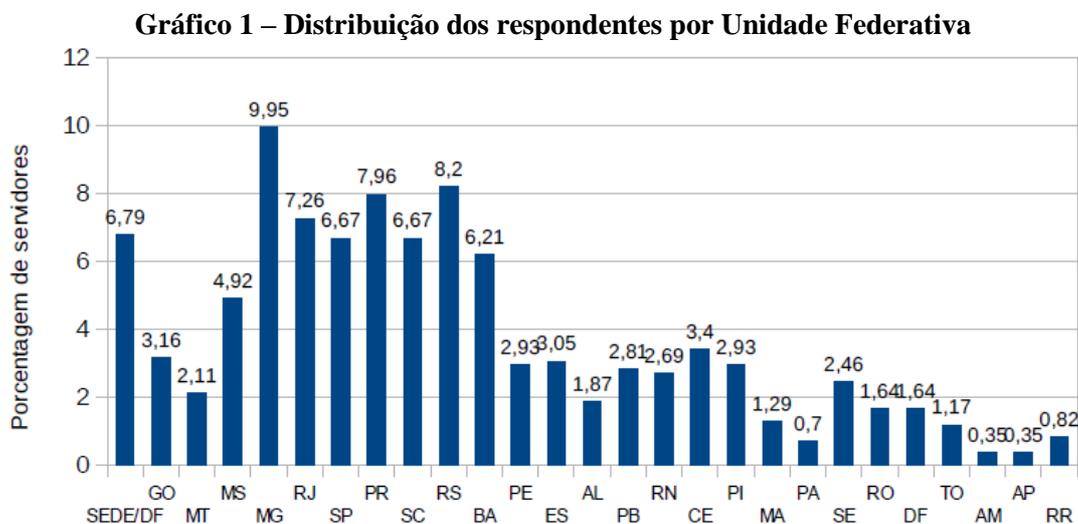
Considerando como público alvo o conjunto de servidores da carreira policial do DPRF, lotados em funções operacionais ou administrativas, levantamento junto à Divisão de Cadastro da Coordenação Geral de Recursos Humanos (DC/CGRH/DPRF) apontou que, no mês de maio de 2015, o universo de servidores ativos era de 10.038 (dez mil e trinta e oito) policiais. O questionário estruturado foi enviado para os e-mails funcionais cadastrados na DC/CGRH/DPRF dos servidores, após autorização expressa do gestor setorial competente da

Coordenação de Ensino do DPRF.

O questionário foi respondido por 854 (oitocentos e cinquenta e quatro) servidores, entre os dias 08 de maio a 12 de junho do ano de 2015, com representatividade de 8,51% do efetivo total. Tendo previamente estabelecido que tratar-se-ia de pesquisa aleatória simples, não probabilística, desprovida de critérios estatísticos paramétricos para a definição de viabilidade amostral, considerou-se um nível de retorno satisfatório para os objetivos pactuados.

## RESULTADOS

Sobre o perfil dos respondentes, o Gráfico 1 apresenta a participação percentual por Unidade Federal dos 854 respondentes, destacando a maior participação dos policiais rodoviários federais lotados em Minas Gerais. Do total, 72,83% trabalhou a maior parte dos últimos 02 anos em atividade operacional, enquanto 27,17% em atividades administrativas. A maior parte dos respondentes, 47% deles, possui mais de 10 anos de serviço no DPRF, 45% entre 3 e 10 anos de serviço, enquanto 8% possui menos de três anos.



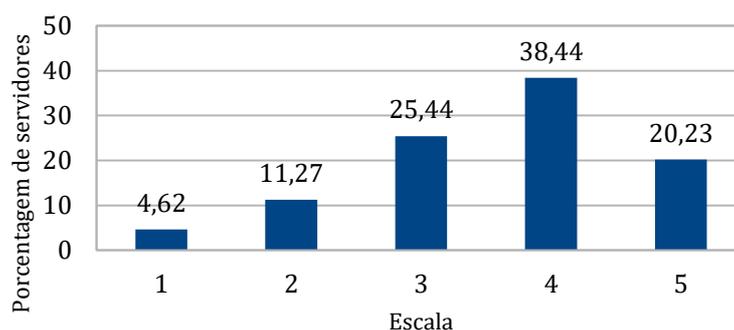
Fonte: Elaborado pelos autores

Dos respondentes da pesquisa, 59,02% respondeu que não havia participado de alguma atividade preventiva de Corregedoria nos últimos 02 (dois) anos, enquanto 25,05% havia participado até 2 (duas) vezes, 7,38% havia participado de 3 (três) a 5 (cinco) vezes e 8,55% havia participado mais de 5 (cinco) vezes. Desta forma, um total de 40,98% já participou de alguma atividade preventiva como cursos, palestras, disciplinas pedagógicas (Corregedoria e Direito Disciplinar, Controle Interno da PRF), acompanhamento gerencial de

serviço (AGS), entre outros.

O gráfico 2 refere-se à pergunta: *Caso já tenha participado de alguma atividade acima citada, como você considera a atuação dos servidores representantes da Corregedoria? Considere 5 como sendo ótima, 4 como bom, 3 como razoável, 2 como ruim e 1 como péssimo.*

**Gráfico 2 – Avaliação da atuação dos servidores do sistema correcional do DPRF nas atividades preventivas**

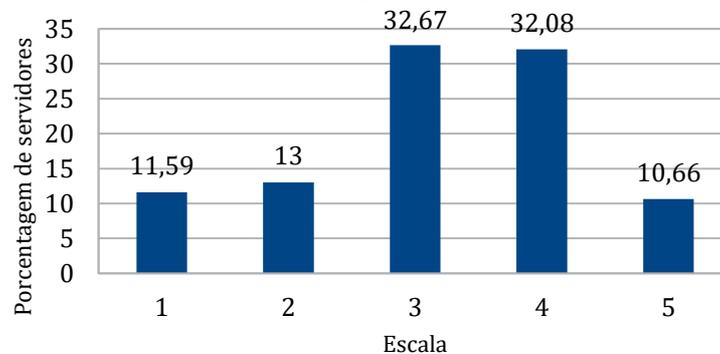


Fonte: Elaborado pelos autores

Dos 346 (trezentos e quarenta e seis) servidores que responderam terem participado de alguma atividade preventiva (4 deixaram de responder à questão), 4,62% dos servidores marcaram 1, considerando assim, péssima a atuação dos representantes da Corregedoria, 11,27% marcou 2, considerando ruim, 25,44% considerou razoável, 38,44%, o maior percentual, considerou boa a atuação e, por fim, 20,23%, considerou ótima.

O Gráfico 3 refere-se à pergunta: *Como você avalia, de uma forma geral, o trabalho realizado pela Corregedoria nos últimos 02 (dois) anos? Considere 5 como sendo ótima, 4 como bom, 3 como razoável, 2 como ruim e 1 como péssimo.*

**Gráfico 3 – Avaliação da atuação dos servidores do sistema correcional do DPRF nas atividades preventivas**

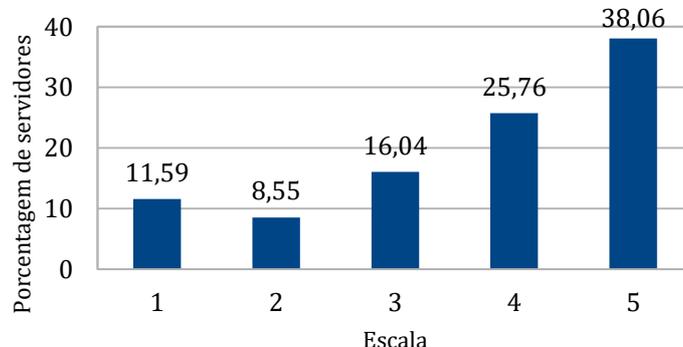


Fonte: Elaborado pelos autores.

Do total de respondentes, 11,59% avaliou como péssimo o trabalho desenvolvido pela Corregedoria nos últimos 2 anos, já 13% considerou ruim, 32,67% considerou razoável, 32,08% avaliou como bom e, por fim, 10,66% avaliou como ótimo o trabalho, conforme Gráfico 3.

O Gráfico 4 refere-se à: *Equipes de Corregedoria participam de grandes operações, acompanhando e apoiando o trabalho das diversas áreas. Na sua opinião, essa participação é importante para o desenvolvimento do trabalho operacional e/ou de gestão durante estes eventos? Considere 5 como sendo muito importante, 4 como importante, 3 como razoável (ou indiferente), 2 como pouco importante e 1 como não importante.*

**Gráfico 4 – Avaliação sobre a participação da Corregedoria em operações**

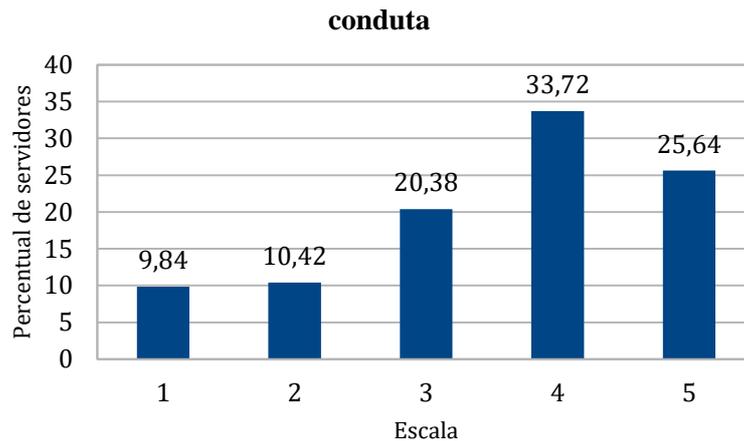


**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Dos respondentes, 11,59% julgou como não importante, a participação de equipes das corregedorias em grandes operações, 8,55% avaliou como pouco importante, 16,04% avaliou como razoável ou indiferente essa participação, 25,76% avaliou como importante enquanto 38,06% considerou muito importante.

O Gráfico 5 refere-se à seguinte pergunta: *Na sua opinião, o trabalho realizado pela Corregedoria tem contribuído para evitar que ocorram desvios de conduta? Considere 5 como sendo sempre contribui, 4 frequentemente contribui, 3 às vezes contribui, 2 nunca contribui e 1 nunca contribui.*

**Gráfico 5 – Avaliação a respeito da contribuição da Corregedoria para evitar desvios de**

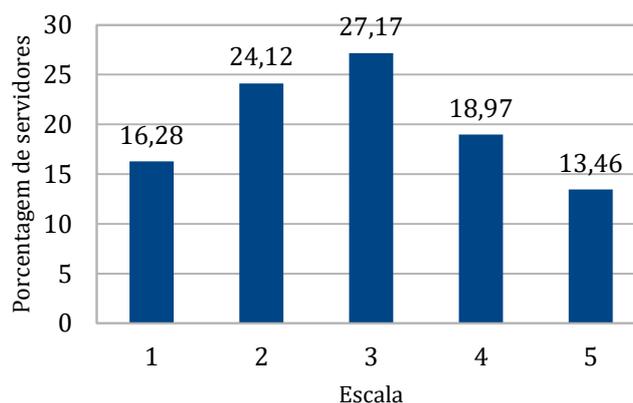


**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Para a pergunta, conforme Gráfico 5 acima, 9,84% dos respondentes acreditam que o trabalho desenvolvido pela Corregedoria nunca contribui para evitar desvios de conduta, já 10,42% considera que quase nunca contribui, 20,38% avalia que às vezes contribui, 33,72% considera que contribui frequentemente e 25,64% acredita que isto sempre ocorra.

O Gráfico 6 refere-se à pergunta: *Na sua opinião, quando os policiais rodoviários federais (incluindo você) se deparam com alguma situação passível de punição, comunicam, mesmo que anonimamente, à Corregedoria? Considere 5 como sendo sempre, 4 como frequentemente, 3 como às vezes, 2 como quase nunca e 1 como nunca.*

**Gráfico 6 – Comunicação de desvios de conduta à Corregedoria**



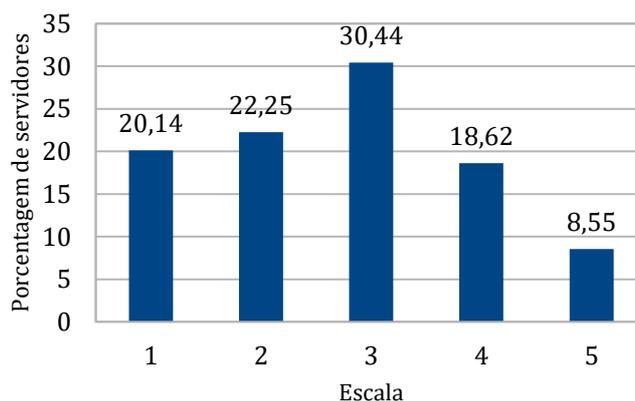
**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Para a questão, 16,28% avaliou como nunca se comunica à Corregedoria quando há situação passível de punição, 24,12% acredita que quase nunca existe essa comunicação, 27,17% acredita que às vezes a situação é comunicada, 18,97% acredita que a comunicação é

realizada frequentemente, enquanto 13,46% acredita que isto sempre ocorra.

O Gráfico 7 refere-se à pergunta: *Alguns desvios de conduta podem ser evitados com acompanhamento, orientação e fiscalização do trabalho e das atitudes dos servidores por sua chefia imediata. Na sua opinião, as chefias realizam esse acompanhamento de maneira efetiva? Considere 5 como sendo sempre, 4 como frequente, 3 como às vezes, 2 como quase nunca e 1 como nunca ocorre.*

**Gráfico 7 – Avaliação sobre a efetividade do acompanhamento das chefias como forma de evitar desvios de conduta**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Para esta questão, 20,14% dos respondentes considerou que as chefias nunca realizam o acompanhamento, fiscalização e orientação do trabalho e das atitudes dos servidores de maneira efetiva, 22,15% entenderam que isso quase nunca ocorre, 30,44%, acredita que ocorre às vezes, 18,62% acredita que ocorra com frequência e apenas 8,55% acredita ocorra sempre.

Dos servidores respondentes, 83,96% respondeu conhecer algum servidor que já recebeu alguma punição decorrente de apuração das Corregedorias e destes, 73,04% (ou seja, setecentos e dezessete servidores) avaliou que as punições aplicadas foram corretas. Dos respondentes, 21,43% avaliou que as Corregedorias apuram todas as denúncias recebidas, 30,09% respondeu que não, enquanto 48,48% não soube responder.

Sobre ações preventivas como palestras, envio de e-mails com informações e orientações, participação de equipes de corregedoria em operações, Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS), disciplinas curriculares sobre Corregedoria em cursos oferecidos pela PRF, divulgação dos dados quantitativos sobre denúncias/apurações/penalidades aplicadas e cursos sobre a temática Corregedoria:

- ✓ 50,12% dos respondentes considerou como importante ou muito importantes as palestras
- ✓ 51,41% considerou como importante ou muito importante o envio de e-mail orientadores
- ✓ 57,03% considerou como importante ou muito importante a participação das equipes de corregedoria em operações do DPRF;
- ✓ 53,64% considerou como importante ou muito importante a realização do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS);
- ✓ 57,5% considerou como importante ou muito importante disciplinas curriculares sobre Corregedoria em cursos oferecidos pelo DPRF;
- ✓ 70,96% considerou como importante ou muito importante a divulgação dos dados sobre denúncias/apurações/penalidades aplicadas a policiais rodoviários federais; finalmente,
- ✓ 53,52% considerou como importante ou muito importante a realização de cursos sobre a temática 'Corregedoria'.

Verificou-se que do total de servidores que afirmaram terem participado de alguma atividade preventiva de corregedoria, 29,14% desempenhavam atividades administrativas, enquanto 70,86%, atividades operacionais. Dos servidores da área operacional que afirmaram terem participado de ações preventivas nos últimos dois anos, 53,14% avaliou como importante ou muito importante a atuação da corregedoria, enquanto a avaliação positiva para aqueles que afirmaram não terem participado de ações preventivas foi 35,52%, permitindo-se supor que a participação nas referidas ações tem impacto na percepção dos servidores. A mesma relação ocorreu com a avaliação negativa, dos que participaram de ações preventivas 19,43% avaliou como pouco importante ou não importante as ações de corregedoria, enquanto para aqueles que não participaram de ações o percentual foi de 28,17%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a percepção dos policiais rodoviários federais sobre a atuação dos órgãos correcionais do DPRF. Apenas 8,51% do total de servidores do DPRF respondeu o questionário, o que se pode considerar um fator que limita o alcance dos resultados obtidos no levantamento. Em se tratando, contudo, do pioneirismo da presente pesquisa considera-se que os resultados são válidos e contribuem para o campo de pesquisas sobre a gestão correcional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Grande parte dos servidores respondentes da pesquisa (76,4%) é policial rodoviário federal há mais de 3 (três) anos o que se considerou relevante devido ao período focado pela pesquisa: os últimos dois anos, ou seja, 2014 e 2015.

Os resultados da pesquisa demonstraram que grande parte dos participantes da pesquisa, 58,67%, considerou a atuação dos servidores representantes da área correcional boa ou ótima, 63,82% considerou importante ou muito importante a participação de equipes de corregedoria acompanhando operações do DPRF, sugerindo que a presença de agentes do sistema correcional pode significar maior amparo e segurança jurídica às atuações e práticas dos policiais rodoviários federais durante o trabalho operacional.

O fato de 59,36% dos participantes considerar que sempre ou frequentemente o trabalho desenvolvido pela Corregedoria contribui para evitar que ocorram desvios de conduta, sugere que esta relação pode ser melhor investigada confrontando o número de ações desenvolvidas de maneira preventiva pelas Corregedorias com a quantidade de desvios constatados. Tal verificação pode ser acompanhada de estudos sobre a atuação das chefias na supervisão de tarefas ou orientação a respeito da atuação de servidores subordinados já que 42,39% dos participantes da pesquisa respondeu que nunca ou quase nunca a chefia acompanha o servidor de maneira efetiva a fim de evitar alguns desvios de conduta.

Em relação às infrações e desvios apurados pelas Corregedorias do DPRF, 73,04% dos participantes da pesquisa avaliou como devidamente aplicadas as punições, podendo-se inferir certa legitimidade das decisões punitivas decididas pelos componentes do sistema correcional.

Constatou-se que 59,02% dos servidores não participou de qualquer atividade preventiva de corregedoria nos anos de 2014 e 2015, demonstrando que estas atividades ou não podem não ser constantes ou insuficientes para atingir um número maior de servidores. Daqueles que mencionaram terem participado de alguma atividade preventiva, 58,67% considerou a atuação dos representantes da corregedoria como bom ou ótimo, sendo este resultado coerente com a avaliação positiva do trabalho dos órgãos correcionais, onde 53,14% dos respondentes da pesquisa avaliou como bom ou ótimo.

Os resultados da pesquisa sugerem que o servidor, ao participar de cursos, palestras, AGS e/ou disciplinas sobre as atividades correcionais passa a conhecer melhor o trabalho desenvolvido e tem uma aproximação com a área, refletindo na sua percepção sobre as atividades desenvolvidas e o trabalho realizado. Ainda analisando a percepção dos servidores sobre os trabalhos desenvolvidos e a forma de atuação da Corregedoria, 59,36% respondeu que acredita que sempre ou frequentemente o trabalho desenvolvido pela Corregedoria contribui para evitar que ocorram desvios de conduta. Essas constatações apontam que um

percentual alto de servidores percebe o trabalho da Corregedoria de forma positiva e importante no desempenho de suas atribuições.

Um ponto importante a ser destacado é que dentre as ações preventivas relatadas na pesquisa (palestras, envio de e-mails ao efetivo com informações e orientações, participação de equipes de corregedoria em operações, AGS), disciplinas sobre Corregedoria em cursos oferecidos pela PRF, divulgação dos dados quantitativos sobre denúncias/apurações/penalidades aplicadas e cursos sobre a temática Corregedoria), 70,96% dos servidores considerou como a mais importante ou muito importante a divulgação dos dados quantitativos sobre denúncias/apurações/penalidades como ação preventiva eficiente para diminuir os desvios de conduta, Entretanto, 48,48% dos servidores informou que não sabe se a Corregedoria apura todas as denúncias recebidas.

Essa questão merece maior aprofundamento investigativo, contudo pode ter relação, por um lado, com a importância da transparência nas ações que balizam o serviço público de uma maneira geral, prevista na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de Acesso às Informações) e, por outro lado, com a crença dos respondentes de que a divulgação quantitativa das punições aplicada pode inibir a prática de outras infrações.

Diante dos resultados apresentados é possível concluir que é necessária maior abrangência das atividades preventivas e de capacitação de servidores, que a constante divulgação dos trabalhos do sistema correcional do DPRF, resultando assim na transparência das ações e aumento da legitimidade das Corregedorias, pode gerar um efeito inibitório de desvios.

## REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário acadêmico de direito**. 2ª. Edição. rev. Ampliada e Atualizada. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2001.

BALESTRERI Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia** – Passo Fundo - RS, CAPEC, Paster Editora, 2002.

BOBBIO, Norberto. Polícia. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. p. 944-949.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,

DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6306.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6306.htm). Acessado em 05 de Setembro de 2014.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em 01 de jul de 2015.

CANO, Ignácio. **Controle de Polícia no Brasil**. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/textocanoppc.pdf> Acesso em: 28 jul 2014.

CRETELLA JÚNIOR, José. Conceituação do poder de polícia. **Revista do Advogado, Associação dos Advogados de São Paulo**, n. 17, p. 53, 1985.

FUZZI, Ludmila Pena. **O que é a Pesquisa de Campo?**. 2010. Disponível em: <<http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>> Acesso em: 26 jul 2014.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. Pearson Prentice Hall, 2007.

LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia. **Revista de Direito Administrativo**, nr. 198, 1994. p. 69-83.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública**. (Série Polícia e Sociedade, nº. 10, Organização: Nancy Cardia). Posfácio Jean-Marc Erbès; tradução Mary Amazonas Leite de Barros. Ed. Rev. 2002. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MONET, Jean-Claude. Os policiais. In: MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedade na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. 2ª. Ed. 1.Reimpres São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 (Série Polícia e Sociedade nr. 3). p. 129-133.

PINHEIRO, M.K. **Mecanismos de Suporte à Percepção em Ambientes Cooperativos**. Tese Mestrado em Ciência da Computação – Programa de Pós-Graduação em Computação,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: [http://www.abenge.org.br/Cobenge/Anteriores/2006/artigos/1\\_227\\_839.pdf](http://www.abenge.org.br/Cobenge/Anteriores/2006/artigos/1_227_839.pdf) Acesso em: 08 out 2014, 2001.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Campus, 2002.

RIBEIRO, Márcio José Freire. Quem vigia as polícias? Análise da atuação da Corregedoria da PM/SE em casos noticiados de desvio de conduta entre Julho de 2006 e Junho de 2007.

SOHLENKAMP, Markus. **Supporting Group Awareness in Multi User Environments Through Perceptualization**. GMD-Forschungszentrum Informationstechnik, Fachbereich Mathematik-Informatik der Universität – Gesamthochschule, Paderborn, 1999.

Recebido: 11/01/2016

Revisado: 12/03/2016

Aceito: 10/05/2016

Leonardo Borges Ferreira, Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), Especialização Lato Sensu em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Universidade de Brasília e Universidade Ruhr Bochum, Mestre em Administração pela UnB. E-mail: tutant09@yahoo.com.br

Tatiana Ulisses de Carvalho Borges, Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), Especialização Lato Sensu em Administração Pública (FGV-DF). E-mail: tatiulisses@hotmail.com

## Violência Infantil no Brasil de 2011 a 2014: Perfil do Suspeito

**Kamila Haddad**

*Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, Brasília, DF, Brasil*

**Lincoln Agudo Oliveira Benito**

*Faculdade LS, Brasília, DF, Brasil*

*Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, Brasília, DF, Brasil*

**Resumo.** Trata-se de um estudo retrospectivo, comparativo e com abordagem quantitativa, que analisou a frequência de registros de denúncias notificadas pelo Programa Disque 100, de violência sexual contra crianças, analisando o perfil do acusado, no Brasil entre os anos de 2011 a 2014. Os dados foram solicitados junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) da Presidência da República (PR). Foram também utilizados subsídios adquiridos na BVS, LILACS e SCIELO. Por meio do presente estudo foi possível perceber um universo total de 41.842 registros, sendo que a maior frequência dos agressores identificados eram do sexo masculino com 58,90% (n=24.652), de raça/cor parda 46,05% (n=9.964) e faixa etária entre 31 a 40 anos com 19,90% (n=8.315). O estudo demonstrou ainda uma redução na frequência de registros de violência sexual contra crianças no Brasil no recorte histórico e geográfico analisados.

**Palavras-chave:** Crianças, maus-tratos infantis, violência doméstica, violência sexual, defesa da criança e do adolescente.

### Child Violence in Brazil Between the Years of 2011 to 2014: Profile of the Aggressor

**Abstract.** This is a retrospective and comparative study, with a quantitative approach, which analyzed both the police reports of sexual violence against children recorded by the Disque 100 Program, between the years of 2011 to 2014 in Brazil and the accused profile. The data was requested to the National Secretariat of Human Rights (SNDH) of the Presidency of the Republic, as well as the information available on BVS, LILACS and SCIELO. Based on this study, a total of 41.842 records were found. The largest number of abusers, 58,09%, are male (n=24.652), of light brown color/race, with a total of 46,05% (n=9.964), between the ages of 31 to 40, making 19,90% (n=8.315). The study also revealed a reduction in the numbers of sexual violence against children recorded, in Brazil, on the analyzed historic period.

**Key words:** Children, child maltreatment, domestic violence, sexual violence, defense of the child and the adolescent.

## INTRODUÇÃO

A palavra violência vem do latim *violentia*, que significa “abuso da força”. Trata-se de um tema polêmico em todos os sentidos, porém, são as normas sociais que julgam e caracterizam o ato, levando em consideração a cultura e as realidades de cada sociedade (APOSTÓLICO et al., 2013; GOMES; FONSECA, 2005).

Hoje, a violência é uma preocupação de âmbito mundial, pois afeta a sociedade, grupos, famílias e pessoas isoladamente. Nesse sentido, o mesmo se processa enquanto um ato cometido de uma pessoa para outra, se manifestando de várias maneiras e formas nas relações culturais entres eles (FERRIANI et al., 2004).

No dia 22 de novembro de 1969, em São José da Costa Rica (CRC), ocorreu a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, que define os direitos das pessoas sul-americanas, onde em seu artigo de número 19, é tratado o direito da criança e, declarando que a família, o estado e que sociedade são responsáveis pela proteção da mesma (CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) realizou na Assembleia Geral nas Nações Unidas (AGNU) no dia 20 de novembro de 1989 em Portugal, a Convenção sobre os direitos da criança, onde no artigo de número 19, declara que é dever do estado, proteger a criança contra maus tratos e negligência cometido por pais ou responsáveis e de estabelecer programas sociais para a prevenção dos abusos e para tratar as vítimas (UNICEF, 1989).

Já na Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988, no seu capítulo de número 07, que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso, sustenta que no artigo 227 que é, dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar que a criança e ao adolescente, direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, de colocá-los a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), expresso pela lei de número 8.069, de 13 de julho de 1990, garante os direitos as crianças e adolescente, e descreve os deveres da família, Estado e sociedade. Já em seu Título III, relacionado a prevenção, e no capítulo I, nas disposições gerais, o artigo de número 70 e seus incisos, incluídos pela lei nº 13.010 (Lei Menino Bernardo) de 2014, descrevem a prevenção de atos de violência contra crianças, e no dever de profissionais da saúde e de todas as áreas envolvidas, para a prevenção da violação dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2014; BRASIL, 1990).

No governo do presidente Itamar Franco, em setembro de 1992, foi depositada a carta de adesão ao Pacto de São José da Costa Rica, onde, após o decreto de número 678, de 6 de novembro de 1992, são identificados os direitos estipulados pelo pacto, começando a entrar em vigor no Brasil (BRASIL, 1992).

Esse comportamento violento contra a crianças, está enraizado na cultura brasileira, nasceu com a colonização do território, cresceu com a escravidão e se encontra vivo até hoje na sociedade brasileira, o que leva a alguns estudos tratarem com uma questão epidemiológica. No Brasil, a violência relacionada a infância, vem causando grande preocupação da sociedade. Alguns estudos estão apontando que as crianças, estão sendo vítimas e agressores, por várias questões culturais (COSTA et al., 2010; GOMES; FONSECA, 2005; ANDRADE, 2004).

Dentre as formas de violência conhecidas está, intrafamiliar ou extrafamiliar. Identificada historicamente, sendo que, envolve diversas culturas, e tem ainda ponto de vista epidemiológico, de diferentes naturezas, onde, se destacam as violências psicológicas, física, sexual e negligência (ANGELO et al., 2013; ROCHA; MORAES, 2011).

Uma visão de análise em famílias com históricos violentos, demonstra que a relação de agressor como agredido, acaba passando para gerações futuras, podendo ser uma forma de poder hierárquico e, se transformando como forma de solução para os conflitos familiares. Nesse sentido, os tipos de maus-tratos infantis, se manifestam de várias formas e que não ocorrem de forma isolada, ao contrário, tem se mostrado cada vez mais presente na sociedade, por essa e outras razões, no ano de 2006, foi criado o projeto VIVA (Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes) que coletar dados e informações sobre violência e acidentes (MOREIRA et al., 2014; SANTOS; SOUZA, 2013).

Dentre as violências mais observadas na criança está a violência sexual, que traz uma série de agravos, sendo que o abuso sexual no seio familiar, implica numa abordagem difícil e complexa para a sociedade e profissionais da área da saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o abuso sexual contra a criança, se constitui enquanto o envolvimento dela em uma atividade sexual, que não pode ser compreendida pela mesma, pois, ela não tem capacidade de dar o consentimento ao ato (FERRIANI et al., 2012; SILVA et al., 2011).

O fenômeno em análise também está relacionado a diferença de idade entre agressor e a vítima, a desigualdade na relação, o objeto da criança para satisfazer um desejo sexual de um adulto e a impossibilidade da dela em consentir o ato. Estima-se que um (01) em cada oito

(08) crianças nos Estados Unidos da América (EUA) sofram alguma forma de violência sexual e, estudos brasileiros apontam que todas as faixas etárias sofrem abuso, do sexo feminino, e os agressores são pessoas próximas ou da família (SANTOS; COSTA, 2011; SILVA et al., 2011).

Outros estudos apontam outros fatores relacionados a esse fenômeno, como a prevalência de agressão infantil, as condições sociais como a pobreza, a rede de saúde precária, o desemprego e condições de moradias ruins, assim como, o baixo poder aquisitivo, a desarmonia familiar, a separação dos pais, a baixa escolaridade dos pais, e a famílias que os pais foram agredidos, abusados ou negligenciados na infância, pais que usam drogas, portadores de doenças mentais, e também tem os fatores de vulnerabilidade infantil, ser do gênero feminino, ser portador de retardo mental, ser adotado (ZAMBON et al., 2012; SANTOS; COSTA, 2011).

Após a década de 80, o Brasil começou a incluir o tema na agenda da saúde, que além da notificação e contabilização de casos, discute o papel dos serviços na detecção precoce. Mesmo assim, ainda permanecem muitas dificuldades, que vão desde a identificação dos casos até a forma de abordagem, registros e notificações. Mas ainda deixam a desejar, uma vez que são restritas a certos grupos populacionais e áreas geográficas (ROCHA; MORAES, 2011).

Um dos problemas que dificultam o combate a violência infantil está relacionado ao posicionamento dos profissionais, que muitas vezes por medo e desconhecimento da magnitude do problema social, acabam não dando atenção devida aos casos. Pondo em discussão a possibilidade de se aprimorar o referencial teórico dos profissionais (SILVA et al., 2011).

## **MÉTODO**

Trata-se de um estudo classificado enquanto retrospectivo e comparativo e com abordagem quantitativa, que se propôs a analisar a frequência de registros de denúncias de violência sexual contra crianças, com uma abordagem do perfil do acusado, no recorte geográfico formado pelo “Brasil”, e no recorte histórico formado pelos anos de “2011 a 2014”, ou seja, quatro (04) anos.

Para a aquisição dos subsídios necessários a construção do presente estudo, os dados foram solicitados formalmente junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) da

Presidência da República do Brasil (PR), sendo estas referências classificadas enquanto fontes primárias.

As fontes secundárias derivaram de referências adquiridas por meio de levantamento bibliográfico eletrônico implementa junto a bases de dados informatizadas nacionais e internacionais, sendo as mesmas a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS®), Scientific Electronic Library Online (SCIELO®), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS®), adquirindo desta forma artigos de periódicos científicos, publicações oficiais e legislação correlata.

Foram utilizados os Descritores em Ciências em Saúde (DeCS®) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS®), sendo os mesmos “Criança” com o número de registro “2694” e identificador único “2694”, “Defesa da criança e do adolescente” com o número de registro “2697” e identificador único "D002651", “Maus-tratos infantil” com o número de registro “2696” e identificador único “D002649”, “Violência doméstica” com o número de registro “31499” e identificador único “D017579”, “Violência sexual” com o número de registro “5024” e sem identificador único.

Foram utilizados ainda, os operadores lógicos booleanos “and”, “or” e “and not” para combinação e conjugação dos descritores selecionados. Os critérios de inclusão para escolha das referências foram, artigos que se encontravam nos idiomas “português” e “inglês”, publicados entre os anos de 2010 à 2015, e artigos que se encontravam completos. Os artigos encontrados em duplicidade, incompletos ou apenas no formato de resumos foram excluídos. Após a aquisição dos subsídios necessários à construção deste estudo, os mesmos foram organizados para análise utilizando o software Microsoft Excel® 2013, pertencente ao pacote Microsoft office 2013®, for Windows®. Os resultados adquiridos foram apresentados utilizando uma tabela explicativa.

## RESULTADOS

Os resultados das notificações do “Disque 100”, gerenciados pela Presidência da República (PR) no recorte geográfico constituídos pelo “Brasil” no recorte histórico “2011 a 2014”, totalizaram um universo de 41.842 casos registrados de violência contra a criança. Dessa forma, os resultados adquiridos foram expostos na tabela de número 01.

**Tabela 01** – Perfil dos suspeitos que cometeram violência contra crianças e adolescentes pelas categorias “sexo”, “cor/raça”, e “faixa etária” no Brasil entre os anos de 2011 a 2014 (n=41.842):

Anos	2011	2012	2013	2014	
<b>Sexo</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>Total (%)</b>
<b>Masculino</b>	7.395 (61,95)	6.760 (59,40)	6.107 (57,85)	4.390 (55,45)	<b>24.652 (58,90)</b>
<b>Feminino</b>	3.755 (31,45)	2.761 (24,30)	2.680 (25,4)	2.083 (26,35)	<b>11.279 (26,95)</b>
<b>Não informado</b>	789 (6,60)	1.906 (16,30)	1.774 (16,75)	1.442 (18,20)	<b>5.911 (14,15)</b>
<b>Cor/Raça</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>Total (%)</b>
<b>Parda</b>	3.313 (27,75)	2.413 (21,15)	2.444 (23,15)	1.794 (22,65)	<b>9.964 (23,80)</b>
<b>Branca</b>	3.338 (27,95)	2.052 (17,95)	2.199 (20,80)	1.748 (22,10)	<b>9.337 (22,30)</b>
<b>Negra</b>	1.220 (10,20)	676 (5,90)	678 (6,45)	496 (6,25)	<b>3.070 (7,35)</b>
<b>Amarela</b>	31 (0,25)	29 (0,25)	28 (0,25)	20 (0,25)	<b>108 (0,35)</b>
<b>Indígena</b>	37 (0,35)	24 (0,20)	23 (0,20)	7 (0,10)	<b>91 (0,20)</b>
<b>Não informado</b>	4.000 (33,50)	6.233 (54,55)	5.189 (49,15)	3.850 (48,65)	<b>19.272 (46,05)</b>
<b>Faixa etária</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>f (%)</b>	<b>Total (%)</b>
<b>12 a 17 anos</b>	136 (1,15)	71 (0,60)	76 (0,75)	76 (0,95)	<b>359 (0,86)</b>
<b>18 a 30 anos</b>	2.331 (19,50)	1.706 (14,95)	1.699 (16,05)	1.248 (15,75)	<b>6.984 (16,69)</b>
<b>31 a 40 anos</b>	2.733 (22,90)	2.024 (17,70)	1.933 (18,30)	1.625 (20,55)	<b>8.315 (19,87)</b>
<b>41 a 50 anos</b>	1.806 (15,10)	1.491 (13,05)	1.432 (13,55)	1.055 (13,35)	<b>5.784 (13,82)</b>
<b>51 a 60 anos</b>	1.052 (8,80)	951 (8,35)	870 (8,25)	660 (8,35)	<b>3.533 (8,44)</b>
<b>61 a 90 anos</b>	597 (5,04)	633 (5,54)	593 (5,60)	366 (4,60)	<b>2.189 (5,23)</b>
<b>91 anos &gt;</b>	1 (0,01)	1 (0,01)	0 (0,00)	2 (0,05)	<b>4 (0,01)</b>
<b>Não informa.</b>	3.283 (27,50)	4.550 (39,80)	3.958 (37,50)	2.883 (36,40)	<b>14.674 (35,05)</b>
<b>Total</b>	<b>11.939 (100,00)</b>	<b>11.427 (100,00)</b>	<b>10.561 (100,00)</b>	<b>7.915 (100,00)</b>	<b>41.842 (100,00)</b>

**FONTE:** Presidência da República, 2015.

Durante o processo de organização e análise dos dados, os mesmos foram agrupados, o que facilitou o processo de construção de quatro (04) categorias interpretativas, sendo elas “sexo da pessoa acusada”, “cor/raça da pessoa acusada”, “faixa etária da pessoa acusada” e “diminuição na frequência de registros de violência contra crianças”.

Na primeira (1ª) categoria, relacionada ao sexo do acusado, a maior frequência de casos registrados foi de pessoas do sexo masculino, registrando um total de 58,90% (n=24.652) já pessoas do sexo feminino somaram um total de 26,95% (n=11.279).

Já na segunda (2ª) categoria que analisou a “cor/raça dos acusados”, a maior frequência identificada foi de pessoas de cútis parda, somando um total de 23,80% (n=9.964). Na terceira (3ª) categoria que se propôs a analisar a faixa etária das pessoas acusadas de violência contra a criança, a maior frequência identificada foi de pessoas que possuíam entre 31 a 40 anos, que somou um total de 19,87% (n= 8.315).

A quarta (4<sup>a</sup>) e última categoria, demonstrou a redução na frequência de casos registrados de violência contra crianças, pois, no ano de 2011, foi registrado um universo de 11.939 casos e no ano de 2012 foram registrados 11.427 casos.

Nesse sentido, frequência de registros de violência direcionadas a criança se reduz ainda mais quando analisado o ano de 2013 que registrou um universo de 10.561 casos, contrastando com o ano de 2014 que registrou 7.915 casos.

## DISCUSSÃO

Na primeira evidência, relacionada a questão “sexo do agressor”, a mesma se encontra de comum acordo com a literatura científica corrente, quando analisado o relatório da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) de 2005, quando é sustentado que, entre crianças, é mais comum, nesse tipo de crime, que o agressor seja uma pessoa próxima a ela, e o local em que elas sofrem mais abuso é no ambiente domiciliar, para meninas é corriqueiro que o principal agressor seja do sexo masculino (SOUZA e ADESSE, 2005).

Esta questão está relacionada ao fato das crianças do sexo masculino serem vítimas, na maioria das vezes em espaços públicos, sendo cometido por pessoas que não são da família, enquanto que, nas crianças do sexo feminino, em sua grande maioria, são abusadas por parentes próximos, pai, padrasto, irmãos, tios, e o ambiente privado da residência favorece esse ato (MASCARENHAS et al., 2010; SOUZA e ADESSE, 2005).

Já na segunda evidência, relacionada a “cor/raça da pessoa acusada”, a mesma encontra sustentação no que se refere ao quantitativo nacional de pessoas possuidoras deste tipo de cúrtis, na nação brasileira ser mais frequente. No último censo demográfico realizado no Brasil no ano de 2010, o mesmo confere com a etnia parda, somando num total de 82.227.333 pessoas, onde destas, 40.861.864 pessoas são do sexo masculino, tidas como possuidoras desta “cor/raça”, sendo a mesma, inferior somente quando comparado a pessoas de “cor/raça” branca, que registrou um total de 91.051.646 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Além do fato de ser a segunda (2<sup>a</sup>) maior etnia do país, esta questão se destaca, por estar ligada também a condições socioeconômicas, que em muitas pesquisas, segue como sendo um dos maiores motivos da violência sexual. No Brasil, essas condições facilitam o abuso, pois, onde os maiores números de casos notificados são com crianças que vivem em

condições de baixa renda, mais perto da pobreza, e que os agressores não tenham muita formação, ou seja, de baixo nível de escolaridade (MONTEIRO et al, 2008).

Já na categoria relacionada a faixa etária dos agressores, a mesma também encontra sustentação no que se refere a literatura científica. Segundo o IBGE, o número de homens, pardos, nesse faixa etária no ano de 2010, era de 6.257.758, o que possivelmente esteja ligado a essa problemática. Nesse sentido, segundo a mesma instituição, a população masculina que estava nessa faixa etária representa, um total de 697.399 que não são alfabetizados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Outro fator que possivelmente esteja ligado com esta questão da faixa etária, é que, quanto mais próximo, e mais ocioso for o parente da vítima, mais riscos a referida criança corre de sofrer abuso sexual, uma vez que essas pessoas, precisam de tempo livre com a criança para cometer o crime. Desta forma, existem vários fatores que levam uma pessoa a cometer este tipo de crime, e não está restrito a só esse perfil que foi exposto, mas em todas as esferas da sociedade, sendo que, o traçado de um perfil mais justo e elaborado, pode contribuir fortemente para o auxílio no desenvolvimento de medidas que facilitem o combate a este tipo de violência (MASCARENHAS et al., 2010; MONTEIRO et al., 2008).

Vale ressaltar que o processo de denúncias do programa disque 100, é desenvolvido por meio dos dados, além de uma forma mais eficientes e eficaz na coleta dos mesmos. Nesse sentido, a sociedade necessita ser conscientizada sobre o seu papel, no que se refere à realização de denúncias, inclusive de forma anônima, buscando o melhor encaminhamento e solução dos casos deste crime (OLIVEIRA et al., 2014).

O Código Penal Brasileiro (CPB) sustenta que qualquer ato carnal ou libidinoso contra a criança, que não entenda que é crime de contravenção penal, leva ao agressor a reclusão de dois (02) a trinta (30) anos, ou seja, pena máxima do código penal, conforme o crime que foi cometido e julgado (BRASIL, 2009).

Em outros países, segundo a literatura científica, existem programas que auxiliam psicologicamente o acusado, de cometer abuso sexual contra a criança, sendo ele presidiário ou não, ajudando o mesmo a prevenir e tratar essa pessoa, uma vez que esse ato de violência as vezes pode estar ligado com a desestruturação psicologia do acusado (PAIXÃO e DESLANDES, 2011).

O atendimento as famílias deve ser de extrema importância, uma vez que a maioria dos acusados são do ceio familiar, levando a uma desestruturação da família e das interações

dessa com a sociedade. O silêncio das vítimas, pode elevar o número de vezes que essa criança é abusada, sendo que esse fator está relacionado a(s) ameaça(s), a(s) chantagem(s) e ainda a suborno(s), que a acusado exerce sobre elas. Elevando o período que ela, vai estar sobre o domínio do adulto (PAIXÃO e DESLANDES, 2011; MARTINS e JORGE, 2010).

Algumas pesquisas apontam ainda que, o tabu sobre o fenômeno da violência sexual, além do medo de que a sociedade faça justiça, impede com que o agressor procure ajuda voluntariamente. Nesse sentido e, sem o tratamento devido, o agressor ainda continuará a cometer este crime direcionado às crianças, permitindo com que as mesmas sofram com o abuso sexual, a violência e ao sofrimento psicológico, várias vezes e em longos períodos, contribuindo complicações de várias ordens no crescimento e desenvolvimento da mesma (MARTINS e JORGE, 2010).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo constatou que a produção científica no tema é escassa, predominando os estudos que tratam da dimensão e magnitude do problema, priorizando o cuidado a vítima e sua família. Nesse sentido, é percebida carência em estudos que foquem o perfil do acusado, buscando uma melhor análise desse sujeito contraventor, favorecendo ações que venha prevenir futuros eventos relacionados a este fenômeno.

A violência infantil é um fenômeno que merece estudos de grande abrangência, pela diversidade cultural, social e econômica brasileira, e nesse sentido, esses estudos se tornam ainda mais relevantes, podendo os mesmos nas dimensões quantitativas ou qualitativas. O abuso sexual infantil, é um tema complexo, que traz muito impacto na vida familiar e das crianças, sendo importante dialogar com essas sobre o tema, afim de quebrar o tabu, permitindo com que o mesmo se constitua enquanto problema melhor enfrentado pela sociedade.

Os resultados demonstram ainda que, o perfil do acusado de cometer esse crime no Brasil, nos anos estudados, apontam para uma predominância do sexo masculino, de cor/raça parda e de idade entre 31 a 40 anos. Com isso, se torna mais fácil a tarefa de implementar novas estratégias de prevenção destes casos. Por meio do presente estudo, foi possível verificar também, um declínio na frequência de notificações pelo “Programa Disque 100”, no recorte histórico e geográfico analisados, entendendo esse fator, enquanto complexa questão a

ser analisada, bem como, seus fatores influenciadores diretos e indiretos serem analisados e combatidos por todos.

Desta forma, fica evidente que esse tema deve ser incluído de forma mais efetiva junto a formação acadêmica, e nas várias áreas do conhecimento, objetivando com que o cuidado, a assistência e a segurança da criança, se desenvolva de forma mais facilitada a todos os integrantes dos diferentes estratos sociais de forma igualitária. O comprometimento da sociedade de forma ampla e incondicional, se faz necessário, para uma maior proteção da criança, bem como, para a mitigação deste lamentável problema.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, E.M. et al. A visão dos profissionais de saúde em relação à violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo qualitativo. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 147-155, Mar. 2011

ANGELO, M. et al. Vivências de Enfermeiros no Cuidado de Crianças Vítimas de Violência Intrafamiliar: Uma Análise Fenomenológica. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 3, n. 22, p.585-592, jun. 2013.

APOSTÓLICO, M.R; HINO, P.; EGRY. E.Y. As possibilidades de enfrentamento da violência infantil na consulta de enfermagem sistematizada. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 47, n. 2, p 320-327, abr. 2013.

ASSIS, S.G. de et al. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 349-361, Apr. 2009

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1988). Constituição Federal, de 1988. **Constituição Federal Brasileira**. 46. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. v. 109.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de janeiro de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009. **Código Penal Brasileiro**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

COSTA, M.C.O. et al. Avaliação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Feira de Santana, Bahia. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 563-574, Mar. 2010

CAVALCANTE, F.G. et al. Diagnóstico situacional da violência contra crianças e adolescentes com deficiência em três instituições do Rio de Janeiro. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 45-56, Fev. 2009

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes &id=793](http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=793)>.

DESLANDES, S. et al. Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 1633-1645, Ago. 2011 .

GAWRYSZEWSKI, V. P. et al. Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo, 2009. **Revista Associação Medicina Brasileira**, São Paulo, v. 58, n. 6, p. 659-665, Dez. 2012

GOMES, V.L.O.; FONSECA, A.D. Dimensões da violência contra crianças e adolescentes, apreendidas do discurso de professoras e cuidadoras. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 32-37, 2005.

GUIMARAES, J.A.T.L.; VILLELA, W. V. Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 1647-1653, Ago. 2011 .

LOBATO, G.R.; MORAES, C.L.; NASCIMENTO, M.C. Desafios da atenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes no Programa Saúde da Família em cidade de médio porte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 1749-1758, Set. 2012.

MALTA, D. C. et al. Acidentes e violência na infância: evidências do inquérito sobre atendimentos de emergência por causas externas - Brasil, 2009. **Ciência saúde e coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 2247-2258, set. 2012.

MARTINS, C. B.G.; JORGE, M.H. P.M. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 246-255, Jun. 2010.

MASCARENHAS, M.D. M. et al. Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 347-357, Fev. 2010.

MELLO, M. F. de et al. Adaptação transcultural e consistência interna do Early Trauma Inventory (ETI). **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 713-724, Abr. 2010.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza et al. Violência sexual contra criança no meio intrafamiliar atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 4, p.459-463, Ago. 2008.

MOREIRA, G.A.R. et al. Fatores associados à notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na atenção básica. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4267-4276, Out. 2014.

MOREIRA, M.C.N. et al. Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3869-3878, Set. 2014.

MOREIRA, T.N.F. et al. A construção do cuidado: o atendimento às situações de violência doméstica por equipes de Saúde da Família. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p.814-827, 2014.

OLIVEIRA, J.R. et al. Violência sexual e ocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao logo de uma década. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 759-771, Mar. 2014

PAIXAO, A.C.W.; DESLANDES, S.F. Abuso sexual infanto juvenil: ações municipais da Saúde para a garantia do atendimento. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 4189-4198, Out. 2011.

POLETTO, M.; KOLLER, S.H.; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Eventos estressores em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de Porto Alegre. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 455-466, Abr. 2009.

RICAS, J.; DONOSO, M.T. V.; GRESTA, Mona Lisa Maria. A violência na infância como uma questão cultural. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v.15, n.1, p.151-154, Mar. 2006.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M.G.C.; REIS, J. N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 456-464, Abr. 2004.

ROCHA, P.C.X.; MORAES, C.L. Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3285-3296, Jul 2011.

MOREIRA, G.A.R. et al. Fatores associados à notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na atenção básica. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4267-4276, Out. 2014 .

ROQUE, E.M.S.T. et al. Sistemas de justiça e a vitimização secundária de crianças e ou adolescentes acometidas de violência sexual intrafamiliar. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 801-813, Set. 2014.

SALOMÃO, P.R.; WEGNER, W.; CANABARRO, S. T. Crianças e adolescentes abrigados vítimas de violência: dilemas e perspectivas da enfermagem. **Revista Rene**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p.391-401, Mai 2014.

SANTOS, S. R. et al. Adaptação e aplicabilidade do componente "maus-tratos" à estratégia da Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância no Brasil. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 9, n. 3, p. 359-366, Set. 2009.

SANTOS, V. A.; COSTA, L. F. A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. **Estudo psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 529-537, Dez. 2011.

SILVA, A.M.V.L.; TAQUETTE, S.R.; HASSELMANN, M. H. Family violence and body mass index among adolescents enrolled in the Bolsa Família Program and treated at a primary care clinic. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 645-656, Mar. 2014 .

SILVA, L.M.P.; FERRIANI, M.G.C.; SILVA, M.A.I. Atuação da enfermagem frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 64, n. 5, p. 919-924, Out. 2011.

SILVA, L.M.P.; FERRIANI, M.G.C.; SILVA, M.A.I. Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: entre a prevenção do crime e do dano. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 12, n. 4, p. 403-411, Dez. 2012 .

SOUZA, C.M.; ADESSE, L. (Ed.). Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios. 2005. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/SPM\\_violenciasexual2005.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/SPM_violenciasexual2005.pdf)> Acesso em: 12 out. 2015

SOUZA, R.G.; SANTOS, D.V. Enfrentando os maus-tratos infantis nas Unidades de Saúde da Família: atuação dos enfermeiros. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 783-800, Set. 2013.

VELOSO, M.M.X. et al. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1263-1272, Mai 2013.

ZANOTI-JERONYMO, D.V. et al. Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2467-2479, Nov. 2009.

ZAMBON, M.P et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio. **Revista e Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 465-471, Ago.20.

Recebido: 17/01/2016

Revisado: 12/09/2016

Aceito: 25/09/2016

*Kamila Haddad*, Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB).

*Linconl Agudo Oliveira Benito*, Graduação em Enfermagem e Licenciado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Bioética pela Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Gerontologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília (UnB). Docente da Faculdade LS. Docente do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). E-mail: linconlbenito@yahoo.com.br

**Policamento Ostensivo e Policamento Velado: Integração e Assuntos Correlatos****Fabício de Andrade Raymundo***Polícia Militar do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil*

**Resumo.** Situada entre as atividades de prevenção e investigação criminal, a atividade repressiva é a mais evidente das atividades policiais no que tange principalmente à solução dos conflitos delituosos. Essa atividade reside no ato de chamamento pela população da ação policial, a ser executada pela Polícia Militar, quando o cidadão a convoca para a intervenção diante do delito em cometimento, é dizer, nas fases da execução e consumação delituosa - a repressão imediata. No intuito de efetuar esta atividade com um nível maior de eficiência, busca-se por meio de um serviço já existente nas Polícias Militares – o policiamento velado – implementar a integração entre a atuação policial ostensiva e o suporte descaracterizado. Objetiva ainda, a excelência no atendimento à população, frente à evolução constante dos métodos empregados pela criminalidade, multiplicando-se assim, as chances de, em não havendo a possibilidade de prevenção, que haja a prisão em flagrante após o cometimento do delito.

**Palavras chave:** Prevenção criminal, repressão imediata, policiamento velado, integração.

**Ostensible Policing and Undercover Policing: Integration and Related Matters**

**Abstract.** Among the activities of prevention and criminal investigation, repression is the most evident police action concerning the solution of criminal conflicts. This is based on the victim calling for police action, carried out by the Military State Uniformed Police, when the citizen calls for the intervention of a crime being committed at that moment; in other words, in the phase of execution, finishing, and immediate repression. In order to perform this activity with a higher level of efficiency, an already existent service of the Military State Uniformed Police (undercover policing) is used in connection with visible policing and unmarked vehicles and police officer support. It also aims, excellence in service to the population, compared to the constant evolution of the methods used by crime, thereby multiplying the chances of, in not having the possibility of prevention, there is a arrestment during the act of commission of the offense.

**Keywords:** Crime prevention, immediate repression, undercover policing, integration.

## INTRODUÇÃO

Este ensaio teve como propósito identificar dentro da realidade social nacional, uma proposta objetiva e eficiente de policiamento frente à evolução constante dos métodos empregados pela criminalidade. Em conformidade com a notoriedade da informação ora apresentada, verifica ainda o papel institucional da PMDF, como detentora no Distrito Federal da atribuição da preservação/ restauração da ordem pública conforme o previsto na Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>. Nesta mesma linha, as polícias militares delimitam numa ótica administrativa quais os meios e as formas mais eficazes a ser lançadas pela administração pública (no caso os comandos das PMs Estaduais) com a finalidade única de prevenir/ reprimir a criminalidade, atingindo dentro do poder de polícia<sup>2</sup> - considerando o princípio do interesse público - a preservação da ordem pública. Mais ainda, tais forças delimitam o emprego integrado e operacional do policiamento velado<sup>3</sup>, quando a polícia militar é chamada a agir, destinando-se à repressão criminal, de forma a ampliar o raio de cobertura policial, tornando-se assim, um mecanismo de se fazer um policiamento eficiente e eficaz, de acordo com o fim exclusivo a que se destina: a segurança pública.

### A Pertinência do Tema Apresentado

Considerando a questão do limite tênue existente entre as atividades de polícia preventiva e repressiva, e levando-se em conta ainda que tanto uma quanto a outra estão vinculadas ao papel de polícia administrativa, no caso brasileiro, executado pela polícia militar, tem-se no desenvolver do policiamento, o surgimento de duas situações: a sensação

---

<sup>1</sup> O Art 144. da CF 88 versa: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. § 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;

<sup>2</sup> Segundo Hely Lopes Meirelles o Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Diz ainda Márcio Fernando Elias Rosa que o Poder de Polícia é uma atribuição conferida à Administração de impor limites ao exercício de direitos e de atividades individuais em função de interesse público primário. Também chamado de Polícia

<sup>3</sup> Policiamento Velado – ação policial, executada com o emprego de técnicas e meios de dissimulação, com o objetivo de criar facilidades para a oportuna e eficiente ação do policiamento ostensivo; visa conhecer a criminalidade. Extraído da Diretriz de Inteligência nº 001/07 – Centro de Inteligência – PMDF – conceito vigorou até 21 de janeiro de 2015. Ocorre que com o advento da DNISP – Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança (2015), a qual serviu de parâmetro para o atual Plano Diretor de Inteligência – PlaDIInt (2015), o conceito que passou a vigorar: “entende-se por Policiamento Velado: um tipo de Policiamento executado por Agentes de Inteligência, o qual consiste no exercício permanente de ações especializadas, orientadas para a produção de conhecimentos em tempo oportuno, visando a otimização das ações do Policiamento Ostensivo e voltado à ordem pública (segurança, salubridade e tranquilidade pública).

de segurana (vinculada a efici4ncia da preven4o, por meio da ostensividade policial) e o cometimento do delito (carente de uma pronta resposta – a repress4o policial).

Fundamentado pela amplitude que enseja o entendimento constitucional “preservaa4o da ordem p4blica”<sup>4</sup>, conceito este que abarca ainda a “restauraa4o”, menos ampla – por incidir em quest4es pontuais – mas diretamente ligada 4 repressividade, pois esta nos remete ao comprometimento, 4 deterioraa4o que prescinde de medida com fulcro na interven4o restauradora do Estado. Essa atividade repressiva 4 eventualmente necess4ria dentro do ciclo de pol4cia, e indo mais al4m, 4 de aplica4o imediata por quem est4 nas ruas com a miss4o de preservar a ordem, no caso brasileiro, a pol4cia militar.

Cumprindo a legalidade, cabe 4 Institui4o Pol4cia Militar, imbu4da do poder discricion4rio da administra4o p4blica, evocando ainda seus princ4pios, dentre os quais destaco a finalidade<sup>5</sup>, a efici4ncia/efic4cia, decidir quanto a forma e os meios a serem empregados na consecua4o objetiva e eficiente de sua miss4o constitucional<sup>6</sup>. Dessa forma destaca-se dentre algumas modalidades na esfera ostensiva, os policiamentos especializados em tr4nsito, a pol4cia montada e o Batalha4o de Opera44es Especiais – BOPE.

No entanto, quando h4 a necessidade de pronta interven4o, quando surge o cometimento do delito, a exemplo do roubo, do furto, do porte ilegal de armas e drogas, a ostensividade pode tornar-se prejudicial ao levantamento de informa44es para a retirada de uma arma ilegal de circula4o, ou de uma pris4o em flagrante. Nesse caso a vantagem tida em preven4o criminal (no caso do patrulhamento ostensivo e sua conseq4ente sensaa4o de segurana) pode vir a ser do delinq4ente, que consegue misturar-se dentre a comunidade e tende apenas a adiar a consumaa4o dos delitos pretendidos, ou at4 mesmo, simplesmente mudar o local de sua consumaa4o.

Surge ent4o a necessidade de se ter um suporte inteligente e eficaz em parceria ao policiamento ostensivo, capaz de transmitir informa44es privilegiadas no momento ou at4 mesmo antes da consumaa4o do delito, a fim de que o policial nas ruas receba informa44es

---

<sup>4</sup> Segundo 4lvaro Lazarini, no artigo *a Segurana P4blica e o aperfei4oamento da pol4cia no Brasil*, o termo constitucional “preservaa4o” traduz-se em conservar 4ntegro, intacto; p4r ao seguro, defender resguardar. A preservaa4o abrange tanto a preservaa4o quanto a restauraa4o da ordem p4blica, no caso, pois seu objetivo 4 defend4-la, resguard4-la, conserv4-la 4ntegra, intacta.

<sup>5</sup> O princ4pio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade p4blica, o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de pratic4-lo no interesse pr4prio ou de terceiros. Segundo Wolgran Junqueira Ferreira, em seus *Coment4rios 4 Constitui4o de 1988*, “a impessoalidade, isto 4, o ato administrativo, n4o deve ser elaborado tendo como objetivo a pessoa de algu4m”.

<sup>6</sup> Hely Lopes Meirelles defende que os limites do Poder de Pol4cia Administrativa s4o demarcados pelo interesse social em concilia4o com os direitos fundamentais do indiv4duo assegurados na Constitui4o da Rep4blica (art. 5<sup>o</sup>).

prévias importantes para atuar de forma eficaz na prevenção de delitos e na atuação necessária nos casos de flagrante delito.

No intuito de atender a uma demanda urgente por informações qualificadas e úteis no tocante à área de atuação policial, tem sido empregado – alinhado ao poder discricionário<sup>7</sup> que a Administração Pública confere por meio da liberdade de agir seguindo os critérios de oportunidade e conveniência – o tipo de policiamento da polícia militar intitulado: policiamento velado<sup>8</sup>.

### **A Polícia Militar na Consecução da Missão Constitucional**

A atividade ostensiva, missão principal da PM, tem seu foco institucional sustentado principalmente na capacidade de ser vista e percebida pela população, necessária à manutenção da ordem pública. No entanto, percebe-se num desdobramento necessário da doutrina, que em todos os casos de anormalidade – momento quando se executa ou se percebe a execução a execução do policiamento – a polícia é chamada a agir, passando de ostensiva a repressiva, sem deixar de lado ou desviar-se de sua finalidade, pois está vinculada à restauração da ordem, por meio da ação, que pode ser em forma de repressão. Chama-se ao tema os cenários de gerenciamento de crise, que são de inteira responsabilidade da polícia administrativa – PM – desde o primeiro contato com a cena, feito pelo policial ostensivo, à pé, de moto ou viatura, tendo seu desdobramento até as fases de negociação realizadas exclusivamente por policiais militares.

Vejamos a seguir o exemplo extraído da palestra Polícia Militar, preservação da ordem pública e temas correlatos, ministrada pelo Cel QOPM Marcus Aurélio V. Matias por ocasião do Curso Básico de Inteligência – nível Oficiais – 2006<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo mencionam que conveniência e oportunidade formam o poder discricionário e esses elementos permitem que o administrador público eleja, entre as várias condutas previstas em lei, a que se traduzir mais propícia para o interesse público.

<sup>8</sup> Policiamento Velado – ação policial, executada com o emprego de técnicas e meios de dissimulação, com o objetivo de criar facilidades para a oportuna e eficiente ação do policiamento ostensivo; visa conhecer a criminalidade. Extraído da Diretriz de Inteligência nº 001/06 – Centro de Inteligência – PMDF (conceito que vigorou até janeiro de 2015).

<sup>9</sup> Com adaptações.



Figura 1. Fases do crime x ciclo de polícia.

Fonte: Marcus Aurélio V. Matias, palestra, 2006, com adaptações.

Essa ostensividade necessária à manutenção da ordem é adequada, pela sua natureza percebida positivamente pela comunidade e quantificada estatisticamente e analisada por resultados.

Tomemos por base o atendimento a uma ocorrência na qual são apreendidas armas de fogo e drogas; isso é palpável e quantificável, tem-se neste caso o resultado, dando-se um tratamento acadêmico ao tema, teremos a eficiência<sup>10</sup> e a eficácia materializadas. Se compararmos a abordagens a veículos e pessoas em bares, pode ser pensado que estas atingem com mais impacto o público final: à população por meio da ostensividade, pois as ocorrências de flagrante tem como resultado final, além da apreensão dos produtos ilícitos, a prisão de seus envolvidos, transmitindo-se assim segurança. As ocorrências de abordagem que não geram flagrante de delitos, por mais numerosas que sejam, terão sempre o mesmo resultado final: a tranquilidade, que geralmente só é percebida quando é violada, ou seja, quando deixa de existir com a ocorrência de delitos.

### Os Fenômenos Relacionados à Ostensividade

O policiamento ostensivo, caracterizado pela farda e proativo, é identificável a metros de distância inibindo a execução do crime nas regiões onde está disposto, ou seja, cumpre com a sua missão constitucional: a prevenção. No entanto, cabe mencionar que nesse cenário, as situações de extrema calma, as de cogitação delituosa ou preparação para o crime tomam a mesma forma externa em relação ao ambiente e ao policiamento fardado: o estado de

<sup>10</sup> Eficiência – introduzida pela Emenda Constitucional n. 19, este princípio impõe à Administração Pública a obrigação de realizar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, além, por certo, de observar outras regras, a exemplo do princípio da legalidade.

normalidade. Vejamos mais uma vez o exemplo gráfico da palestra do Coronel PMDF Marcos Aurélio V Matias por ocasião do CBIInt 2006<sup>11</sup>.



Figura 2. Linha do tempo do delito x ciclo de polícia.  
Fonte: Marcus Aurélio V. Matias, palestra, 2006.

Entretanto, sabe-se que a ostensividade, por sua natureza preventiva e inibidora, colabora para que a atividade delituosa diminua ou cesse com a sua presença, porém, naturalmente por meio da saturação de policiamento, a criminalidade ao ser “sufocada” em determinado setor de policiamento tende a migrar, de maneira a seguir ocorrendo, sendo executada e consumada em outros locais, nas lacunas onde o policiamento preventivo não se encontra, temos aí a migração da criminalidade. Tal fato é provado no dia a dia das grandes cidades, onde é fácil se identificar um incremento da criminalidade, quando da existência de espaços “vazios”, ou temporariamente não cobertos pela atuação da polícia.

### **Necessidade de Ampliação da Presença Policial**

De forma conjunta, e trazendo como premissas a questão da pronta intervenção policial em relação ao flagrante no cometimento de delitos, bem como a excelência do serviço policial<sup>12</sup>, medido institucionalmente por meio do resultado (objetividade, eficiência e eficácia) chega-se ao que é denominado policiamento velado; sendo um tipo de policiamento executado por tropa da polícia militar, descaracterizada, que fundamenta-se principalmente

<sup>11</sup> Com adaptações

<sup>12</sup> Conforme expõe MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, mesmo para a prática de um ato discricionário, o administrador público, deverá ter competência legal para praticá-lo; deverá obedecer à forma legal para a sua realização; e deverá atender à finalidade legal de todo ato administrativo, que é o interesse público.

pela atividade de apoio ao policiamento ostensivo fardado, estando presente preferencialmente nos locais e momentos onde não está ocorrendo a prevenção policial.

Este policiamento cobre os espaços vazios e age quando surge a necessidade de transição da ostensividade para a repressão, de forma a identificar o cometimento do delito – quando não houve possibilidade de se prevenir – e apontar os seus autores ao policiamento ostensivo, objetivando preponderantemente a qualidade quanto à pronta intervenção, na flagrância do delito.

### **O Policiamento Velado como Ampliação da Presença Policial nas Ruas**

O policiamento velado quando empregado de forma integrada<sup>13</sup> às viaturas ostensivas atua como um “raio-x” da criminalidade em tempo real. Sua estruturação é favorável à transmissão imediata do acontecimento do delito ao policiamento ostensivo, pois ambos cumprem seu serviço em viaturas utilizando a mesma frequência via-rádio, com a seguinte vantagem: o policial velado poderá estar acompanhando o desenrolar do delito nas suas proximidades, a sua possibilidade de cometimento, na fase de preparação/ cogitação, ou até mesmo quando da consumação, subsidiando a ação repressiva. Desta forma, este policiamento cumpre um papel necessário nesse ciclo de combate à criminalidade: a de colaborador, *in-loco*.

Tal necessidade se faz valer a todo o instante na atividade policial, partindo-se do pressuposto da existência da criminalidade e da impossibilidade de se estar prevenindo em todos lugares ao mesmo tempo.

A divulgação da existência de policiamento descaracterizado (velado) tem se tornado rotina nas grandes cidades brasileiras e até mesmo em outros países. Especialmente naqueles países onde os altos níveis de IDH - índice de desenvolvimento humano - se traduzem na disciplina do povo e respeito às instituições policiais, e refletem em índices baixos de criminalidade. Tem-se assim, a idéia de que qualquer pessoa num local público pode vir a ser um policial, inibindo assim a vontade de agir de um possível transgressor da lei – alguns países da Europa e América do Norte, tais como Holanda, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos da América, conforme é possível depreender ao acessarmos o artigos na seção “*Law*

---

<sup>13</sup> Princípio que norteia a atividade de policiamento velado é evidenciado pela ação conjunta que ocorre na execução do policiamento da polícia militar auxiliado pelo efetivo descaracterizado do policiamento velado.

& Social Sciences” com o argumento de pesquisa “*Undercover Policing*” no “[British Journal of Criminology](#)”<sup>14</sup>.

Os grandes eventos como a copa FIFA (Associação da Federação Internacional de Futebol) 2014<sup>TM</sup> e os Jogos Olímpicos Rio 2016<sup>TM</sup> também ensejam o emprego desse tipo de policiamento velado, objetivando a tranquilidade pública que é gerada também pelo impacto da divulgação de sua aplicação no terreno.

No Brasil<sup>15</sup>, foi divulgado pelo periódico eletrônico “Canção Nova Notícias” o emprego de policiamento velado na segurança do Santo Padre – Bento XVI. Além destas notícias, há uma que cumpre com a sua finalidade de forma objetiva na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo; pois naquele estado tem sido divulgado o emprego do policiamento velado no interior dos ônibus de transporte coletivo, alvo frequente de assaltantes. Nesse caso, em específico, temos a sensação de segurança pela simples veiculação da informação de aplicação do policiamento.

Sabe-se que ao lançar este policiamento nas ruas, sua missão pouco difere a de um policial fardado, especialmente quando consideramos a especificidade nos atos de observação e descrição da atividade delituosa.<sup>16</sup> Porém, ao deparar-se com a irregularidade, o policiamento velado passa a informação de imediato ao policiamento ostensivo, a fim de que este atue repressivamente; na impossibilidade deste repasse ocorrer é compreensível e necessária – princípio do interesse público – a atuação direta deste policiamento na prisão e condução do flagrante de delito até a delegacia de polícia mais próxima para lavratura do correspondente instrumento legal, situações nas quais naturalmente a polícia militar atua.

Cumpra salientar que o que se tem neste cenário é um incremento na amplitude<sup>17</sup> do seguimento policial contra a criminalidade e seus representantes. O que este trabalho também pretende, além de desmistificar este tipo necessário de policiamento é contradizer algumas inverdades que têm sido veiculadas a respeito da sua forma de atuação.

---

<sup>14</sup> Pesquisado por meio do link

<<http://bjc.oxfordjournals.org/searchfulltext=Undercover+Policing&submit=yes&x=17&y=11>> Acesso em 31jul16.

<sup>15</sup> 22/03/2007 - <http://noticias.cancaonova.com/seguranca-do-papa-envolvera-5-mil-policiais-civis/>

<sup>16</sup> Técnicas de operações de Inteligência menos profundas (grifo deste autor), 4 no total: Fotografia em *smartphone*, OMD, Reconhecimento de Locais e estruturas e E.C simples, esta última, caso haja real necessidade.

<sup>17</sup> Amplitude: todas as ações devem visar à obtenção dos mais completos resultados.

### **Entendimento sem mito e valorização necessária**

Um fator que traz certa característica sombria ao entendimento da missão e localização do policiamento velado – enquanto estratégia de suporte ao policiamento – no ciclo de polícia, tanto dentro como fora da corporação, reside na dificuldade de se desvencilhar a imagem destes homens trabalhando sem farda, àquela do antigo serviço de inteligência, preponderantemente de foco institucional que visava somente a busca de informações internas e de cunho disciplinar. No entanto, cabe esclarecer que a inteligência prescinde de técnicas, meios sigilosos e necessidade conhecer, este – o policiamento velado – é mais uma viatura policial ordinária, ou grupo de policiais em serviço, sem detalhes, sem farda, sem caracterização, que compõem uma estratégia de policiamento de prevenção<sup>18</sup>.

É tempo também, de trazer à tona a questão da eficácia, evidente por meio dos resultados das constantes apreensões de drogas ilícitas, das prisões em flagrante, da série de delitos evitados nas fases de preparação e cogitação, das armas de fogo retiradas de circulação, cito em específico, a prisão em flagrante de duas pessoas armadas nas imediações da 11ª DP, no Núcleo Bandeirante, realizada por policiais militares escalados no policiamento velado no dia 23 de março de 2007<sup>19</sup>.

Tomemos então o atual exemplo de setembro de 2015, publicado pelo *websitio* G1 em 14/09/2015<sup>20</sup>, onde evidenciou-se a ação da polícia descaracterizada atuando conjuntamente ao efetivo da polícia militar ostensiva. A matéria, ao tomar o depoimento de um dos membros da equipe apresenta: “... explica que, após a identificação do veículo, eles fazem um monitoramento do carro até a chegada do responsável e, posteriormente, solicitam apoio de policiais caracterizados para abordagem.”

### **Considerações Finais**

A pretensão deste ensaio crítico, não é a ideia de ostentar o policiamento velado como única fonte eficaz de policiamento, mas sim suscitar o debate construtivo a fim de se

---

<sup>18</sup> Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010. Seção IX. Dos Órgãos de Execução. Art. 94. Aos Batalhões e Regimentos, unidades operacionais da Corporação, competem ainda: I - executar a polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, de acordo com as modalidades de policiamento, conforme natureza, especialidade e área de responsabilidade, cumprindo as diretrizes do Departamento Operacional e do Grande Comando ao qual estiver subordinado; II - aplicar a doutrina do policiamento comunitário nas ações policiais desenvolvidas; III - executar o policiamento ostensivo fardado e velado, desenvolvendo-se prioritariamente para assegurar a defesa das pessoas e do patrimônio, o cumprimento da lei, a preservação da ordem pública e o exercício dos poderes constitucionais;

<sup>19</sup> Ocorrência Policial nº 2295/ 2007 – 11ªDP, Flagrante nº 104/ 2007 – 11ª DP.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/equipe-da-pm-especializada-em-cacar-carros-recupera-100-do-ano.html>>. Acesso em: 31 jul 2016.

referendar tal atividade policial como modalidade – atualmente tipo – de policiamento próprio e exclusivo a ser exercido pela polícia militar. Quer seja pelos resultados já apresentados em termos de repressão imediata, quer seja pela real necessidade de se ter um mecanismo eficiente em lidar e agir perante a criminalidade de forma mais eficaz e inteligente.

Outro ponto a ser destacado faz mister ao que versa o artigo 301 do Código de Processo Penal<sup>21</sup> e deixar claro que na execução do policiamento velado não há conflito de atribuição com a investigação criminal, ainda que atualmente estejam em voga os debates acerca da confecção do TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência pelas polícias ostensivas brasileiras (Polícias Militares e Polícia Rodoviária Federal). Portanto, a lavratura do TCO no decorrer da ocorrência policial – típico ato administrativo<sup>22</sup> – não se confunde com ato de polícia judiciária ou mesmo com investigação policial. Neste ato temos a formalização da ocorrência policial, referente à prática de uma infração penal de menor potencial ofensivo, em uma peça escrita, contendo dados detalhados do ocorrido. E o policiamento velado também atua nesses tipos de ocorrência.

Sejam policiais uniformizados ou não, atuando em ação típica de polícia preventiva e de preservação da ordem pública – de que trata o § 5º do art. 144 – atos típicos do exercício da competência própria da polícia militar, e que está em lavrar boletim de ocorrência e, em caso de flagrante, encaminhar o autor e as vítimas à autoridade, seja policial, quando seja o caso, seja judiciária, quando a lei prevê (g.n. – Lei 9.099/95)<sup>23</sup>.

Por fim, o policiamento velado deve ser entendido – pelas suas características e forma de aplicação – como útil no combate à criminalidade no momento, pois a muito vem sendo o tipo de policiamento eficiente no auxílio – suporte operacional – e na consecução da repressividade (quando há necessidade de intervenção), e indo mais além, tem a probabilidade de ser o principal aliado num projeto inteligente de segurança pública integrada, tão em voga nas atuais discussões, especialmente as que tratam sobre o ciclo completo de polícia, pois não se pode tratar de segurança pública sem informações privilegiadas sobre a criminalidade.

Sendo assim, o policiamento velado, de um mero apoio e suporte tático/operacional na aplicação do policiamento ostensivo, passa a ser interpretado como imprescindível para a

---

<sup>21</sup> Dispõe o art. 301 do CPP que qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem seja encontrado em flagrante delito, são as hipóteses de flagrante facultativo e flagrante compulsório.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.ciclocompleto.com.br/pagina/1305/jurisprudencia-sobre-termo-circunstanciado---embriatildeo-do-ciclo-completo-de-poliacutecia>>. Acesso em: 31 jul 2016.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.ciclocompleto.com.br/pagina/1305/jurisprudencia-sobre-termo-circunstanciado---embriatildeo-do-ciclo-completo-de-poliacutecia>>. Acesso em: 31 jul 2016

consecução da ordem preservada, da comunidade segura e principalmente da aplicação da ação policial no lugar certo, onde o crime possa vir a estar acontecendo.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito Administrativo**. 10ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

BERCLAZ, Márcio Soares. Algumas considerações sobre o princípio do interesse público no âmbito do Direito Administrativo. **Jus Navigandi**, ano 7, n. 60, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 21 out. 2015.

DE LIMA, João Marcelo Maciel. Democracia e Accountability: Mecanismos de Controle Externo na Polícia Militar do Estado de São Paulo (1989-2007). **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010.

LAZZARINI, Álvaro. A Segurança Pública e o aperfeiçoamento da Polícia no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, v. 184, p. 25-85, 1990.

MATIAS, Marcos Aurélio V. Polícia Militar, preservação da ordem pública e temas correlatos. **Palestra**. Curso Básico de Inteligência Oficiais – PMDF, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Código de processo penal interpretado: referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial**. 11. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2003.

PMDF. Centro de Inteligência, **Diretriz de Inteligência nº 001**, 2006.

PMDF. **Plano Diretor de Inteligência**. 2015.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito Administrativo**. Vol 19. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 81.

Recebido: 07/01/2016

Revisado: 01/08/2016

Aceito: 12/09/2016

*Fabrcio de Andrade Raymundo*, Capitão policial militar. Especialista em técnicas de ensino, com extensão em educação no Instituto Pedagógico Latino-americano e Caribenho - IPLAC. Graduado em Letras e Literatura Espanhola e Hispano-americana - UnB. Graduado em Segurança Pública - Academia de Polícia Militar de Brasília. Diplomado em prevenção do delito y seguridad ciudadana - UChile. Pós-graduado em Práticas sociais e Literatura também pela Universidade de Brasília. Especialista em Ciências Jurídicas pela Unicsul. Especialização em Gestão de Segurança Pública – ISCP e especialização em inteligência policial – PMDF. Coordenou o 1º Curso de Inteligência de Segurança Pública da PMDF, o 1º Curso de Segurança Orgânica –PMDF, o 19º Curso de Análise de Inteligência – Nível Produção do Conhecimento – SENASP e a segunda edição do Curso de Inteligência Policial – CIP/PMDF. E-mail:fbi130620@gmail.com